

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

Jessica Mendonça de Carvalho

PATRIMÔNIOS DO NOSSO CENTRO: as práticas sócio-espaciais
insurgentes e os programas de desenvolvimento do Centro
Histórico de São Luís

São Luís



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL

JESSICA MENDONÇA DE CARVALHO

PATRIMÔNIOS DO NOSSO CENTRO: as práticas sócio-espaciais insurgentes e os programas de desenvolvimento do Centro Histórico de São Luís

São Luís
2023

JESSICA MENDONÇA DE CARVALHO

PATRIMÔNIOS DO NOSSO CENTRO: as práticas sócio-espaciais insurgentes e os programas de desenvolvimento do Centro Histórico de São Luís

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento

Orientadora: Prof.^a Dra. Karina Biondi

São Luís

2023

Carvalho, Jessica Mendonça de.

Patrimônios do nosso Centro: as práticas sócio-espaciais insurgentes e os programas de desenvolvimento do Centro Histórico de São Luís./ Jessica Mendonça de Carvalho. – São Luís (MA), 2023.

151p.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - PPDSR) - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Biondi.

1. Patrimônio Cultural. 2. Levantamento Sócio-espacial. 3. Centro Histórico de São Luís. I.Título.

CDU: 351.711(812.1)

JESSICA MENDONÇA DE CARVALHO

PATRIMÔNIOS DO NOSSO CENTRO: as práticas sócio-espaciais insurgentes e os programas de desenvolvimento do Centro Histórico de São Luís

Dissertação apresentada como
requisito para a obtenção do grau de
mestre em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

Aprovado em: 12 / 09 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **KARINA BIONDI**
Data: 03/03/2024 21:32:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Karina Biondi (orientadora)
Doutora em Antropologia Social – PPGAS-UFSCar
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 **ALEX OLIVEIRA DE SOUZA**
Data: 03/03/2024 12:39:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alex Oliveira (avaliador interno)
Doutor em Urbanismo pela Universidade Paris Est
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 **MARTINA AHLERT**
Data: 03/03/2024 21:05:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Martina Ahlert (avaliadora externa)
Doutora em Antropologia Social – PPGAS-UNB
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

A São Luís, ventre que não me pariu,
mas criou e enraizou,
licença e obrigada.

A todo o excepcional *patrimônio humano*
do Centro Histórico de São Luís.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço àquele que matou um pássaro ontem com a pedra que jogou hoje, Esú, pelos caminhos, pela comunicação e por conseguir começar e finalizar esse trabalho.

À Universidade Estadual do Maranhão por mais essa travessia, por ser uma instituição de excelência e por seu compromisso com a população maranhense. Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional na figura do Professor Bráulio e da Elizete, pela condução e prontidão em nos apoiar. À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA por possibilitar a realização deste trabalho e a minha permanência integral no Centro Histórico nos últimos dois anos. Aos colegas, representados por Daniele Strasser e Marina Azevedo, pela partilha dos momentos felizes e principalmente dos mais desafiadores. Meus sinceros votos de sucesso e saúde a cada um e cada uma.

À Karina Biondi, pela orientação sensível e afiada, e por ser tão querida, compreensiva e firme. Grata pela condução e partilha desse processo e também por ser uma excelente orientadora antropóloga para uma orientanda arquiteta e urbanista.

Na oportunidade, gostaria de agradecer à Professora Marluce Wall, minha orientadora desde a graduação, por ser uma referência presente e por continuarmos construindo esse caminho. Marluce me recebeu em seu grupo de pesquisa e me lançou pelas ruas do Centro Histórico no meu primeiro semestre no Curso de Arquitetura. Gosto de pensar que fiz algo bom disso.

Continuando nas guianças, agradeço aos meus pais, Gilson, Noêmia e Maria, pelo amor e suporte, e por respeitarem, ainda que por vezes sem compreender, as minhas escolhas, o meu trabalho e a minha paixão por São Luís. À minha família da capoeira, o Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver, na figura da minha mestra Samme Sraya, agradeço por essa força que invocamos, cocriamos e partilhamos. Agradeço especialmente à Capoeira por me atravessar, me curar e ir na frente de tudo que faço, inclusive neste trabalho. Agradeço a comunidade, os caminhos e a capina feita.

À minha família de axé, na pessoa da minha Iyalorixá Josilene Brandão, adupé pela guiança, presença e pelo cuidado. Adupé aos meus orixás por serem comigo e aos meus irmãos e irmãs pela oportunidade de partilhar da comunidade que estamos construindo. Saluba!

Por falar em Saluba, agradeço Thayliana por ser a paz dos meus dias e o meu par de toda roda de capoeira, todo tambor e todo *bate-lata* do Centro (e do São Francisco). Grata pelo que sonhamos, partilhamos e construímos.

Aos cofundadores, colaboradores e apoiadores do Casarão Porta e Janela, Tebas Bar e Café e Escritório Popular Porta e Janela pela partilha desse sonho de mundo e desse árduo trabalho. Conceber e conduzir esse projeto é, além de um grande desafio e uma grande alegria, um divisor de águas na minha vida profissional e pessoal. Agradeço e reconheço a oportunidade.

Ao Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória pela valiosa oportunidade de ampliar e potencializar meu trabalho com o Centro Histórico. Tem sido inspirador e gratificante compor essa rede e guardar esse patrimônio com vocês.

Ao excepcional *patrimônio humano* do Centro Histórico de São Luís, agradeço a acolhida, a resistência, a confiança e o impressionante suporte e conhecimentos depositados neste trabalho.

Aos mestres, às mestras, os capoeiras, as capoeiras, coreiras e coreiros, os regueiros, os poetas, as crianças, os moradores, os estudantes, os trabalhadores, as trabalhadoras, os animais, os espíritos, as esquinas desse Centro. É de uma inspiração imensurável (con)viver no mesmo tempo-espço onde se desdobra tão brilhante projeto popular.

*Cidade dos azulejos
E pedra de cantaria
A maré que enche vaza
Do raiar ao pôr do dia
Beco Catarina Mina
Ladeiras e sobradões
A Igreja do Desterro, colega véia,
A fonte do Ribeirão
É terra de muita magia
De cultura popular
Tem Tambor de Crioula
Bumba-boi, Cacuriá
A Lenda do Rei Bastião
Onde a serpente foi morar
Agora que eu tô cantando
Eu tô cantando com emoção
Eu tô louvando o meu lugar
Que é São Luís do Maranhão, camaradinha
Chegou a hora!*

Ladainha de Mestra Samme

RESUMO

Em ocasião dos vinte e seis anos do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, esta dissertação se dedicou a investigar as implicações (tensões, contradições e contribuições) das políticas de desenvolvimento urbano na reprodução sócio-espacial do Centro Histórico de São Luís, a partir dos grupos sócio-espaciais historicamente invisibilizados durante os processos tradicionais de patrimonialização. Dividido em duas partes, o presente trabalho consistiu em um levantamento sócio-espacial que buscou trazer em primeiro plano a forma como as políticas de desenvolvimento do Centro Histórico (CHSL) são agenciadas pelos grupos que se conectam diretamente com elas. A primeira parte consistiu em uma discussão conceitual sobre categorias de análise para subsidiar uma análise crítica decolonial, sucedida por um panorama do processo de formação da Cidade de São Luís, até chegar às políticas de desenvolvimento, desde o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL (1979-2011) até o Programa Nosso Centro (2019). A segunda parte se destinou ao levantamento, onde apresentamos quinze práticas sócio-espaciais insurgentes, organizadas em seis eixos gerais, acompanhado de uma análise das conexões estabelecidas com as três instâncias do poder público. Este processo evidenciou lógicas locais de desenvolvimento, as quais se instrumentalizam em torno do conceito nativo de “patrimônio humano”, apresentado como uma estratégia para destacar e defender o elemento humano como ponto de partida para pensar uma outra patrimonialização.

Palavras chave: Patrimônio Cultural, Levantamento Sócio-espacial, Centro Histórico de São Luís

ABSTRACT

On the occasion of the twenty-sixth anniversary of the title of Cultural Heritage of Humanity, this dissertation dedicated itself to investigating the implications (tensions, contradictions, and contributions) of urban development policies in the socio-spatial reproduction of the Historic Center of São Luís. This investigation focuses on the socio-spatial groups historically rendered invisible during traditional processes of heritage designation. Divided into two parts, the present work comprised a socio-spatial survey aimed at foregrounding the manner in which Historic Center development policies are enacted by socio-spatial groups directly engaged with them. The first part encompassed a conceptual discussion of analysis categories to support a decolonial critical analysis, followed by a panorama of the process of São Luís City's formation leading to its development policies, ranging from the Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL to the Programa Nosso Centro (2019). The second part focused on the socio-spatial survey, wherein fifteen insurgent socio-spatial practices were presented, organized into six general axes, accompanied by an analysis of the connections established with the three levels of government. This process brought to light local development logics operationalized around the native concept of "human heritage." This concept is presented as a strategy to underscore and advocate for the human element as a starting point for contemplating an alternative form of heritage designation.

Keywords: Human Heritage, Socio-spatial Survey, Historic Center of São Luís

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ilustração “São Luís: assim erigida sobre terras Tupinambá”	42
Figura 2 – Reconstituição Hipotética da localização das aldeias Tupinambás em São Luís no início do Século XVII.....	43
Figura 3 - Composição racial da População do Maranhão em 2022.....	45
Figura 4 - Limites dos Tombamentos do Centro Histórico de São Luís	53
Figura 5 - Obras do PAC Cidades Históricas em São Luís-MA.....	55
Figura 6 - Denis do Desterro	66
Figura 7 – “Desterro Patrimônio Humano” Sede d’Os Caras de Onça, Desterro.	69
Figura 8 - Praça dos Poetas, Avenida Dom Pedro II, Centro.	76
Figura 9 - Centro Cultural Mestre Amaral, 2019.....	77
Figura 10 - Roda de Capoeira do Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver.	79
Figura 11 - Vivência com Mestre Tião Carvalho.....	80
Figura 12 - Ocupação Barroca SLZ.....	80
Figura 13 - Ocupação Barroca SLZ (2).	81
Figura 14 - Batalha na Praça.....	82
Figura 15 - Batalha na Praça (2).	83
Figura 16 - Livraria Lekti - quilombo literário.	84
Figura 17 - Livraria Lekti.....	85
Figura 18 - Quinta de Lei.....	86
Figura 19 - Butiquim do Carlos.....	87
Figura 20 - Quinta de Lei Reggae Roots.....	88
Figura 21 - Arte urbana de São Luís.	89
Figura 22 - Orígenes Praça do Reggae.....	90
Figura 23 - Orígenes São Luís.	91
Figura 24 - Execução do mural O Grito.....	92
Figura 25 - Mural O Grito, Orígenes	92
Figura 26 - Tem Café, Desterro.....	94
Figura 27 - Casarão Laborarte	96
Figura 28 - Roda do Laborarte, patrimônio imaterial	98
Figura 29 - Projetos do Casarão Laborarte	99
Figura 30 - Oficina do Cacuriá.....	100
Figura 31 - Projetos d’Os Caras de Onça.....	101

Figura 32 - Fábrica de Artes, Desterro (antes da reforma).....	102
Figura 33 - Reocupa Casarão Afonso Pena.....	103
Figura 34 - Reocupa Casarão Rua da Estrela.....	105
Figura 35 - Radiola de Promessa, Gê Viana (indiiloru)	106
Figura 36 - Casa do Tambor de Crioula	109
Figura 37 - Tambores da Ilha	110
Figura 38 - Estudos e oficinas de Tambor de Crioula	111
Figura 39 - Casa do Coreiro e Mestre Barrabás.....	112
Figura 40 - Encontro de Brechós no Casarão Porta e Janela	114
Figura 41 - Encontro de Brechós na Praça do Reggae	115
Figura 42 - Encontro de Brechós e a ocupação de espaços públicos.....	117
Figura 43 - Capacita EDB, Sarau das Araras e EDB na REFFSA.	118
Figura 44 - CRESOL	118
Figura 45 - CRESOL na Casa do Maranhão	120
Figura 46 - Casarão Porta e Janela	121
Figura 47 - Casarão Porta e Janela, espaço criativo.....	122
Figura 48 - Porta e Janela Escritório Popular de Arquitetura	123
Figura 49 - Tebas Bar e Café – antes e depois.....	124
Figura 50 Tebas Bar e Café - Quintal Cultural	125
Figura 51 - Coworking Cultural.....	126
Figura 52 - Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas - IESTI.....	127
Figura 53 - PatNET - Educação Patrimonial Online	129
Figura 54 - Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória	130
Figura 55 - Casa Palmeira de Babaçu Dadá e Dijé	132
Figura 56 - Inauguração da Casa do MIQCB	133

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Políticas de Preservação do PPRCHSL.....	51
Quadro 2 - Práticas Sócio-espaciais Insurgentes.....	71
Quadro 3 – Mapa das Práticas Sócio-espaciais Insurgentes do Centro Histórico de São Luís (MA)	74
Quadro 4 – Conexões Parciais.....	137
Quadro 5 – Gráfico de Conexões Parciais com o Poder público.....	138

LISTA DE SIGLAS

ATHUAR.....	Assessoria Técnica para o Habitat Urbano e Rural
A.P.	Antes do Presente
BNDES.....	Banco Nacional de Desenvolvimento
BPTur.....	Batalhão de Polícia Militar de Turismo (SSP-MA)
CAU-BR.....	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CAU-UEMA	Curso de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão
CACEM.....	Centro de Artes Cênicas do Maranhão
CHSL.....	Centro Histórico de São Luís
CRESOL.....	Centro de Referência em Economia Solidária
DPHAP ..	Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão
EDB.....	Encontro de Brechós
EMAU	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
FEESMA.....	Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão
FIPA	Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico do Brasil e Portugal
FUMPH	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNC	Fundação Municipal de Cultura de São Luís
IAF.....	Fundação Interamericana, Fundo Interamericano
IESTI	Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JUCEMA.....	Junta Comercial do Maranhão
Laborarte	Laboratório de Expressões Artísticas do Maranhão
MCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
MICH	Mercado Imobiliário de Centros Históricos das Cidades Brasileiras
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MOM	Morar de Outras Maneiras
NGCHSL	Núcleo Gestor do Centro Histórico
OP	Orçamento Participativo
PAC.....	Programa de Aceleração do Crescimento
PatNET.....	Patrimônio na Internet (Projeto IESTI)
PPDSR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
PPRCHSL	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
PRGM	Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória (Projeto IESTI)
PROCIDADES.....	Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís
REFFSA	Rede Ferroviária Federal
SAF	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar
SECID	Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura
SECTI.....	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDEPE.....	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos
SEMISPE ...	Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais
SEMOSP	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
SEMU	Secretaria de Estado da Mulher
SENAES.....	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENEMAU.....	Seminário Nacional dos Escritórios Modelos

SEPLAN Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento
SETURSecretaria Municipal de Turismo
SMTT Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte
TBC Turismo de Base Comunitária
UEMA..... Universidade Estadual do Maranhão
UFMAUniversidade Federal do Maranhão
UFMG..... Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE.....Universidade Federal do Pernambuco
UMCHSLAssociação de Moradores do Centro Histórico de São Luís
UNAMA Universidade da Amazônia
UNESCO... Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
PARTE 1	26
1. TEORIAS E CONCEITOS PRELIMINARES	26
1.1 Contribuições teórico-metodológicas à luz da teoria etnográfica da democracia.....	28
1.2 Reflexões teórico-metodológicas decoloniais sobre o espaço	36
2. HISTÓRIA E PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ILHA DO MARANHÃO: DA CORRIDA COLONIAL A EMINENTE CENTRO ECONÔMICO E A INVENÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	41
2.1 Arqueologia e História Antiga na Ilha do Maranhão	41
2.2 A Invenção do Centro Histórico e as Políticas de Desenvolvimento	47
2.2.1 PPRCHSL – Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.....	50
2.2.2 PAC Cidades Históricas.....	54
2.2.3 Programa Nosso Centro	56
2.2.4 Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PROCIDADES)	59
PARTE 2	61
3. LEVANTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL	61
3.1 Práticas sócio-espaciais insurgentes.....	69
3.1.1 Territorialização em sentido estrito	74
Roda Quem Nunca Viu Venha Ver – Praça dos Poetas	75
Ocupação Barroca Slz – Rua Isaac Martins de Barrocas	80
Batalha na Praça – Praça Benedito Leite, Praça Nauro Machado ...	82
Quinta de Lei – Lekti Sebo e Livraria – Rua Godofredo Viana	84
3.1.2 Territorialização em sentido amplo	88
Mural O Grito - Murais do Centenário da Semana de Arte Moderna (Funarte)	89

Mural Tem Café – Will Barros	93
3.1.3 Refuncionalização/reestruturação do espaço	95
Casarão Laborarte	96
Fábrica de Artes	101
Reocupa – Resistência Cultural Upaon Açu	102
3.1.4 Ressignificação de lugares	106
Tambor de Crioula.....	108
3.1.5 Criação de circuitos econômicos alternativos	113
EDB e movimento de brechós.....	114
CRESOL – Centro de Referência em Economia Solidária.....	118
3.1.6 Criação de redes espaciais.....	120
Casarão Porta e Janela.....	121
Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória e PatNET	127
Casa Palmeira de Babaçu Dadá e Dijé – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).....	131
4. CONEXÕES PARCIAIS.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

Ao ingressar no Curso de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão (CAU-UEMA) na Rua da Estrela em 2013, não sabia que estava pisando no que seria meu campo de pesquisa não só nos próximos cinco anos da graduação como também do curso de mestrado; ainda não conhecia os processos históricos, sociais e econômicos por trás da sua formação ao longo dos anos, tampouco que testemunharia, em suas muitas marés, novos projetos que se sobreporiam em suas ruas, casarões e sua gente, trazendo novas transformações.

Dez anos depois, tenho a responsabilidade e a honra de continuar discutindo a centralidade urbana histórica de São Luís dentro da UEMA. Em síntese, tem-se aqui o momento atual de um pensamento sobre o Centro, iniciado em 2013 com a investigação sobre a dinâmica imobiliária no grupo de pesquisa Mercado Imobiliário de Centros Históricos (MICH), pesquisa em rede entre a UFPE, UEMA e UNAMA, na qual identificamos as condições de ocupação dos imóveis e os usos nas diversas localidades, desmistificando o senso comum de um Centro esvaziado e monofuncional.

Em seguida, ingressei na discussão acerca da produção do espaço e metodologias de concepção colaborativa, participação social e autonomia de grupos sociais no Laboratório de Assessoria Técnica para o Habitat Urbano e Rural (ATHUAR), e me tornei membro do Escritório Modelo de Arquitetura (EMAU Solar), atuando no atendimento a demandas populares de interesse coletivo, como também participei de duas edições do Laboratório de Criação Urbana – EQUINOX, workshop voltado para criação de soluções urbanas. Através do EMAU, produzimos o Seminário Nacional dos Escritórios Modelos (SENEMAU) em 2018 com a temática “Subverter discursos e protagonizar processos”, momento em que vivenciamos diversos patrimônios culturais, como o Tambor de Crioula, o Reggae e a Capoeira Angola, oportunidade na qual ingressei na arte, como discípula da Mestre Samme, na linhagem do saudoso Mestre Patinho.

Esse momento em que inicio na Capoeira é bastante importante, pois passo a compor um patrimônio imaterial registrado e ele passou a compor a materialidade da minha experiência no Centro Histórico, minhas relações, meus acessos e o meu cotidiano. Me torno capoeira em 2018 e me torno arquiteta e urbanista em 2019.

Concluí a graduação tratando sobre as assessorias técnicas, propondo uma outra forma de atuação profissional em arquitetura e urbanismo, estas, comprometidas com a transformação social e melhoria da qualidade de vida das populações socialmente excluídas do processo urbano.

Posteriormente, esse estudo vem a ser base conceitual para a formação do Porta e Janela - Escritório Popular de Arquitetura, em 2019, e esse, por sua vez, deu origem ao projeto Casarão Porta e Janela – espaço criativo implantado em um lindo sobrado adotado na Rua do Ribeirão em 2021 através do edital Adote um Casarão, projeto relacionado à política pública de desenvolvimento territorial do governo do Estado denominada Programa Nosso Centro. Passo, então, a ser também adotante e produtora cultural do Casarão Porta e Janela e do Tebas Bar e Café.

A presente investigação nasce de inquietações próprias dessa experiência, a partir dessas perspectivas. Inicialmente, o objetivo da dissertação fora analisar criticamente o Programa Nosso Centro, lançado em 2019 pela Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), com seus vários subprogramas e suas implicações, questionando sua lógica de desenvolvimento e seus impactos na reprodução sócio-espacial do Centro Histórico de São Luís, a partir das narrativas da comunidade. Essa estrutura, entretanto, tomou outros contornos e outro foco à medida que o trabalho se desenvolveu.

Durante a recuperação bibliográfica, me deparei com diversos programas de desenvolvimento sobrepostos no território do Centro Histórico, vindos de esferas distintas do poder público, como o PAC Cidades Históricas (IPHAN), o Parque Tecnológico Renato Archer (SECTI/SECID), o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (SEMISPE), entre outros já executados desde antes do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1997.

Para seguir fiel ao desejo inicial de trazer em primeiro plano a forma como as políticas de desenvolvimento do Centro Histórico de São Luís (CHSL) são agenciadas pelos grupos sócio-espaciais afetados por elas, numa abordagem decolonial, optamos então por trazer um panorama das políticas de desenvolvimento nos âmbitos municipal, estadual e federal, desde o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL (1979-2011) até chegar ao Programa Nosso Centro (2019), de modo a acompanhar a evolução do pensamento sobre o patrimônio

histórico e cultural e realizar uma análise crítica, sob uma perspectiva *decolonial*, de modo a questionar noções hegemônicas e autoritárias.

Portanto, o presente trabalho se dedicou a investigar as implicações (tensões, contradições e contribuições) das políticas de desenvolvimento urbano na reprodução sócio-espacial do Centro Histórico de São Luís, evidenciando uma outra narrativa de desenvolvimento sobre o Centro Histórico, a partir de grupos sócio-espaciais historicamente invisibilizados durante o processo de *patrimonialização*.

Para tanto, o trabalho foi dividido em dois momentos. A primeira parte concentra a discussão teórico-metodológica e a recuperação da historiografia sobre o Centro Histórico de São Luís; e a segunda consiste no levantamento sócio-espacial e análises empíricas.

Inicialmente, buscamos referências teóricas e metodológicas capazes de endossar e guiar a investigação. Em Marcelo Lopes de Souza (2016), partimos em busca de um conceito de desenvolvimento e de produção do espaço mais aproximados e adequados à realidade brasileira e maranhense. Dentro das teorias decoloniais, passamos por Ballestrin (2013), De Hall (1992), Said (1978) e Fanon (1952), discutindo a decolonialidade, a pós colonialidade, chegando a Antônio Bispo (2015), e ao conceito de *contra colonialidade*, como saberes e ações que não se resumem nem se contentam com o fato colonial e suas reproduções contemporâneas.

Em se tratando de método, a pesquisa se constitui como um Levantamento Sócio-espacial, o qual foi constituído com inspirações no método etnográfico e aplicado à área da arquitetura e urbanismo, proposto pela professora Silke Kapp, em seu trabalho no Laboratório Morar de Outras Maneiras - MOM (UFMG), o qual se mostrou pertinente por permitir diagnósticos mais sensíveis e adaptar a pesquisa antropológica para o uso dos arquitetos e urbanistas que atuam no campo da *assessoria técnica*.

Na prática, lancei mão das relações que já tinha com os grupos sócio-espaciais, e me instrumentalizei de recursos da minha atuação enquanto produtora cultural, acionando redes de contatos para buscar informações, com um amplo uso de redes sociais, presença nos espaços de discussão sobre o Centro Histórico, uma escuta ativa e voltada para criação de fluxos de ação, conversas informais com atores diversos, entrevistas com lideranças comunitárias e representantes de movimentos

culturais. A máxima do levantamento sócio-espacial é observar e analisar que formas de apoio externo seriam úteis para a comunidade em questão.

Dessa forma, fui seguindo a trilha dada pelos companheiros de pesquisa, colocando luz e enfoque nos pontos que vieram à tona como relevantes para a valorização ou apoio às práticas sócio-espaciais e às categorias e conceitos nativos emplacados pelos grupos sócio-espaciais, como no caso do conceito nativo de *Patrimônio Humano*.

Um outro exemplo disso são as fotografias dos movimentos culturais que estão expostas no presente trabalho. Muitas delas foram feitas por mim, mas na impossibilidade de registrar todos (como no caso da Quinta de Lei – Lekti que se encontra embargada), lancei uma campanha colaborativa de registros numa rede social e dessa forma pude agregar vários outros olhares à pesquisa.

Uma outra observação pertinente para o processo de pesquisa com inspiração etnográfica, envolve o morar no Centro. Eu já transitava e me relacionava nesse espaço desde 2013, devido ao Curso de Arquitetura estar localizado na Praia Grande, porém habitava do outro lado da ponte, até o Escritório Porta e Janela ser contemplado no edital Adote um Casarão em 2020, quando por alguns meses passei a guardar e habitar o Casarão 140 da Rua do Ribeirão. Nesse cenário foi construído o projeto inicial desta pesquisa, o qual foi submetido – e aprovado em 2º lugar – no seletivo do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR-UEMA) em 2021. Posteriormente, já mestranda, me mudei para uma porta e janela¹ próximo ao Laborarte, precisamente em frente à casa da cantora e artista popular maranhense Rosa Reis.

O fato é que morando na centralidade, além do envolvimento com as práticas sócio-espaciais e com as pessoas, percebi que se ganha *tempo* e esse, por sua vez, pode ser melhor distribuído para o trabalho, lazer e cultura, capacitação, se incorporar a movimentos sociais, produzir. Então optar ou resistir em morar no Centro, envolve também uma não alienação do seu próprio tempo de vida.

¹ Tipologia arquitetônica amplamente presente no Centro Histórico de São Luís, que consiste em edificações cujas fachadas possuem uma porta e uma janela. É o tipo mais simples de habitação e foi referência para a criação do nome do Escritório Popular de Arquitetura Porta e Janela.

Menos consciente disso que hoje, nos dois anos de pesquisa destinei o recurso da bolsa de mestrado para subsidiar minha moradia e permanência integral no Centro Histórico, e essa experiência certamente foi estrutural e essencial no presente trabalho, bem como para as outras atividades que exerço no espaço.

A partir disso, passamos ao item seguinte, com o aprofundamento e leitura bibliográfica sobre os processos de produção do Centro de São Luís. A historicidade é importante, reconhecer a espiral do tempo sobre São Luís, desde sua formação, suas invasões, sua resistência, compreender os ciclos econômicos e processos sociais pelos quais passou, seu apogeu construído sobre o trabalho escravo dos povos trazidos de África, seu declínio econômico, chegando ao período de sua industrialização com grandes obras e a criação de novos modos de morar em outras áreas da cidade, seu suposto esvaziamento e degradação até os primeiros esforços para sua reconstrução e transformação em Centro Histórico, através das políticas de preservação e patrimonialização.

Em seguida, passa-se aos projetos de desenvolvimento pensados e implementados para desenvolver, preservar e conservar o Centro Histórico, começando pelo PPRCHSL (1979) que tinha como objetivo recuperar a paisagem urbana do século XIX, até o Programa Nosso Centro (2019), observando os discursos, ações e seus desdobramentos.

Ainda que não vá ser explorada de forma exaustiva, pois há produções que cumprem esse papel com grande contribuição, essa recuperação da historiografia é uma base para compreender o cenário no qual as políticas de desenvolvimento foram implementadas, bem como suas noções de conservação, preservação e patrimônio que deram origem a intervenções que moldaram o Centro antigo para se tornar Centro Histórico.

Chocando textos acadêmicos clássicos com algumas narrativas populares sobre essa história, é possível, por exemplo, notar que num mesmo período no qual Ribeiro Júnior (1999) se refere como de abandono e esvaziamento, uma parcela da população que não pôde acessar os novos modos modernos de morar (nos conjuntos habitacionais além da Ponte José Sarney ou nos edifícios seguindo a linha da praia) permaneceu no Centro da forma e com os recursos que lhes foi possível, mantendo o Centro ativo e passando eles mesmos pelo processo de *patrimonialização*, tendo

esses sentidos simbólicos e materiais incorporados em suas práticas sócio-espaciais e identidades.

O item seguinte se refere à sistematização do levantamento sócio-espacial, cruzando as narrativas dos grupos sócio-espaciais com o discurso do estado sobre o Programa e com as teorias e conceitos, possibilitando uma abordagem transdisciplinar, considerando vários empíricos, analisando as contradições, tensões, contribuições, confrontando conceitos em disputa, saberes subalternizados, interesses políticos entre outros. Busca-se com isso, construir uma crítica decolonial a partir da análise empírica.

Um outro exemplo, foi o movimento de ocupação de casarões vazios pelo movimento cultural há cerca de 30 anos e sua importância para a manutenção dos espaços e para a segurança das ruas, versão reforçada pela fala do Mestre Tião Carvalho, eminente artista maranhense radicado em São Paulo, na frente do casarão ocupado onde funciona o coletivo de capoeira angola Quem Nunca Viu Venha Ver: “a arte e a cultura deixam a rua mais segura”. Essa, dentre muitas outras histórias serão abordadas ao longo de seis tipos gerais de práticas sócio-espaciais insurgentes, abrindo precedentes para reflexões e análises.

Nesse capítulo, abrimos espaço para histórias serem contadas, narrativas outras sobre o Centro Histórico baseadas na oralidade, saberes marginalizados e subalternizados. Apresentamos quinze iniciativas populares, ou *práticas sócio-espaciais insurgentes*, organizadas em seis eixos gerais, as quais consistem em projetos que fazem parte do meu cotidiano no Centro Histórico. Semelhante ao pensamento de Latour em *Reagregando o Social – Uma introdução ao ator-rede*, concordamos que é preciso devolver aos parceiros de pesquisa a possibilidade de elaborar suas próprias teorias sobre a constituição social para assim tentar apreender suas inovações, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições elucidariam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer (2012, p.31).

No item último do capítulo, denominado *Conexões Parciais*, trouxemos uma discussão sobre como as práticas sócio-espaciais insurgentes se relacionam com as instâncias do poder público e formam conexões diversas, sejam elas pontuais ou mais duradouras, como no caso das concessões de uso de imóveis. Foi interessante justapor essa análise quantitativa com a investigação qualitativa, de modo a

compreender esse contexto de aparente contradição. A partir das práticas sócio-espaciais abordadas, constatou-se que grande maioria se conecta com instâncias do poder público. Porém, esse dado sozinho não garante uma avaliação positiva para os programas de desenvolvimento, sendo pertinente em outra oportunidade aprofundar a investigação qualitativa dessas relações e conexões formadas, bem como de seus desdobramentos e do nível de qualidade desse apoio.

PARTE 1

1. TEORIAS E CONCEITOS PRELIMINARES

Este capítulo se destina a reflexões teóricas e metodológicas que estão dando contornos e texturas para a pesquisa, auxiliando na construção de caminhos para a uma investigação sócio-espacial decolonial. Alguns já conhecidos e parceiros desde a graduação – como Henri Lefebvre e sua teoria da produção do espaço, Marcelo Lopes de Souza, Professora Silke Kapp (2013) com os fundamentos de pesquisa e o levantamento sócio-espacial na assessoria técnica – somado a novas vozes, latinas, brasileiras, asiáticas, contra hegemônicas que chegam com contribuições da etnografia (GOLDMAN, 2006), das teorias decoloniais (HALL, 1992; SAID, 1978; FANON, 1952) e contra coloniais (BISPO, 2015) para a construção dessa investigação.

Antes de qualquer coisa, vamos iniciar a discussão explicando o porquê da opção pelo conceito “sócio-espacial” profusamente presente neste trabalho. Por que “sócio-espacial” e não o continuum “socioespacial” como utilizado pelo PPDSR e sugerido pelo Novo Acordo da Língua Portuguesa. Essa explicação é importante no sentido de admitir a importância dos conceitos como partes imprescindíveis para o pensamento crítico e para ampliar as possibilidades de discernimento e ação, pois, conforme Kapp, “ainda que uma relação de dominação sobreviva socialmente sem um conceito que a apreenda, dificilmente será questionada e transformada sem tal conceito (2018, p.222).

Para Kapp (2018, p.223), grupo sócio-espacial designa

um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele. A articulação entre espaço e nexos sociais é necessária e dialética: necessária porque o grupo não existiria sem ela; dialética porque tensionada e sempre em processo (aliás, esse é o motivo para insistir, como Souza [2013], na grafia com hífen em vez da grafia que sugere um continuum automático: socioespacial). Na linguagem de Henri Lefebvre, um grupo sócio-espacial produz um espaço e é produzido por ele. Um grupo que dá conta de se constituir produzindo um espaço ou na perspectiva de fazê-lo, terá alguma ideia de autonomia, por mais frágil que seja.

Souza (2013), autor que inspira o método Levantamento Sócio-espacial, propõe o emprego do termo com hífen em que o “espaço” se refere não apenas ao espaço produzido pela sociedade, mas sim, a todas as relações e interações que se

estabelecem a partir de um determinado processo, seja ele produtivo, de lazer, enfim, desde que delimitado por uma espacialidade.

Como a investigação aqui proposta se constrói alinhada com o pensamento de Kapp e Souza ao propor o método *levantamento sócio-espacial* e na obra *Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*, respectivamente, o termo empregado será o *sócio-espacial*, compreendendo a relação com o espaço e a noção de autonomia, no sentido de respeitar e construir formas de fortalecer essa autonomia. Essa explicação se faz pertinente no sentido de que os grupos sócio-espaciais mobilizados na presente pesquisa, são grupos que já operam a partir de uma noção de autonomia, seja através da coletividade ou fora dela.

Feita a opção por tratar das políticas de desenvolvimento urbano em implantação no Centro, passo ao conceito de desenvolvimento adotado. Marcelo Lopes de Souza alerta que a conceituação tradicional do termo “desenvolvimento” contém sérios equívocos enraizados através de discursos ideológicos/políticos (SOUZA, 2013). Para uns, desenvolvimento é estradas, pontes, prédios, para outros esses itens significam segregação, morte, violência, marginalização.

Souza nos chama à superação desta concepção de “desenvolvimento” como “desenvolvimento econômico” para um desenvolvimento que considera as diferentes dimensões do problema sócio-urbano. Entre elas o sistema político, de valores, os padrões culturais e a organização espacial (SOUZA, 2013).

Propõe assim, o conceito de *desenvolvimento sócio-espacial* como um processo de enfrentamento dos projetos heterônomos. Seria a busca pela autonomia em contradição a um conceito de desenvolvimento predeterminado. Esse processo, portanto, extrapola as escalas, mas é na escala do local que ocorre, e a escala global quase sempre impõem sobre os lugares os projetos heterônomos (SOUZA, 2013, p. 100).

Já, para o professor e lavrador Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, em seu escrito *A Terra dá, a terra quer* (2023), o desenvolvimento em sua marcha já provou em inúmeras oportunidades sua crueldade e devastação da natureza, com guerras, crises e dominação. Propõe que passemos do desenvolvimento, que é algo que desconecta, para o *envolvimento*. Envolvimento com a terra, “os animais, nossos corpos, nossas roças, formas de comer, de construir casas e, sobretudo, de falar e pensar”. Na contramão da “cosmofobia” colonial (p.51).

Outra reflexão válida de pontuar em Antônio Bispo e suas “palavras germinantes” se acrescenta a fundamentação do presente trabalho. O grande líder quilombola, que se encantou em dezembro de 2023 deixando valiosas mensagens, propôs o termo “contra colonial” como resposta ao domínio que persiste ainda hoje no Brasil. Ao propor o termo *contra colonial*, trata dos povos que vieram de África e povos originários das Américas como comunidades contra colonizadoras, devido sua histórica resistência ao processo de colonização desde a invasão dos povos europeus até os dias atuais.

Esta pesquisa se pauta na abordagem decolonial, porém o conceito de Nego Bispo veio a calhar no sentido de localizar as (re)ações e rearranjos dos grupos sócio-espaciais diante das políticas de desenvolvimento como esforços contra-coloniais. Tais grupos aos quais me refiro são predominantemente compostos por essas comunidades contra colonizadoras, com seu modo de vida associados em maior ou menor grau à contribuição africana e originária fortemente presentes na composição cultural e populacional do Maranhão e historicamente expressas – como o comprovam a literatura, a música, os costumes e as remanescências – no Centro Histórico de São Luís.

1.1 Contribuições teórico-metodológicas à luz da teoria etnográfica da democracia

Este item condensa uma série de conexões e *insights* que me surgiram ao entrar em contato com a obra *Como Funciona a Democracia* (2006) e com outros pensamentos de Márcio Goldman, encontrados em artigos e entrevistas. Primeiro, devido a afinidade do seu campo de pesquisa com o objeto do presente trabalho, ao se debruçar sobre temas como a participação política, movimentos culturais e religiões afro-brasileiras. Esse contato contribuiu conceitualmente, mas principalmente metodologicamente; Goldman escreve e fala das coisas e das pessoas de uma forma simples e sensível, inspirando caminhos mais fluidos para a escrita.

O primeiro *insight* veio quando, se referindo a sua relação com os parceiros de pesquisa em Ilhéus (Sul da Bahia), relatou que suas técnicas de trabalho de campo se assemelhavam ao processo de “catar folhas” (2006, p.24) presente no Candomblé, religião na qual estou inserida e onde tenho vivenciado assim como antes, na

Capoeira, essa experiência de aprendizagem coletiva e cotidiana baseada na oralidade e nos mais velhos.

Essa passagem me trouxe como um *folioscópio* todos os anos de pesquisa e sobretudo vivência no Centro de São Luís, a começar pela Rua da Estrela onde fica o Curso de Arquitetura e Urbanismo, até chegar no *emaranhado* de pontos de contato e relações que tenho hoje, sendo capoeirista, moradora, trabalhadora, pesquisadora, artista e produtora cultural.

Me dei conta de dispor de montes e montes de folhas recolhidas das mais diversas “árvores”; dados e impressões a respeito do movimento cultural e por moradia no Centro Histórico ao longo de um período de uma década – fatia de tempo que historicamente é utilizada pra demarcar mudanças geracionais, culturais, políticas e naturais – durante a qual o Centro Histórico vem se transformando de forma gradual e cada vez mais expressiva.

Remetendo a outro conceito utilizado por Goldman e Eduardo Viveiros de Castro (emprestado do antropólogo Bruno Latour em sua teoria no campo da Antropologia da Ciência), a *Antropologia Simétrica* é elencada por eles como o antídoto para os “grandes divisores” que separam o campo empírico e o campo científico em mundos incomunicáveis. Ao invés de dualismos como “nós sabemos” e “eles creem”, “nós temos a antropologia e a filosofia” e “eles tem crenças e visões de mundo”, apostaremos nas “pequenas multiplicidades” (2006, 178).

Nesse sentido, desde a inspiração inicial desta pesquisa, as fontes são mestres da cultura popular, lideranças de movimento sociais, moradores, produtores culturais e artistas, trabalhadores ambulantes, pessoas em situação de rua e/ou que vivenciam a rua. Até pelas minhas relações e pelo foco que queria trazer, as entrevistas com representantes do poder público relacionados com as políticas de desenvolvimento em questão foram ficando cada vez mais secundárias, até não serem mais consideradas essenciais, pois já existe toda uma facilidade de sistematização do discurso desses agentes e dessas instituições, presente e difundido nas grandes mídias, em detrimento dos discursos populares, que circulam apenas nos nichos da cotidianidade.

Desse modo, é a partir da produção de conhecimentos dos grupos sócio-espaciais sobre suas realidades que a investigação se constrói. Suas elaborações sobre o impacto de todo esse arcabouço de ações vindas de cima ao chegar na rua

são meus indicadores e é esse o discurso que quero compartilhar com a Universidade, se não para contribuir com a propagação e fortalecimento da reivindicação popular, pelo revolucionário exercício de contar – sob outro olhar – a mesma história.

Ao dialogar entre áreas do conhecimento e visões de mundo distintas, colocando a dupla condição comum de “nativo” e “antropólogo” para todos os indivíduos (2006, p.178), o conceito de Antropologia Simétrica, veio, além de desestabilizar os modelos teóricos dominantes, muito convergir com os meus esforços para explicitar a partir de que perspectiva a investigação da minha pesquisa se dá.

Vale pontuar contra qual assimetria a noção de simetria é posta. Ao cunhar a palavra “simétrica”, Latour propõe sobretudo a dissolução de assimetrias constitutivas do pensamento antropológico tradicional, como a assimetria entre o discurso do sujeito e o objeto (2006, p.181). A meu ver, o ponto central é combater as assimetrias de poder que operam nesses divisores, ao posicionar essas perspectivas como “igualmente diferentes”, não superiores ou inferiores uma à outra. E isso não no sentido de maquiagem ou desconsiderar que as sociedades não têm o mesmo poder, mas para não introjetar e reproduzir essas assimetrias no discurso.

Quando ouço, por exemplo, que *“Os malucos que tão de pé no chão não podem mais entrar, o tambor que acontecia toda semana não tá podendo mais ter”* posso considerar, por exemplo, que o Centro está passando por um processo de tentativa de higienização social em seus espaços “revitalizados” tanto quanto quando leio Ruth Glass, autora que cunhou o conceito de gentrificação pela primeira vez. Quando ouço que *“antes a polícia dialogava mais com a gente, hoje eles só querem intimidar e reprimir”* de um determinado agente sócio-espacial posso discorrer sobre as abordagens e representações dos policiais militares do BPTur para os habitantes do Centro.

Em minha vivência enquanto arquiteta e urbanista, pesquisadora, e também enquanto capoeirista, brincante da cultura popular, moradora e trabalhadora do Centro Histórico de São Luís, para além dos tapumes que anunciam os canteiros de obras, um burburinho crescente começou a chamar a atenção para as implicações e impactos das políticas de desenvolvimento em curso, a partir de narrativas de pessoas comuns que compõem grupos sócio-espaciais no território

Um horror o que tá acontecendo no Mercado das Tulhas, né? IDEOLOGIA DA HIGIENIZAÇÃO! Tão tirando o povo que é frequentador, que sustenta aquela feira, pra poder deixar uma feira para inglês ver: toda arrumadinha

bonitinha, sem preto, sem pobre, sem ninguém de pé no chão e sem música! Não pode nada dentro da feira, eu fui fotografada várias vezes fumando meu cigarro de palha, a bombeira vinha e me fotografava. E aí eu perguntei até pra ela o que era ela disse ‘Não, não sei o quê’ e eu disse ‘Então por quê que tu me fotografa toda hora, cara?’ Horrível! Eles [seguranças] ficam atrás da gente. Eu conversei com vários feirantes, todo mundo acuado, cabisbaixo, quem fazia seu samba não pode mais fazer, quem dava comida pra gente de rua não pode dar, gente que tá descalça não pode entrar. Quer dizer? Olha o perigo dessa LOUCURA IDEOLÓGICA. Logo na feira do Mercado das Tulhas, feira que é dos nossos artistas, do nosso POVO. Isso não pode ficar assim. Eu estou conversando com dois colegas advogados e outros colegas capoeira e eu quero convocá-las para amanhã a gente ir lá no fim da tarde com máscaras, com nossos berimbau, nossos instrumentos e fazer uma tocada lá pra ver o que vai acontecer e pra gente poder denunciar essa LOUCURA que eles querem fazer. (Informação verbal)²

Essa informação verbal diz respeito às semanas que sucederam a entrega do novo Mercado das Tulhas, após ser reformado pela Prefeitura Municipal de São Luís, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP). Atualizando essa pauta, as atividades culturais, vendedores ambulantes e pessoas em situação de rua têm voltado a existir no mercado aos poucos, se acomodando às novas condições e materialidade do espaço.

Essa e outras intervenções em curso tem como objetivo geral o “desenvolvimento”; aqui entre aspas devido o pressuposto de que este e outros conceitos como “embelezamento”, “revitalização” e “requalificação” são noções em disputas, por trás das quais existem ideologias e juízos de valor que não são neutros.

Essas palavras incluem códigos de comportamento e ideais estéticos subentendidos que remetem a padrões elitistas e higienizantes (como citado, “para inglês ver”) que tensionam as práticas sócio-espaciais pré-existentes nesses espaços “revitalizados”. Condenam-se as estruturas improvisadas e a ocupação de locais de acordo com o fluxo de pessoas, que é inerente aos mercados informais, alegando insalubridade ou ilegalidade, visando a uniformização e setorização, incorrendo em insensibilidades com os vendedores ambulantes, que são corriqueiramente subestimados quanto à sua importância para a transmissão de informações e manutenção da segurança das ruas do Centro.

² Informação veiculada em aplicativo de mensagens em um grupo de manifestação cultural popular em São Luís, em 25 de outubro de 2020, (grifo nosso).

Esse conceito de segurança a que me refiro se pauta na condição de que caminhar pelas ruas onde se encontra vendedores ambulantes e pessoas trafegando se torna consideravelmente mais seguro do que trafegar por ruas vazias, onde ficamos mais vulneráveis a quaisquer abordagens prejudiciais. Essa sensação coletivizada desenha fluxos de caminhabilidade e de concentração de vendedores ambulantes que se atraem mutuamente.

De forma semelhante, quando do lançamento do Programa Aluguel no Centro (relacionado ao Programa Nosso Centro da SECID), tive e vi companheiros com dificuldade para se inscrever por não serem funcionários públicos ou possuírem pessoa jurídica ativa ou carteira assinada. Com isso, fica evidente que o subsídio para habitação era voltado para um tipo ideal de morador, com marcadores sociais bem delimitados, e não para as pessoas que já se interessam ou já moram no Centro hoje, seja em ocupações ou sob relações controversas com locatários rentistas e que, assim como eu, esperançaram na política pública alcançar melhores condições de dignidade ou conforto para sua moradia. Essa política teve diversos outros entraves, mas por ora, nos ateremos a este.

Nesse cenário, conceitos como “desenvolvimento”, “patrimônio”, “inovação”, “preservação” se mostram em disputa entre os variados agentes envolvidos, com entendimentos distintos e por vezes opostos. A partir da Antropologia Simétrica tem-se ferramentas discursivas para escancarar os desequilíbrios, as arbitrariedades de medidas tomadas a partir de noções hierarquizadas de poder, pautadas no poder institucional e na propriedade privada, fortemente presentes na centralidade urbana histórica de São Luís.

Partimos, então, para outro episódio ocorrido, este, passível de atualização, que será feita mais a seguir. Na mesma semana que a inauguração do novo Mercado das Tulhas, em uma popular rede social, um reconhecido mestre de cultura popular veio a público se manifestar sobre seu temor de ter o espaço onde há mais de duas décadas realizam-se sob sua direção um centro de manifestações da cultura afro-brasileira, de expressiva relevância e referência para a comunidade cultural.

O Centro de Capoeira Angola Matroá há 22 anos realiza Cultura Popular! Sim, pois embora o carro-chefe seja a Capoeira Angola promovemos eventos e atividades culturais os mais diversos. O Centro Matroá, desde de sua inauguração em 31 de outubro de 1998 até o momento, descrever suas realizações se tornaria enfadonho, dada a extensa lista de feitos, mas o certo é que se tornou um espaço de Cultura Popular respeitado e considerado pelo

que faz e realiza. Esta semana fomos informados que o Senhor Secretário Márcio Jerry Saraiva Barroso teria dito que o prédio onde se encontra o Centro Matroá de Capoeira - dentre outras atividades artístico-culturais - como um todo iria ser entregue ao "Restaurante da Dona Dica". Pois bem, o Restaurante da D. Dica sem sombra de dúvidas é de valor inestimável para a culinária maranhense, no que esperamos que prospere ainda mais, no entanto, queremos crer que Sua Excelência, o Senhor Secretário da Secretaria das Cidades tenha se equivocado, pois embora a Capoeira continue sendo discriminada, não seja mais um de seus algozes, o governo democrático-popular em exercício. Pelo contrário, no máximo realize pequenos reparos no prédio e nos deixe seguir produzindo Cultura. Outrossim, se estamos com as nossas atividades suspensas não é outra coisa senão em razão da pandemia da Covid-19, que ora aflige a humanidade. Nesse sentido nos recusamos ser foco para nos mantermos em sintonia com as ações do governo do estado que vem buscando minorar o lastimável impacto que tal vírus vem provocando haja visto que a nossa posição é pela vacina e por critérios científicos, razão pela qual nos mantermos fechados nesse momento de tanta angústia, a despeito de nossa imensa vontade de voltarmos às Rodas e à outras atividades. Nós, do Centro Matroá, com todo o respeito ao Senhor Secretário, nossa história e feitos em prol da Capoeira e da Cultura Popular haveremos de continuar, porém, caso sejamos postos para fora do prédio em que estamos há 22 anos, tenho certeza, não só a Capoeira e o MATROÁ perderão, mas a Cultura Popular. (HAIKEL, Marco Aurélio, 2021, grifos do autor).

Essa situação se refere à vinda da rede de hotéis e resorts de luxo Vila Galé para o prédio onde funcionava a Defensoria Pública do Estado na Rua da Estrela, sob a condição da desocupação de todo o quarteirão. Essa ação gerou grande comoção por parte dos fazedores de cultura e empreendedores que ocupam os casarões nas imediações da Praça da Faustina, conforme veremos a seguir.

Após o planejado e sucessivo afastamento de diversas agendas culturais tradicionais da região da Praia Grande (também popularmente conhecida como "Projeto Reviver") e o profuso investimento por parte do Estado em vender essa área da cidade para o turismo de massa e para a iniciativa privada, diz-se que mais um grande empreendimento está sendo articulado entre o Governo do Estado e uma rede portuguesa de hotéis de luxo, a saber a maior rede de resorts do Brasil e segundo maior grupo de hotelaria e Portugal e promete transformar a dinâmica e a paisagem da Praia Grande.

Um hotel de luxo com setenta quartos estaria em vias de ser implantado nos casarões onde funcionava a antiga Defensoria Pública do Estado, na Rua da Estrela números 201 e 241. Trata-se de um bem imóvel situado na área de tombamento federal pelo IPHAN, que passou por intervenções de requalificação em 1987 e 2004 e que seria destinado a acomodar uma Pousada e Restaurante Escola, um centro de treinamento voltado para capacitação de mão de obra para o turismo na cidade.

Segundo portais de notícias de jornais maranhenses, o anúncio fora feito pelo presidente da rede hoteleira em 2022 em ocasião da inauguração de um hotel da rede no estado do Alagoas, onde anunciou o investimento na casa dos 80 milhões na capital maranhense. Um protocolo de intenção foi firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE) e o presidente do grupo português prevendo a concessão de uso do edifício e incentivo fiscais por parte do governo e a reforma, manutenção e preservação das características históricas do imóvel por parte do hotel, moldes semelhantes aos do Programa Adote um Casarão.

Em entrevista ao Jornal Pequeno, o secretário afirma que “a construção do hotel estimulará outros investimentos estratégicos na área Central permitindo o avanço do projeto de *reanimação* e *desenvolvimento sustentável* do principal espaço turístico da capital (grifo nosso). A escolha dos termos e inversão de sentido são alarmantes nessa passagem. Se “reanima” o que está morto. E de que sustentabilidade o senhor secretário estaria falando, uma vez que os impactos na infraestrutura, econômicos e sociais de um empreendimento desse porte no coração do Centro Histórico parecem diametralmente opostos a algo sustentável, se considerarmos as práticas sócio-espaciais existentes?

Analisando outra passagem, dessa vez em entrevista ao *Imirante* salta aos olhos e informa sobre as bases que norteiam essas ações: “a iniciativa, além de fortalecer o *empreendedorismo*, que vem se estabelecendo como intensa cultura produtiva no país nos últimos anos, aquece o setor hoteleiro e o turístico de modo geral” (grifo nosso).

Mesmo sem profundos conhecimentos sobre economia é possível afirmar que um empreendimento de natureza transnacional, não pode ser tomado como referência de “empreendedorismo” para a realidade maranhense, nem do Centro Histórico, o qual é profusamente ocupado pela economia criativa, negócios locais, artesãos, vendedores ambulantes, entre outros. Isso sem contar que essa cultura empreendedora vem se construindo muito sobre a precarização do trabalho e das leis trabalhistas em todo o país, desde o golpe de 2016.

As premissas do neoliberalismo pressupõem uma neutralidade de valores e uma neutralidade funcionalista em razão da promoção de igualdade de chances aos indivíduos, o que já é por si só uma análise que pode tender a ser meritocrática, racista e excludente em se tratando de produção de cidade. Essa premissa se faz presente

nos discursos de gestão do território urbano e se faz contraditória também - enquanto o neoliberalismo defende a neutralidade, os indivíduos que a realizam certamente não são neutros em relação a valores, prioridades e ideologia.

Este fato por si mesmo já é um fator de grande impacto para a dinâmica sócio-espacial existente, porém acrescenta-se o fato de que alega-se que o grupo português como condição para instalar o hotel, exigiu de que fosse liberado não apenas o imenso casarão, mas o quarteirão inteiro; exigência essa que toca num espaço pequeno se comparado ao prédio, mas onde se localizam e se dedicam à capoeira (Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade) há mais de vinte anos o Centro Cultural Matroá, a Escola de Capoeira Angola Acapus, onde há também os tradicionais restaurantes Cafofinho da Tia Dica e o Bar-Restaurante da Faustina; o Sebo e Livraria Paço Prosa, a Tapete Criações, a Capelinha de São Benedito na tradicional Praça da Faustina (palco de diversas manifestações da nossa cultura popular e principalmente o Tambor de Crioula).

Soma-se a eles os diversos vendedores e vendedoras ambulantes que tem base nas calçadas do local e retiram o sustento de suas famílias através da venda de seus produtos e que estão apavorados com os boatos da vinda do grande hotel.

Em síntese, são diversos espaços e práticas sócio-espaciais de profunda importância simbólica, cultural e econômica para a Praia Grande, por suas histórias, por estarem consolidados e absorvidos na dinâmica espacial e por serem espaços de resistência num endereço privilegiado do Centro Histórico. Os rumores sobre esse empreendimento têm sido motivos de grande preocupação por parte dos representantes dos pontos de cultura e principalmente dos vendedores ambulantes do entorno do endereço, que temem serem removidos do espaço.

Em detrimento disso, a exigência foi aceita, pois os negócios locais e casas de cultura já estão em vias de serem transferidos para dois novos lugares que se encontram em reforma: a antiga Companhia Paulista, esquina da Rua da Estrela com a Rua Portugal (onde ficará o Cafofinho da Tia Dica, o Centro Matroá e a Biblioteca e Livraria Paço e Prosa) e um casarão na Rua Direita (onde ficará a Tapete Criações e a Escola Acapus).

Nessa situação, destaca-se que os fazedores de cultura e vendedores ambulantes não são avessos ao desenvolvimento e muito menos são contra a reforma dos casarões. Enxerga-se a importância dessas ações e a necessidade de

investimento público na manutenção dos casarões. Em negociação entre os representantes de cada movimento com os técnicos da SECID, tentou-se garantir que todos fossem realocados em instalações que contemplassem suas atividades e nesse momento cada um se valeu de suas próprias relações políticas para fazer valer seus interesses.

Destaca-se, porém, que um centro cultural não é como um escritório ou uma loja para que possa ser movido de qualquer forma, os usos perpassam dimensões sociais e espirituais, como a relação com a rua, com o chão e sobretudo são espaços de memória e de resistência. Não sendo possível garantir que essas dimensões sejam consideradas, tenta-se pelo menos permanecer no mesmo território, gingando e reencantando outros espaços, tensionando o colonial e o popular. Essas negociações também são inerentes à dinâmica sócio-espacial no Centro Histórico.

Em uma nova matéria veiculada pelo Jornal Pequeno em abril de 2023, o Governador do estado afirmou que o imóvel estará disponível para iniciar as reformas para a implantação do hotel a partir de outubro deste ano, com investimentos na ordem de 45 milhões.

Ainda falando em assimetrias e na máxima do desenvolvimento ser indiscutivelmente benéfico e imbatível, apenas elas dão conta de explicar que seja possível, ainda que pouco razoável, que a instalação de um hotel estrangeiro se sobreponha a um notório aglomerado de movimentos culturais e negócios locais, sob premissas econômicas. Para quem serão os empregos criados? Que pessoas acessarão essas unidades de hospedaria? Que deformações as práticas sócio-espaciais existentes sofrerão para acomodar esse empreendimento? Assistiremos esses desdobramentos nos próximos anos.

1.2 Reflexões teórico-metodológicas decoloniais sobre o espaço

Neste subcapítulo, pretende-se trazer um breve panorama das teorias decoloniais, cujo pensamento central fundamenta o presente trabalho, fazendo links com a questão urbana e de políticas de desenvolvimento no contexto da produção do espaço. Nesse fio, passaremos a relacionar com causos específicos do Centro Histórico de São Luís, como um caminho favorável para a construção de uma reflexão crítica.

Ao iniciar essa recuperação bibliográfica encontrei quatro abordagens ligeiramente diferentes acerca desse tema: pós-colonial, decolonial, contracolonial e anticolonial. Em princípio, todos eles estão relacionados à crítica e à reflexão sobre as consequências do colonialismo no mundo e à busca por reparação. No entanto, eles têm enfoques ligeiramente diferentes e frequentemente são abordados por diferentes autores.

- Pós-Colonial:

O termo "pós-colonialismo" teria surgido primeiro. Ele começou a ganhar destaque nas décadas de 1960 e 1970, à medida que os países colonizados conquistavam a independência política. O pensamento pós-colonial aborda as interações culturais, políticas e sociais entre colonizadores e colonizados, bem como as consequências dessas interações após o período colonial. Ele investiga como os traços do colonialismo persistem nas sociedades e como as narrativas ocidentais frequentemente marginalizaram as culturas indígenas e não ocidentais. Autores notáveis nesse campo são Edward Said, Homi Bhabha, Gayatri Chakravorty Spivak e Achille Mbembe.

- Decolonial:

O termo "decolonialidade" ganhou mais proeminência a partir dos anos 1990 e 2000, com um foco maior na descolonização do pensamento e na crítica às estruturas de poder profundamente enraizadas. A abordagem decolonial busca desafiar as estruturas profundas de poder, dominação e exploração que se originaram a partir do colonialismo. Se concentra na descolonização das mentes, das estruturas sociais e das narrativas históricas que perpetuam desigualdades e opressão. Autores importantes nesse campo incluem Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Frantz Fanon e bell hooks.

Segundo o pesquisador indígena Porakê Munduruku³ em seu perfil na rede social Instagram, "a abordagem Decolonial, mais conhecida e disseminada, contrapõe o colonialismo a partir da crítica ao orientalismo, ao eurocentrismo e à branquitude,

³ Mombeu'sara, griô amazônida e escritor. Administrador da Página Brasil in the Darkness e integrante da Kabiadip-Articulação Munduruku no Contexto Urbano.

valorizando as contribuições de "grandes civilizações" africanas e latino-americanas pré-coloniais, como o Antigo Egito e os Impérios Andinos.

- Contracolonial:

O termo "contra-colonialismo" não possui um marco de origem tão definido quanto os outros dois. É um conceito que emergiu mais recentemente, como uma resposta à necessidade de ação direta e resistência contra as influências coloniais ainda presentes. Geralmente, refere-se a um movimento de resistência ativa contra o colonialismo e suas influências duradouras. Os autores associados a essa perspectiva muitas vezes representam vozes das comunidades que lutaram ou ainda lutam contra a colonização e suas ramificações, como é o caso do lavrador e escritor Antônio Bispo, também conhecido como Nego Bispo.

Para Munduruku, a abordagem Contracolonial, também contrapõe o orientalismo, o eurocentrismo e a branquitude, mas deixa de lado as "grandes civilizações" não-europeias para assumir a perspectiva "afro-pindorâmica" dos que nunca estiveram no topo, "valorizando a experiência prática dos povos quilombolas e indígenas em sua trajetória de resistência à colonização européia" (2023).

- Anticolonial

Já a abordagem Anticolonial, de acordo com Munduruku, embora também combata os três conceitos já citados, "vê o colonialismo como uma ideologia que pode existir mesmo sem o protagonismo da Europa ou das pessoas brancas, o que leva à problematização do suposto caráter anticolonial dos antigos impérios africanos, andinos e mesoamericanos, evidenciando as contradições entre castas ou classes no processo de desenvolvimento das sociedades humanas" (2023). O autor analisa que as duas primeiras abordagens surgem, historicamente, buscando se afastar do marxismo, embora eventualmente se reaproximem dele. Já a última surge no seio do próprio marxismo, buscando complementá-lo e é a partir dela que se constrói o pensamento do autor.

Em se tratando sobre a análise do fenômeno urbano, o grupo de pesquisadores latino-americanos da Modernidade/Colonialidade (M/C), evidencia que o processo de produção do espaço urbano brasileiro se desenvolveu tomando como referência exclusivamente os modelos das cidades europeias, desde as primeiras ocupações com características portuguesas até os processos de "embelezamentos" e "melhoramentos" inspirados no projeto da Paris de Haussmann.

Tais espaços tem na exploração, repressão, desumanização e controle seus parâmetros de conduta, se pautam pela necessidade do progresso e desenvolvimento - o futuro é superior ao antigo e se justifica por isso; individualismo, o vir a ser; a suposta neutralidade de valores, assegurados pela técnica e pelos especialistas estão pautadas nas premissas do neoliberalismo, onde a razão deveria ser a tônica da realidade. No entanto, conforme Paulo Freire os indivíduos não são neutros em relação a valores, e toda representação espacial possui uma ideologia. Dessa forma, quais são de fato as bases ideológicas que orientam as políticas de desenvolvimento para os espaços urbanos? Verificando as desigualdades e desequilíbrios pode-se inferir.

Trazendo esse questionamento para o contexto do Centro Histórico de São Luís, em termos básicos, partimos do ponto que a paisagem que se busca preservar e valorizar como Patrimônio Mundial em São Luís é a paisagem de uma cidade colonial, e não somente, mas o maior conjunto arquitetônico de origem portuguesa ainda preservado da América Latina. São casarões coloniais, ruas de pedra reconstruídas ao estilo colonial, preservados graças a um período de estagnação econômica no início do século XX, que o poupou de intervenções modernizantes pelos quais passaram outros conjuntos.

São heranças de uma história colonial, construídos com exploração de mão de obra dos povos originários e povos trazidos de África. Não obstante, a arquitetura colonial de São Luís, possui adaptações, como as fachadas azulejadas, influenciadas principalmente pelas características ambientais, pelos materiais disponíveis e pelas técnicas conhecidas pela mão de obra empregada em sua construção. Em se tratando de dinâmica sócio-espacial, o modo de vida que se popularizou e permaneceu nesse conjunto é seguramente relacionado a esses povos.

Retomando, esse modelo de organização do espaço tem como base uma experiência exclusivamente cartográfica do planejador e a contribuição daqueles que de fato experienciam cotidianamente os espaços públicos ou que compuseram o processo em posições menos favorecidas por vezes não é levada em consideração como são os saberes dos especialistas urbanistas; técnicos aparentemente neutros nos exercícios de análise do espaço. Por isso, se torna complexo e escorregadio destacar contribuições e traços originários e africanos atrelados a materialidade desse conjunto arquitetônico.

Isso ocorre porque o processo de hegemonia territorial e econômica empreendidos pelo imperialismo é também um processo de hegemonia cultural, baseado no pensamento de superioridade da cultura europeia em termos civilizatórios e de desenvolvimento. Essas premissas deixam rastros históricos de apagamento e marginalização, dificultando até as possibilidades de se criarem visões diferentes sobre essa questão (SAID, 2007, p.34).

Deste modo, a hegemonia cultural subsidia o próprio racismo. Tomando para construção da análise o pensamento de Stuart Hall acerca de raça, ele afirma que “raça é uma construção discursiva, um conceito classificatório importante na produção da diferença, um significante flutuante, deslizante, que significa diferentes coisas em diferentes épocas e lugares” (HALL, 2006, p.31), não podendo ser fixado definitivamente por estar sujeito a um processo de constante redefinição.

Neste sentido, uma contribuição importante do pensamento de Hall para o estudo das identidades negras é desnaturalizar e historicizar o conceito de raça, entendendo-o como uma categoria produzida social e culturalmente, em momentos históricos específicos e de acordo com as lutas políticas encetadas pelos diferentes movimentos sociais.

Para Fanon (2008), ao se discutir raça, precisamente o conceito de negritude, é imprescindível a necessidade de compreensão do processo de descolonização e que essa “nova narração do sujeito” pode levar muito tempo com a possibilidade em ter de passar por vários estágios (p.93). Além disso, ele foi um pensador que interpretava essa conceituação de uma outra perspectiva e de um contexto diferente, pois mesmo as forças sócio-históricas, operavam de modo diferente havendo a necessidade da reconstrução dessas noções, em que o sujeito colonial deveria alterar-se ou, na melhor das hipóteses, deixar de existir.

Sendo os motes da colonialidade a dominação e a hegemonia cultural, as quais subsidiam atrocidades e desigualdades sociais e ambientais, a empreitada decolonial e contra-colonial está, portanto, profundamente correlacionada com a luta antirracista e com a proteção do meio ambiente.

É fundamental portanto, um movimento “de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.105). Para tanto, é necessário antes saber identificar os traços de colonialidade nas políticas de desenvolvimento para então questionar aquelas que visam “desenvolver”,

“embelezar”, “revitalizar” determinado espaço sob os ideais de desenvolvimento e progresso eurocêntricos e deslocados da realidade local, para começarmos a pensar cidade por perspectivas contra hegemônicas e contra coloniais.

2. HISTÓRIA E PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ILHA DO MARANHÃO: DA CORRIDA COLONIAL A EMINENTE CENTRO ECONÔMICO E A INVENÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Neste capítulo, nos interessa compor um quadro de referências sobre a ocupação humana e posterior formação urbana de São Luís, elencando momentos significativos para a compreensão das dinâmicas sócio-espaciais desse território ao longo dos tempos, com o compromisso de enfatizar outras narrativas e referências que são menos lembradas e exploradas em outros textos que tem o mesmo intuito.

Partindo da Arqueologia, admite-se aqui, os registros mais antigos de ocupação humana na região da Ilha do Maranhão, passando ao período que foi povoada por povos indígenas Tupinambás, posterior chegada dos colonizadores europeus, sua fundação francesa, formação urbana, ciclos econômicos, declínio até chegar ao momento conhecido como a “Invenção do Centro Histórico” (COSTA, 2017).

2.1 Arqueologia e História Antiga na Ilha do Maranhão

Bandeira nos conta em sua tese de doutorado que a estabilidade climática nas zonas tropicais data de 7.000 anos antes do presente (A.P.) e é responsável por fornecer as condições ideais para a formação e expansão dos manguezais e estes, por sua vez, foram fundamentais para a fixação de grupos humanos nas áreas costeiras e estuarinas – como no caso do estado do Maranhão que conta com 500 mil hectares de manguezais – devido a disponibilidade regular de recursos e alimentos, favorável para o uso contínuo e a reocupação regular dessa região por distintos povos. (2012, p.1064).

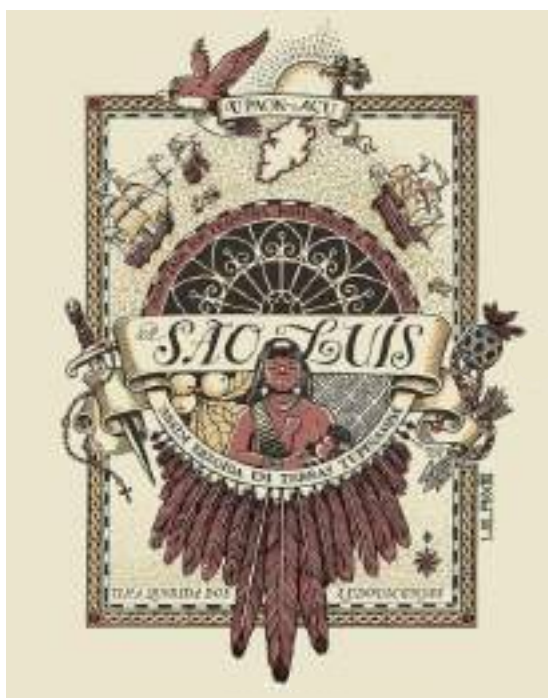
O estudo sistematizado de materiais de sítios arqueológicos e sambaquis em áreas distintas da Ilha de São Luís, revelou que a região se manteve como um local atrativo para a presença humana desde 6.600 anos A.P, sendo encontrados e datados elementos (principalmente cerâmicos) de ocupações com temporalidades e culturas distintas, referente a modos de vida e povos distintos, nos mesmos locais. Conforme Bandeira,

A cronologia dos sítios arqueológicos na Ilha de São Luís se apresentou de forma diferenciada, de acordo com as ocupações humanas, com uma primeira ocupação da Ilha datada de cerca de 6.600 anos A.P associada a povos ceramistas pré-sambaquieiros; uma segunda ocupação iniciada em torno de 5.500 anos atrás, associada a grupos sambaquieiros; uma terceira ocupação de grupos horticultores ceramistas, em torno de 900 anos A.P; e uma quarta ocupação associada a Tupinambás, datada do início do século XV até a chegada do europeu no século XVII (2013, p.09).

Esta importante pesquisa localizou o estuário do Rio Bacanga como um dos locais com a existência de cerâmica mais antiga do Brasil, sendo a região da baía de São Marcos e Baía de São José (onde também foi encontrado material com essa mesma temporalidade no Sambaqui de Panaquatira) o local dos povoados mais antigos (2013, p. 1065).

A Ilha de São Luís no período pré-colonial e período de contato com o colonizador europeu, era, portanto, uma região de aldeamento dos Tupinambás. Estes, segundo consta nos escritos do padre capuchinho Claude D'Abbeville e também na toada de Bumba-meu-boi de Mestre Humberto de Maracanã, espalhados em 27 aldeias, sobre as quais foi erigida a cidade de São Luís, por colonizadores franceses comandados por Daniel de La Touche, em expedição para fundar a França Equinocial, em 1612.

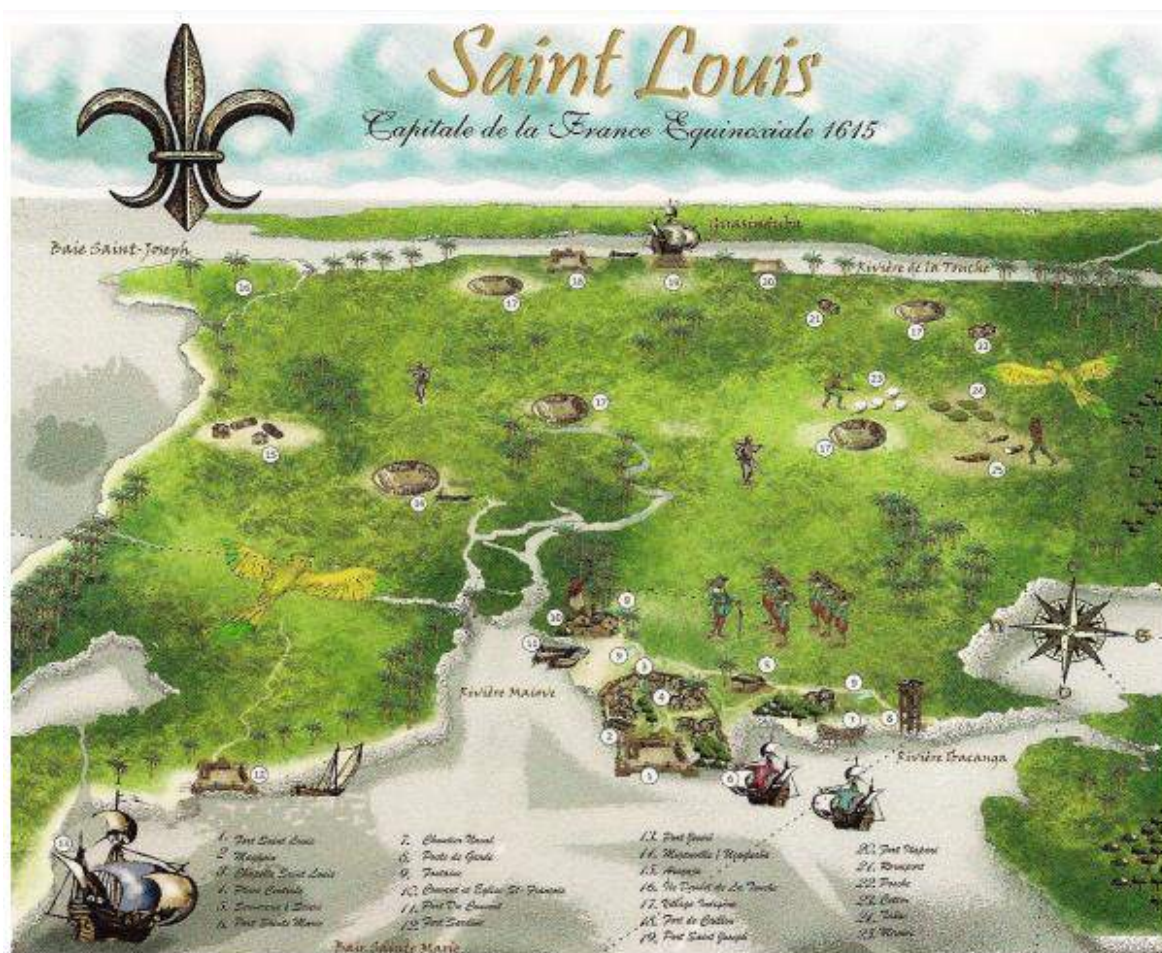
Figura 1 – Ilustração “São Luís: assim erigida sobre terras Tupinambá”



Fonte: Wall Paixão, 2019.

Em um posterior escrito de Bandeira temos um vasto compilado de informações sobre a presença dos Tupis na Ilha de São Luís, baseado em fontes históricas (coloniais) datadas dos primeiros períodos da colonização e fontes arqueológicas. Essa documentação, representada por narrativas, cartas, ofícios, mapas, iconografias, etc, retratam os primeiros dois séculos da presença europeia e seu contato com os povos indígenas, conscientemente denominados Tupinambás pelos padres capuchinhos Claude d'Abbeville e Ives d'Evreux, entre os anos 1612 a 1614 (2015, p.83). Os documentos produzidos pelos padres são importantes referências devido a especial atenção dada na descrição da localização das aldeias, seus líderes, modos de vida, aspectos culturais e formas utilizadas para catequizá-los.

Figura 2 – Reconstituição Hipotética da localização das aldeias Tupinambás em São Luís no início do Século XVII.



Fonte: NORBERTO, 2012.

Com a chegada dos colonizadores europeus, principalmente os portugueses, ocorreu a conquista e colonização do território. Conforme Bandeira,

A “restauração” de São Luís do domínio dos franceses ocorreu em 04 de novembro de 1615, pelo capitão Alexandre de Moura. A capitulação dos franceses deu-se no Sítio Sardinha, onde até o século XVII existia um forte, na atual Ponta do São Francisco, situada em frente ao Palácio dos Leões (RIBEIRO DO AMARAL, 2010). Naquele lugar foi travada a batalha final que expulsou de vez a Coroa francesa do Maranhão, encerrando o sonho da França Equinocial. Quando São Luís, capital do Maranhão, se integrou ao Império do Brasil, no período provincial, já possuía praticamente o mesmo território conhecido atualmente (2015, p. 81).

As fontes documentais sobre a história indígena ganharam mais corpo com a documentação produzida oficialmente pela Secretaria do Governo do Maranhão que abrange desde o período colonial até a primeira metade do século XX, as quais versaram sobre diversos assuntos e especialmente a temática indígena que é amplamente representada no *Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Setenças da Junta das Missões*. Esse importante corpo documental foi publicado pelo Arquivo Público do Maranhão em 1997, na obra *Repertório de documentos para a História Indígena do Maranhão*.

Por meio desses documentos é possível acompanhar o agenciamento da política indigenista e o trato com os indígenas, que tinha o objetivo de submetê-los e usá-los como mão de obra. Retrata ainda as resistências desses grupos a essas investidas. No período pós independência, essa política toma novos contornos, com a criação da Diretoria Geral dos Índios, que perdurou até o fim do período Imperial. A documentação desse período reflete claramente os esforços para uma unificação cultural (BANDEIRA, 2013, p.211).

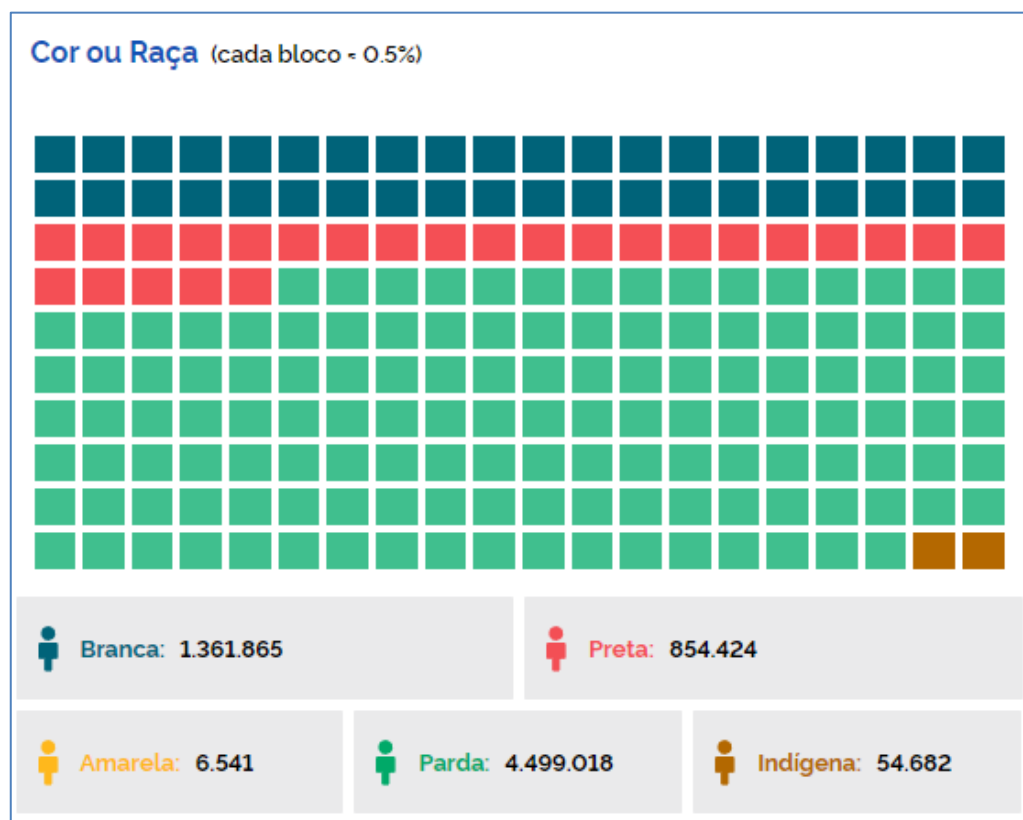
Os ciclos econômicos da região foram marcados pela exploração do pau-brasil, do açúcar e, posteriormente, do algodão. Esses ciclos econômicos foram caracterizados por uma relação assimétrica e exploratória entre colonizadores europeus e as populações originárias.

A contribuição dos povos africanos, trazidos em profusa quantidade para o Maranhão, também desempenhou um papel significativo na história de São Luís. Através do tráfico transatlântico de escravos, muitos africanos foram trazidos para a região, trazendo consigo suas culturas, conhecimentos e formas de resistência. Essa diáspora africana contribuiu para a formação de uma cultura afro-brasileira rica e

diversificada na região, influenciando a música, a dança, a religião e outros aspectos da vida cotidiana.

No Censo de 2022, foi levantado no Maranhão a marca de 66,4% de pessoas pardas – categoria definida como “quem se identifica com mistura de duas ou mais opções de cor, ou raça, incluindo branca, preta e indígena” (IBGE, 2023, grifo nosso) – o que corrobora com essa forte contribuição africana e indígena na composição da cultura e população Maranhense.

Figura 3 - Composição racial da População do Maranhão em 2022



Fonte: IBGE, 2023.

Continuando na história, a coletânea "Aspectos Urbanos de São Luís: Uma Abordagem Multidisciplinar", organizada por Grete Soares Pflueger e José Bello Salgado Neto, oferece uma abordagem abrangente sobre o desenvolvimento urbano de São Luís, abordando diferentes perspectivas e disciplinas. Através dos diversos artigos presentes na obra, é possível traçar um panorama geral das transformações urbanas que moldaram a cidade ao longo do tempo.

No século XVIII, o declínio da economia açucareira, que havia sido o principal sustentáculo econômico de São Luís e da região, trouxe desafios econômicos para a

cidade. A produção de açúcar enfrentou concorrência de outras áreas do Brasil e do mundo, levando a uma diminuição das atividades açucareiras na região.

O declínio do ciclo do açúcar foi seguido pelo ciclo da pecuária e da produção de algodão, atividades que ganharam importância econômica na região no século XIX. Esses ciclos econômicos trouxeram uma reconfiguração das atividades produtivas, com a expansão da agricultura e da criação de gado, influenciando a ocupação do espaço urbano.

A virada do século XIX para o XX trouxe o ciclo da borracha, com a extração do látex da seringueira, o que trouxe novo dinamismo à economia local. No entanto, a borracha perdeu importância e São Luís passou a enfrentar desafios econômicos. Na década de 1950, um novo ciclo de desenvolvimento teve início com a industrialização da região, especialmente impulsionada pela exploração de minério de ferro. A implantação da indústria siderúrgica trouxe crescimento econômico e urbanização acelerada.

A expansão urbana de São Luís durante o século XX foi marcada pelo crescimento populacional, infraestrutura urbana precária, problemas de habitação e desigualdades socioeconômicas. A população cresceu rapidamente devido à migração de pessoas em busca de empregos nas indústrias.

Em 1970, com a construção da Ponte José Sarney (Ponte do São Francisco), esse deslocamento da população para outras áreas da cidade, principalmente de alta renda, se consolidou. Uma nova cidade passa, então, a ser criada e a “cidade velha” é paulatinamente abandonada e acaba sendo resguardada pela ponte, que – num contexto em que as discussões e políticas de preservação do patrimônio histórico cultural ainda se iniciavam – direciona as renovações urbanas do novo século para fora dessa centralidade (COSTA, 2017). Dessa forma, ainda que existam marcos iniciais de uma expansão vertical com a construção de alguns edifícios e a modernização da Avenida Magalhães de Almeida, São Luís teve o seu centro inicial poupado de grandes transformações e posteriormente transformado em histórico.

Como consequência da expansão urbana, o inevitável deslocamento de usos da região central fez com que todos os olhares se voltassem para as novas áreas que estavam sendo ocupadas, deixando o Centro Antigo à margem. A posterior falta de interesse da administração pública em relação a área do Centro Histórico e a especulação imobiliária, contribuíram para o processo de “abandono” (REIS, 2011).

A crescente competição entre as cidades a partir dos anos 1980 intensificou o debate sobre as possibilidades de obtenção de recursos externos em vários países. Nesse contexto, a cultura passou a ser explorada de várias formas. Esse período converge com as políticas de preservação e *patrimonialização*.

2.2 A Invenção do Centro Histórico e as Políticas de Desenvolvimento

No Maranhão, datam do período de ascendência do modelo econômico agroexportador e escravista de algodão e arroz no século XVIII, as ruas e sobrados que no século XX se tornariam reconhecidos como portadores de um valor histórico e artístico excepcional, sendo posteriormente transformados em bens culturais. Costa disserta sobre a invenção do Centro Histórico de São Luís, apoiado em diversos pontos da historiografia, alegando os caminhos e acontecimentos históricos que culminaram, segundo ele, na *invenção* do Centro Histórico de São Luís.

Segundo a historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2012, p. 86 apud COSTA, 2017, p.73), as primeiras décadas de edificação do casario português em São Luís coincidem, também, com a reconstrução de Lisboa sob o comando do Marquês de Pombal, após o terremoto que destruiu parte importante da cidade em 1755. Iniciando-se na segunda metade do século XVIII, esse processo de desenvolvimento material do Maranhão movido por colonos mais abastados se intensificaria no século XIX, de modo que “o período entre 1808 e 1856 foi o mais movimentado em termos de importação de azulejos, soleiras, portais de cantaria, e de profissionais especializados em construção civil”.

No bojo dos emblemas de nobreza cultural emplacados por determinados intelectuais maranhense nos momentos de decadência econômica que sucederam a quebra do sistema agroexportador, como o de “Atenas Brasileira”, alguns elementos colaboraram para a invenção do Centro Histórico, como: a eleição da arquitetura colonial como elemento identitário local, seu enquadramento através de um olhar estetizante e informado pela ideia de um valor de antiguidade, e a entrada de um certo pensamento preservacionista na razão de Estado (COSTA, 2017, p. 76).

José Antônio Vieira Lopes foi um dos autores que se debruçou sobre a construção desse pensamento preservacionista. Um dos pontos que ele destaca é a criação da Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município em 1943, a eleição da arquitetura colonial como elemento identitário local, seu enquadramento

através de um olhar estetizante e informado pela ideia de um valor de antiguidade, e a entrada de um certo pensamento preservacionista na razão de Estado (COSTA, 2017, p. 77).

Em um contexto geral, o início das políticas de preservação do patrimônio histórico cultural remonta ao século XIX, com a emergência do movimento de preservação do patrimônio em diferentes partes do mundo. Esse movimento surgiu em resposta às transformações urbanas e industriais que ameaçavam a destruição de edifícios e espaços históricos em muitas cidades. O contexto histórico e social que levou ao desenvolvimento dessas políticas estava ligado a um crescente interesse pela história e cultura das sociedades, bem como a uma preocupação com a perda de identidade cultural e histórica.

A preservação do patrimônio histórico-cultural ganhou mais força ao longo do século XX, quando os governos começaram a reconhecer a importância de proteger e promover a herança cultural das cidades com olhares voltados para o turismo. No caso do Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado em 1937, consolidando ações de preservação em nível nacional.

No contexto de São Luís, a cidade foi reconhecida por sua rica herança cultural, refletida em seu centro histórico, que foi declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1997. O centro histórico de São Luís é caracterizado por sua arquitetura colonial de influência portuguesa. A nível estadual, para preservar e revitalizar o Centro Antigo de São Luís, foi criado o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL). Lançado em 1993, esse programa teve como objetivo recuperar e valorizar o patrimônio histórico e cultural da cidade, ao mesmo tempo em que promovia o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A requalificação do Centro Histórico envolveu a restauração de edifícios e monumentos históricos, ações de educação patrimonial, estímulo ao turismo cultural e atividades culturais. Foram realizadas parcerias entre instituições governamentais, sociedade civil e organismos internacionais para financiar e implementar as ações de revitalização.

O PPRCHSL também abordou questões de infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana, buscando equilibrar a preservação do patrimônio com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e visitantes do centro histórico. A requalificação

do centro histórico de São Luís resultou na valorização do espaço, na promoção do turismo cultural e no fortalecimento da identidade local.

Em se tratando de um território com particularidades - protegido por tombamento estadual pelo Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA), federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e incluído na lista de cidades patrimônio histórico cultural da humanidade pela UNESCO - o Centro de São Luís possui grande importância cultural, econômica e turística, contando também com nichos habitacionais tradicionais, cuja população resiste à reinvenção de novos modos de morar (WALL, 2012).

Nos últimos anos, investimentos em reabilitação e promoção de novos usos, ações oriundas do PPRCHSL, o qual é responsável pela paisagem reconstruída que temos hoje na região da Praia Grande. Hoje, é possível observar que o centro não é homogêneo: há o centro comercial, que se mantém ainda com forte relevância para a cidade como um todo; o centro cultural, celeiro de manifestações tradicionais com influência dos povos que compõem a população maranhense e o centro que abriga sólidos nichos residenciais de populações tradicionais e de rendas mais baixas que resistem e desafiam a “invenção” de novos modos de morar, os quais, por sua vez, precisaram, desde o primeiro momento, construir a ideia de inadequação do centro antigo como lugar de morar para promover a si próprios como ideais de bem viver (WALL, 2012).

Nos últimos anos, após um histórico marcado pela alternância entre momentos de investimento e outros de estagnação por parte da gestão pública, o Centro Histórico de São Luís, patrimônio cultural da humanidade e importante centralidade urbana da cidade, vem passando novamente por transformações expressivas em sua paisagem e consequentemente dinâmica sócio-espacial, devido uma série de intervenções advindas de diversos programas e instâncias da administração pública.

Dentre essas ações mais recentes de requalificação, o Centro de São Luís foi incluído na agenda do PAC Cidades Históricas (2009), programa do governo Federal através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, recebendo propostas para 44 intervenções de restauração e reabilitação em diversos pontos, como as obras de reforma do complexo da Praça Deodoro e da Rua Grande que foram entregues no segundo semestre de 2019 (SÃO LUÍS, 2019).

Nesse mesmo contexto, a Prefeitura Municipal de São Luís, assume a liderança do processo de gestão compartilhada que antes era comandado pelo governo do estado e também tem voltado suas atenções para o Centro, realizando uma série de obras incluindo reforma de praças, mercados, fontes, adaptações de passeios e vias para fins de acessibilidade para pessoas com locomoção reduzida, entre outros. Dentre os marcos da atuação da prefeitura municipal na preservação do Centro Histórico, destaca-se a criação da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH) em 2004 e o Programa de Revitalização do Centro Histórico (2017), conduzido pela SEMISPE. Também nesse sentido, novamente via Governo do Estado, o Programa Nosso Centro é lançado em 2019 e também vem transformando o território.

A reprodução social do Centro de São Luís passa por ressignificações que são ao mesmo tempo atravessadas e constituintes da identidade e cultura local e que lhe agregam valor simbólico e imaterial. Essa leitura foi importante para compreender que seus processos históricos, convergências, modernização e atual reinvenção são determinantes em sua dinâmica e se refletem na performance dos elementos que formam o tecido social urbano, como moradia, trabalho, lazer, cultura e participação política e caracterizam um modo de vida particular.

2.2.1 PPRCHSL – Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís

Trataremos, doravante, sobre o PPRCHSL até chegar ao recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997. Após o tombamento federal em 1974, foi somente nos primórdios da década de 1980 que foram desenvolvidas as primeiras políticas públicas de preservação, que tinham como obstáculo a vasta dimensão do conjunto urbano tombado que requeria um volume vultoso de recursos por parte do poder público.

Anteriormente, duas propostas de planejamento para o Centro Antigo foram elaboradas contratadas pelo governo estadual, a do arquiteto Viana de Lima em 1973 e a do arquiteto John Gisiger em 1979. Essa última, propunha a Praia Grande como área prioritária para começar a reconstrução, devido a concentração de grandes sobrados com fachadas azulejadas.

Outra contribuição importante foi a intervenção do então presidente do IPHAN Aloísio Magalhães, a qual culminou na realização de um amplo seminário em São Luís em 1979, a 1ª Convenção da Praia Grande, a qual tinha como objetivo tornar conhecida a proposta de Gisiger, bem como realizar um amplo debate junto a sociedade civil e comunidade local. Esses marcos iniciais foram importantes passos na criação do PPRCHSL (ANDRÉS, 2016, p.92).

Como encaminhamentos da Convenção, ficou a cargo da Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento – SEPLAN conduzir a partir dali a elaboração de um programa de preservação do Centro Histórico. Com isso, foi instituído o Grupo de Trabalho e a Comissão de Coordenação com representação dos três níveis de governo e da sociedade civil organizada.

Outro encaminhamento importante do debate da Convenção foi a definição das políticas de preservação, constituindo um marco conceitual e filosófico que norteou a implantação do programa de recuperação (ANDRÉS, 2013, p.101). Estas são as onze políticas elencadas na Convenção, compondo uma determinada filosofia de preservação:

Quadro 1 - Políticas de Preservação do PPRCHSL.

1. Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico;	2. Intensificar as atividades de assistência e promoção social e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda;	3. Apoiar a instalação de centros profissionalizantes;
4. Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área;	5. Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação cultural;	6. Promover a revitalização Econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural;
7. Adequar as redes de utilidade, serviços e logradouros público: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação coerente e diversificada do Centro Histórico;	8. Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e cargas;	9. Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico;
10. Garantir um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís;	11. Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos do governo estadual e municipal.	

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Finalizado em 1982, o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, conhecido como Projeto Praia Grande, por ter a Praia Grande como área piloto e intervenção, foi subdividido em onze subprogramas criados para atender às políticas adotadas. O PPRCHSL foi implementado em seis etapas (1979 a 2006), cada etapa correspondendo ao período de mandato governamental de quatro anos, devido às mudanças de gestão. A maior delas foi a etapa de 1995 a 2002, em decorrência da reeleição de 1998.

Em 1986, através do Decreto Estadual de nº. 10.089, é definido o tombamento de uma área com aproximadamente 160 hectares, que além de englobar o mesmo espaço já tombado pela União em 1974, acrescentava zonas que não eram tombadas a nível federal. Isso foi um avanço nas possibilidades de conseguir recursos para a preservação.

Já nos anos noventa, durante a quinta etapa de implementação do PPRCHSL sob o governo de Roseana Sarney, todo o esforço despendido no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís teve o seu coroamento em dezembro de 1997, quando a Governadora do Estado, o Prefeito da cidade de São Luís (Jackson Lago) e os demais membros da comitiva oficial que representavam a cidade no evento tiveram a honra de receber para o Centro Histórico de São Luís o título de Patrimônio Mundial, durante a 21ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial.

Os sentidos dessa certificação foram decantando e se resignificando no cotidiano, conferindo um valor de excepcionalidade a esse território que anteriormente não existia. Para COSTA, essa invenção configurou um processo social de longa duração e foi “tecida por discursos, classificações e nomeações, mas também é preta de sentidos não verbais: são imagens, condutas, práticas, modos padronizados de agir, pensar que contribuem para fazer da paisagem da cidade antiga um *Centro Histórico*” (2017, p.53).

Essa apreensão se dá no sentido de um espaço de memória, mas também dentro da noção de *espaço público*, lugar de vivência social, cultural e política, espaço de contradição, disputas e onde as heterogeneidades se encontram, conforme Leite conceitua,

Embora o espaço público, portanto, se constitua como espaço urbano, é possível entendê-lo como uma categoria sociológica que ultrapassa a rua, constituída pelas práticas que atribuem sentidos e estruturam lugares. [...] Não são os ares de uma cidade enobrecida que libertam, mas as formas cotidianas de

2.2.2 PAC Cidades Históricas

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas em São Luís do Maranhão foi uma iniciativa do governo federal do Brasil que buscou revitalizar e preservar o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural do centro histórico da cidade. O programa foi lançado no contexto da gestão da então presidente Dilma Rousseff e tinha como objetivo não apenas a recuperação física das edificações, mas também o fomento ao turismo cultural, o desenvolvimento econômico sustentável e a valorização da identidade cultural da cidade.

Lançado em 2013, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, como parte de um conjunto de iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O programa visava a atender diversas cidades brasileiras que possuíam centros históricos de valor cultural e arquitetônico. O objetivo era recuperar esses espaços urbanos, promovendo a revitalização e a preservação do patrimônio histórico, além de estimular o turismo e a geração de empregos.

Em São Luís, o programa se alinhou ao contexto de interesse crescente pela preservação do centro histórico da cidade, que possui um dos maiores conjuntos de arquitetura colonial portuguesa do Brasil. A cidade é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO desde 1997, o que destacou sua importância no cenário nacional e internacional.

As ações do PAC Cidades Históricas em São Luís incluíram uma série de intervenções que visavam a revitalização e a conservação do patrimônio histórico da cidade, bem como o fomento ao turismo cultural. Dentre essas ações, é possível destacar:

- **Restauração de Edifícios:** Foram realizadas obras de restauração em edifícios históricos, como casarões e igrejas, com o objetivo de recuperar sua arquitetura original e garantir sua conservação.
- **Revitalização de Espaços Públicos:** Praças e espaços públicos do centro histórico foram requalificados, incluindo melhorias na infraestrutura, na iluminação e no mobiliário urbano.
- **Estímulo ao Turismo Cultural:** O programa buscou valorizar o turismo cultural em São Luís, promovendo ações de divulgação do patrimônio histórico e a realização de eventos culturais.

- Capacitação e Formação: Foram oferecidos cursos e capacitações voltados para profissionais envolvidos na gestão do patrimônio histórico e no turismo cultural.

O programa também tinha como objetivo promover a participação da comunidade local, envolvendo os moradores na preservação e na valorização do patrimônio histórico. O PAC Cidades Históricas foi realizado via um esforço conjunto entre o governo federal, estadual e municipal para preservar a identidade e a história de São Luís, ao mesmo tempo em que buscava o desenvolvimento sustentável. A seguir, trazemos a lista de obras realizadas através do Programa.

Figura 5 - Obras do PAC Cidades Históricas em São Luís-MA

Obras do PAC Cidades Históricas - São Luís (MA)
Restauração:
Antigo Galpão de Algodão - Centro de Criatividade Odylo Costa Filho
Antiga Alfândega - Casa do Maranhão
Casarão Rua do Giz - Implantação do Polo Digital
Casarão na Rua da Palma, 445 e 450 (habitação de interesse social)
Escola de Música do Estado do Maranhão
Estação Ferroviária - Centro Cultural
Fábrica São Luís - Câmara de Vereadores
Fachada do Azeiteiro do Sobrado da Praça João Lisboa, No. 37 (obra concluída)
Igreja do Carmo
Igreja de Santana
Igreja de Santo Antônio
Igreja de São João
Imóvel da Rua 14 de Julho - Teatro Tablado/UFMA
Mercado Central
Museu Histórico Artístico do Maranhão
Palácio das Lâmpadas - UFMA/Palácio da Ciência
Palácio Cristo Rei - UFMA/Reitoria (obra concluída)
Sobrado do Fórum Universitário - UFMA/Curso de Direito (obra concluída)
Sobrado da Rua da Estrela, 386 - Fapema (obra concluída)
Sobrado da Rua da Estrela - Faculdade de História (obra concluída)
Sobrado da Rua Portugal - Museu de Artes Visuais (obra concluída)
Sobrado do Arquivo Público
Sobrado do Centro Artístico Openrio
Sobrado da Av. Pedro II, 199/205 - Junta Comercial
Sobrado da Baronesa de São Bento - Coleteiro
Sobrado da Rua da Estrela - Biblioteca Escolar
Sobrado da Rua Portugal, 300 - Secretaria do Estado da Cultura
Sobrado da Rua Portugal - Secretaria de Turismo
Sobrado da Rua Portugal - Casa de Nhazinha
Sobrado da Rua do Giz - Centro de Cultura Popular
Sobrado da Rua do Giz - Centro de Arqueologia
Sobrado da Rua de Nazaré, 316 - Secretaria de Direitos Humanos
Sobrado da Rua de Nazaré, 135 - anexo do Museu da Gastronomia
Sobrado da Rua de Nazaré, 55 - Centro Educacional Guaxenduba
Sobrado da Rua do Giz, esquina com Rua 14 de Julho/Escola de Música da UEMA
Sobrado na Praça Antônio Lobo - Casa do Estudante/Uema
Solar dos Vasconcelos - Dep. de Patrimônio Histórico
Teatro Artur Azevedo (obra concluída)
Teatro João de Deus (obra concluída)
Restauração e adaptação:
Palacete da Rua Formosa, 46 - Secretaria Municipal de Turismo
Requalificação urbanística:
Rua Grande (obra concluída)
Requalificação:
Fortaleza São Luís
Praça João Lisboa e Largo do Carmo
Praça da Alegria (obra concluída)
Implantação:
Praça dos Mercês

Fonte: IPHAN, 2023.

2.2.3 Programa Nosso Centro

O Programa Nosso Centro, lançado em 24 de junho de 2019 pelo governo do estado através da Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), é composto por um conjunto de ações estruturantes com o objetivo de promover ainda mais o turismo, movimentar a economia e valorizar o Centro Histórico. Desde seu lançamento, o programa tem sido tema frequente de discussões, debates e seminários com diversos segmentos e setores do Estado (MARANHÃO, 2019).

O Programa prevê obras de infraestrutura como a construção de acessos, novas áreas de estacionamento, melhoramento do desenho urbano como calçadas, meios fios e outros elementos. Pretende-se desenvolver o trabalho a partir de pólos prioritários, agregando cultura-lazer-gastronomia, e também o habitacional, institucional, comercial, turístico e tecnológico. A intervenção compreende áreas de tombamento estadual, federal e outras zonas centrais da cidade, com obras do Governo do Estado, Prefeitura de São Luís e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (MARANHÃO, 2019).

Os investimentos previstos para essas obras são de aproximadamente R\$73 milhões pelo Governo do Estado, além de mais R\$71 milhões em parcerias com a Prefeitura de São Luís, IPHAN e iniciativa privada. Com o Nosso Centro, serão investidos mais de R\$140 milhões para a execução de novas obras (MARANHÃO, 2019).

O Cheque Minha Casa, por sua vez, é uma política destinada às famílias de baixa renda, com o objetivo de apoiar a reforma, a ampliação ou melhoria de unidades habitacionais já existentes, com prioridade para as instalações sanitárias. O Programa visou inicialmente beneficiar 4.000 (quatro mil) famílias residentes nas cidades da Região Metropolitana de São Luís, composta pelos municípios de São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Santa Rita, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Axixá, Cachoeira Grande e São Luís (MARANHÃO, 2019).

Segundo a SECID (2019), a união das atividades dos programas *Cheque Minha Casa* e *Nosso Centro* tem como principal objetivo incentivar a habitação na área central de São Luís, considerando os desafios técnicos e o custo de manter uma edificação histórica, e diminuir os vazios urbanos nessa região da cidade.

Compreende-se, entretanto, que é necessário ações mais integrais e incisivas no sentido de manter e incentivar o uso habitacional no Centro Antigo, principalmente quando paralelos à forte abertura a investimentos da iniciativa privada.

Ainda no âmbito do programa Nosso Centro, foi lançado em janeiro de 2021, o Aluguel no Centro, com a impressionante proposta de subsidiar até 80% do valor do aluguel de casarões históricos (MARANHÃO, 2021). Os beneficiários poderiam escolher um imóvel no Centro Histórico, dentre aqueles que foram pré-selecionados pelo certame, para morar e teriam o aporte do estado no custeio do aluguel, a fim de incentivar o uso habitacional na região. O público-alvo da iniciativa, entretanto, “são servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal (de São Luís), comerciantes com CNPJ ativo e trabalhadores com carteira assinada”, o que deixou representativa parcela dos candidatos, em sua maioria pessoas que já moram na região e/ou exercem atividades profissionais, artísticas e culturais, descobertas, ao mesmo tempo que evidencia o perfil de morador para o qual a habitação será financiada.

Em diversas oportunidades formais (como no 9º Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico do Brasil e Portugal – FIPA – realizado numa parceria do IPHAN com a FUMPH, a UEMA e diversos outros parceiros internacionais e no 2º Seminário de Patrimônio histórico promovido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU-BR em parceria com o CAU-MA, ambos acontecendo em junho de 2023) e informais é possível apreender de representantes da União dos Moradores um expressivo conhecimento mas também ressentimento e avaliação negativa dos programas de habitação social no Centro: reconhecem os que foram implantados, porém alegam que eles não conseguem ser efetivos ou bem geridos, além daqueles que não são implementados em sua totalidade, como o caso dos imóveis da Rua da Palma 445 e 449 previstos pelo PAC das Cidades Históricas.

Há um entendimento da União de que é necessário pensar uma política de habitação no Centro a partir dos moradores existentes, os quais já enfrentam diversos desafios seja em ocupações ou cortiços alugados e que são pessoas que possuem outros pontos de contato com o Centro Histórico (trabalham na área), o que fariam essa política ter uma transversalidade maior. Esses moradores, segundo o secretário Romildo, popularmente conhecido como Mestre Bigorna, são

em sua maioria trabalhadores informais da região da Praia Grande ou de outras localidades do Centro.

Uma esperança, entretanto, desponta no horizonte. Foi comunicado uma nova modalidade do *Programa Minha Casa, Minha Vida* (Governo Federal), o MCMV Retrofit, o qual tem como objetivo utilizar prédios abandonados, reformá-los e disponibilizá-los para moradia.

No 9º FIPA, realizado no Curso de Arquitetura na Rua da Estrela, inclusive ouvi gestores falando coisas que deveriam ser óbvias como “Não faz sentido criar moradia em locais totalmente afastados da infraestrutura urbana, no Centro já tem toda a estrutura necessária e tantos imóveis sem uso”, mas que poucos anos atrás só se ouvia e lia coisas do tipo em artigos e palestras de pensadores do planejamento urbano.

Isso significa antes de qualquer coisa uma possibilidade para os Centros Históricos e também que as críticas sobre o molde anterior de produzir novas moradias (conforme os interesses das grandes construtoras em zonas afastadas e desprovidas de infraestrutura e urbanidade ter problemas) chegaram até as instâncias de construção da política pública.

Mais um dos carros-chefes do programa Nosso Centro, o Adote um Casarão, lança também no primeiro semestre de 2021 sua segunda edição, contendo três editais de chamamento público, os quais “fazem parte de uma estratégia do Governo do Estado com a finalidade de fomentar o empreendedorismo local e ocupar os imóveis públicos *ociosos* ou *subocupados* de propriedade do Estado com atividades que promovam o desenvolvimento sustentável do Centro Histórico aliado à preservação do patrimônio histórico” (MARANHÃO, 2021, grifo nosso).

Esse programa teve impacto significativo na paisagem e ações realizadas no Centro Histórico. Os casarões reformados agregam valor ao espaço e trazem mais segurança. Nem todos os projetos possuem em seu foco, entretanto, o contato efetivo com a comunidade, mas o que se propõem a essa relação, são prontamente absorvidos e instrumentalizados pelos moradores, como o Casarão Porta e Janela, o Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã e o Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas.

2.2.4 Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PROCIDADES)

A prefeitura municipal de São Luís também está atuante na pauta do Centro Histórico, através de sua Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais (SEMISPE), estando por trás de projetos como o Levantamento dos Setores da Economia Criativa de São Luís, no qual atuei como pesquisadora de campo, e a reforma do Complexo de Santo Ângelo, antiga Galeria Trapiche, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e Instituto Cultural Vale, que prevê a requalificação do complexo de casarões da Galeria Trapiche para a instalação de um centro de criatividade e inovação da Prefeitura, projeto de cerca de 53 milhões de reais.

O Programa de Revitalização do Centro Histórico promoveu a realização de diversos projetos de aprimoramento, incluindo a revitalização do Parque do Bom Menino e seu entorno, com um investimento de R\$ 12 milhões. Além disso, o Skate Park recebeu investimento de R\$ 500 mil, enquanto a Praça da Bíblia e seus arredores foram requalificados com um aporte de R\$ 3,5 milhões. Investimentos de R\$ 5,5 milhões foram direcionados para a reestruturação da Praça da Saudade e áreas adjacentes, e R\$ 2,5 milhões para a renovação da Praça da Misericórdia e seu entorno. As intervenções também abrangeram o Anel Viário, que passou por uma requalificação com um investimento de R\$ 18,5 milhões. Foram implementadas obras de acessibilidade na área de tombamento federal e realizada a reabilitação dos edifícios localizados nas Ruas Portugal, números 285 (com um investimento de R\$ 2,8 milhões) e 251 (com um aporte de R\$ 2,5 milhões). Ademais, o projeto arquitetônico do Cais Trapiche Santo Ângelo foi realizado com um investimento total de R\$ 45 milhões (SÃO LUÍS, 2023).

Outros pontos em que se destaca a gestão municipal no Centro Histórico de São Luís, é a criação da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH) em 1974, durante o governo do prefeito Haroldo Tavares, como resposta à onda de desenvolvimento econômico e na modernização das cidades durante o governo militar, o que, muitas vezes, poderia levar a intervenções urbanas que ameaçavam o patrimônio cultural e histórico.

As atribuições da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís (FUMPH) estão relacionadas à preservação, proteção, valorização e promoção do

patrimônio histórico e cultural da cidade. A FUMPH desempenha um papel fundamental na coordenação de ações voltadas para a conservação das edificações, espaços urbanos e elementos arquitetônicos que fazem parte do patrimônio histórico da cidade.

Outra entidade vinculada à Prefeitura Municipal é o Núcleo Gestor do Centro Histórico (NGCHSL), criado em 1992, durante o governo da então prefeita Conceição Andrade. O contexto histórico que levou à criação desse órgão está relacionado a uma série de fatores que buscavam abordar as questões de preservação, revitalização e desenvolvimento sustentável do centro histórico da cidade.

Na década de 1980 e início dos anos 1990, muitas cidades históricas do Brasil estavam passando por desafios relacionados à degradação de seu patrimônio cultural, às transformações urbanas e às pressões do crescimento urbano desordenado. Nesse contexto, a criação do Núcleo Gestor em São Luís foi uma resposta à necessidade de preservar e valorizar o centro histórico da cidade, que é reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

A criação do Núcleo Gestor foi uma iniciativa voltada para coordenar ações específicas de preservação, restauração e revitalização do centro histórico, bem como promover sua valorização cultural, turística e econômica. Essa iniciativa estava alinhada com os esforços nacionais e internacionais para proteger os centros históricos das cidades, reconhecendo seu valor como testemunhos da história e da cultura. Hoje, suas missões setoriais são: limpeza urbana; trânsito, mobilidade urbana, carga e descarga e acessibilidade; comércio informal; publicidade e engenhos; eventos culturais; segurança pública; infraestrutura urbana.

Nesse contexto, foi criada em 2015, durante o governo do prefeito Edvaldo Holanda Junior, a primeira sub-prefeitura de São Luís: a Subprefeitura do Centro Histórico, que tem como subprefeito hoje o geógrafo Maurício Itapary. A criação de subprefeituras foi uma das principais propostas apresentadas durante a campanha do petecista à Prefeitura de São Luís nas eleições de 2012, quando Edivaldo Holanda Júnior derrotou o pecedebista João Castelo. O objetivo seria descentralizar a administração municipal por meio de um processo de setorização da cidade.

PARTE 2

3. LEVANTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL

Levantamento Sócio-espacial é um método de levantamento proposto pela Professora Silke Kapp no laboratório Morar de Outras Maneiras (UFMG), onde são desenvolvidas pesquisas relativas à habitação social e interfaces para a assessoria técnica. O método é discutido e aplicado no artigo *Levantamento sócio-espacial: um método no vilarejo* (2016).

Nesse texto, Kapp afirma que a abordagem tradicional que arquitetos, urbanistas e planejadores utilizam ao apreender o mundo social especializado de grupos vulneráveis, composta por levantamento técnico e diagnóstico, se configura como um problema central nos prejuízos sofridos por tais grupos ao serem sujeitados a ações externas (institucionais) que implicam em transformações no espaço em que vivem (p. 02). Isso ocorre porque esses instrumentos se pautam em categorias pré-estabelecidas as quais permitem, se muito, que o grupo sócio-espacial envolvido possa acrescentar informações, tendo pouca ou nenhuma autonomia.

Para Kapp, a alternativa a isso seria a pesquisa antropológica, a qual almeja uma compreensão aprofundada dos hábitos e dinâmicas de um dado grupo social, porém no contexto de ações pontuais, propositivas, uma pesquisa desse tipo exige tempo e recursos raramente disponíveis. Nesse cenário, começou-se a discutir no grupo MOM-UFMG um método de levantamento sócio-espacial que em um trabalho de tempo curto possibilitasse obter dados relevantes sobre como uma comunidade produz seus espaços e que dificuldades e conflitos enfrentam (2016). Kapp, complementa,

O intuito não é conhecer o grupo profundamente para depois traduzir suas necessidades em soluções, num viés ainda assistencialista. O intuito é conhecer o grupo o suficiente para descobrir que formas de apoio externo podem lhe ser úteis para ampliar sua capacidade de decidir e agir sobre o seu espaço, sem gerar novas dependências (2016).

Pelo exposto, o levantamento sócio-espacial foi a escolha metodológica que inspirou minha atuação no Escritório Popular de Arquitetura Porta e Janela em seu três anos de atuação, desde 2019, e nessa ocasião também se revelou pertinente e para a investigação proposta no presente trabalho. Ainda que eu tenha disposto em

abundância do recurso de tempo de permanência no território de pesquisa, minhas relações com os diversos grupos sociais abordados não são homogêneas, tampouco o são os cenários encontrados. O método me contempla especialmente no sentido de privilegiar as narrativas populares e evidenciar a forma como as políticas de desenvolvimento vem sendo agenciadas pelos grupos sócio-espaciais parceiros da pesquisa.

Para realizar o levantamento sócio-espacial recorri ao conceito de *práticas espaciais insurgentes* proposto por Souza (2013) em sua obra *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial* como uma forma de sistematizar as diversas iniciativas populares presentes no Centro Histórico, as quais em sua profusão e diversidade compõem um modelo local de desenvolvimento de território, pautado na comunidade, na cultura e em saberes tradicionais.

Esse recurso é algo que trago da graduação, quando utilizei esse sistema como indicador para analisar práticas profissionais de coletivos de arquitetos que trabalham junto com comunidades através das *assessorias técnicas* em um molde oposto ao modelo do mercado tradicional da arquitetura. Nessa ocasião, analisar os projetos realizados sob a perspectiva das práticas sócio-espaciais insurgentes, permitiu identificar que ações dos grupos (e de que forma) ampliaram possibilidades de autonomia das comunidades com quem trabalharam. Nesta oportunidade, o mesmo conceito será aplicado para sistematizar movimentos socioculturais propostos por grupos que operam de forma autônoma, criativa e comunitária dentro do Centro Histórico tanto quanto lhes é possível.

E essa tal autonomia? Por que ela assume esse status de elemento que qualifica as práticas sócio-espaciais? Kapp discute conceitualmente a autonomia, que pode ser entendida basicamente em dois aspectos: o “direito” de se autogovernar ou a capacidade de autodeterminação. Em ambas as possibilidades, a autonomia “só existe quando tem algo de heterônomo em jogo, quando há algo de exterior, de outro”, com a diferença que enquanto capacidade de autodeterminação, a autonomia pode existir à revelia das formas heterônomas, enquanto que como o direito de autodeterminação, ela é concedida por essas forças mesmas (2003, p.95).

Os dois aspectos coexistem, “o direito à autonomia costuma possibilitar e promover a autonomia como capacidade e ao contrário, a capacidade de autonomia costuma forçar o seu reconhecimento como direito” (2003, p.98). Trago essa

passagem para relacionar com o contexto do Centro Histórico, que é, graças principalmente ao tombamento patrimonial e às políticas de preservação, o lugar da heteronomia, onde um complexo sistema de normas e códigos impera.

Essa questão é especialmente pungente quando proprietários ou locatários de imóveis no Centro desejam fazer modificações em suas casas ou estabelecimentos comerciais e precisam seguir todas as normas definidas pelo IPHAN ou DPHAP. Na necessidade/desejo de abrir um vão pra fazer uma garagem ou construir um banheiro mora um entrave na controversa relação desse grupo sócio-espacial do Centro com os órgãos de preservação.

Passando para o espaço público, onde se desdobra a maioria das práticas sócio-espaciais insurgentes que serão abordadas a frente, encontramos situações semelhantes e se observa que esses movimentos se organizam e vão para a rua partindo do pressuposto de sua capacidade de autodeterminação, até tangenciarem com a heteronomia, que pode por vezes fortalecer o movimento oferecendo melhores condições de exercerem sua autonomia, ou, nos casos mais infelizes, cerceando seu direito à autodeterminação.

Como estamos falando de práticas sócio-espaciais insurgentes e políticas de desenvolvimento no Centro Histórico, adotamos o conceito de autonomia para compreender as relações estabelecidas, alianças, conflitos, apreciações e agenciamentos dessas políticas por parte dos grupos sócio-espaciais.

Em se tratando dos grupos sócio-espaciais que foram os interlocutores da pesquisa, representam organizações, movimentos ou pessoas com os quais me conecto de alguma forma, não esgotando em quantidade todos os fluxos existentes no Centro, trazemos apenas uma seleção representativa e diversa. Vamos a elas. Temos a Associação de Moradores do Centro Histórico de São Luís (UMCHSL), através de seus representantes Denis Cutrim e Romildo (Mestre Bigorna), com a qual me conectei mesmo antes de ser moradora do Centro e tenho uma relação de cooperação mútua em estágio inicial; a Associação Cultural “Os Caras de Onça” através de sua vice-presidenta Jânia Lindoso, com a qual tenho uma relação de amizade, projetos compartilhados e atualmente atuo como assessora técnica/arquiteta popular no processo de recebimento do prédio da Fábrica de Artes; outros adotantes de casarões do edital Adote um Casarão assim como eu, através da mobilização consequente do projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória

do Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas - IESTI, no qual estamos estabelecendo uma rede de articulação e promoção do debate sobre o Centro a partir de diversas perspectivas e agentes.

Somam-se a esses os representantes de cada um dos movimentos artísticos e culturais que serão relatados ao longo do capítulo, alguns são amigos, outros são pessoas com quem trabalho ou trabalhei através da minha função de produtora cultural do Tebas Bar e Café e Casarão Porta e Janela.

Temos ainda os interlocutores individuais como o Jorge, morador, pedreiro e vendedor ambulante do Centro com o qual sempre mantenho contato e contrato os serviços; a artista Camila Reis, que é minha professora de caixa do divino e autora do artigo “Na cultura popular aprendi a gostar de mim, do meu povo e nossas histórias”, Carla Coreira Belfort, autora do projeto “Mulheres que dão no couro” localizado na praça a Faustina com quem colaboro e sou aluna; Regina Arcanjo, coreira de Tambor de Crioula e guia de turismo do Centro, com quem tenho uma relação de amizade e quem sempre me traz insights interessantes das histórias das ruas e do povo da rua; há, por fim, a Nicole, moradora e pesquisadora do Centro Histórico, com quem as poucas trocas de figurinhas foram bastante informativas e inspiradoras.

Em se tratando do contexto de produção desses dados que virão posteriormente, são dados coletados da forma mais orgânica possível, através de relacionamentos pré-existentes, com um uso intenso de redes sociais para mobilizar e dialogar com os interlocutores, algo incorporado do meu trabalho como produtora e comunicadora cultural no Casarão Porta e Janela. Foi utilizado também a metodologia de entrevistas abertas, com o Mestre Nelsinho sobre o Casarão Laborarte e com o Denis Cutrim sobre o conceito nativo “Patrimônio Humano”.

São dados de vivência, ou como pontuei numa fala em diálogo com a SECTI sobre a implantação do Parque Tecnológico Renato Archer, são “dados de trincheira”; convivo com essas pessoas diariamente, semanalmente, frequentamos os mesmos espaços, dialogamos, construímos, nos desentendemos, nos associamos, negociamos, formamos uma comunidade. Muitos relatos surgem a partir de posicionamentos dessas pessoas em espaços de diálogo com o poder público, com a universidade ou entre entidades da sociedade civil organizada e internamente, mas surgem também do dia a dia, de uma conversa na boca da fogueira de um tambor, de

encontros na feira, na rua, na roda, entre outros. Encontros que a meu ver são intrínsecos à ou potencializados pela própria *centralidade*.

Sobre o lugar dessas práticas espaciais insurgentes na pesquisa, ao longo do processo elas se tornaram centrais, mais até do que as políticas de desenvolvimento mobilizadas pelo Estado. No trajeto de pesquisa, buscando compreender os impactos dos programas de requalificação no cotidiano do Centro, me dei conta de que esse *cotidiano*, a nossa vida acontecendo transcende as políticas públicas e atravessa programas e governos, ora sofrendo pressão ora se beneficiando deles, mas sempre continuando. Juntas, essas práticas espaciais formam uma agenda local de desenvolvimento territorial a qual, agenciada pelos moradores e fazedores do Centro Histórico, é de uma diversidade e riqueza de soluções com noções próprias sobre o que é patrimônio, podendo elas mesmas inspirar um programa de desenvolvimento, pois o fortalecimento e manutenção dessas ações é certamente a ação de preservação do patrimônio cultural mais genuína que há.

. No contexto geral do Centro Histórico, tais atividades estão no âmbito de contribuições populares ao desenvolvimento, pois são iniciativas em escala local que promovem vida e transformação nos espaços e mantém os casarões de pé a partir de práticas populares, culturais e comunitárias e as quais configuram um modo próprio de produção do espaço no Centro Histórico através da economia criativa, ativação de espaços públicos e casarões, produção artística e cultural, mobilização e trabalhos sociais, promovendo segurança das ruas e produzindo conhecimentos.

Os moradores, que são parte constituinte e fundamental desses movimentos, têm de forma mais ou menos elaborada plena ciência dessa contribuição, por isso eles vêm sustentando de forma cada vez mais consistente o conceito de *patrimônio humano*, como uma estratégia perante a academia e principalmente o poder público de alegar que sem os moradores, trabalhadores e fazedores de cultura o patrimônio edificado se torna algo incompleto ou mesmo que o patrimônio edificado está de pé graças a essa comunidade que cuida, ocupa, refuncionaliza e dá vida cotidianamente.

Para teorizar este conceito nativo, busquei Denis Cutrim, morador e militante do Desterro, vendedor ambulante, poeta, escritor; e também a primeira pessoa que vi empregando o termo. Antes de passar para o conceito, e porque durante a entrevista ele citou diversas vezes a importância da presença do Curso de Arquitetura da UEMA no Centro Histórico e suas contribuições, aproveito para dizer que Denis é uma figura

que comecei a ver justamente no CAU-UEMA, sempre presente em todos os eventos e momentos em que se pautou o Centro Histórico e suas questões urbanas, sociais e políticas; e assim é até hoje, continuamos nos encontrando.

Hoje, suas ideias, informações e contribuições estão presentes em diversos trabalhos acadêmicos – escritos por ele no curso de Ciências Sociais (UFMA) ou por outros pesquisadores do Centro, assim como eu. Para além do ambiente acadêmico, ele está presente em diversos espaços de discussão e construção sobre o Centro Histórico, sendo membro da União de Moradores do Centro Histórico (UMCHSL), do Comitê Gestor do Centro Histórico, o que torna seu ponto de vista extremamente rico, pois aborda o território a partir de múltiplas perspectivas e abordagens, dialogando de forma transversal com a comunidade, com a academia e com o poder público.

Figura 6 – Denis Cutrim, o Denis do Desterro



Foto: Jessica Carvalho, 2023.

Em idos de uma longa conversa realizada na Rua da Palma, no casarão adotado onde funciona o IESTI (Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas), perguntei a Denis como é utilizado, como surgiu e o que é pensado sobre esse conceito *patrimônio humano*, que até então ainda não havia aparecido em sua fala durante a entrevista. Denis, então, iniciou dizendo que o conceito nunca fora teorizado antes; e disse isso antes de fazer, ele mesmo, uma ampla e completa teorização.

Inicia dizendo que é um argumento que a comunidade utiliza a seu favor para destacar a sua presença no Centro Histórico no sentido de *habitar*. E quando diz habitar, concebe como um conceito amplo, não abrangendo apenas o ato de morar, mas também uma ideia de *identidade*. Inclui, em seguida, uma categoria correlata: *oriundi*.

Como a comunidade do Centro Histórico não se enquadra como uma comunidade tradicional, algo que já foi considerado por eles da Associação de Moradores, a categoria *oriundi*, termo empregado por Denis em seus textos, diz sobre um indivíduo que tem em sua identidade elementos do território, e que a partir dela constrói o pertencimento e desenvolve suas relações sociais, de forma encadeada. Essa descrição é sensivelmente próxima ao conceito de *grupo sócio-espacial* proposto por Silk Kapp (2018), o qual é empregado na presente pesquisa, categorias que existem independentes e se reforçam mutuamente.

Retomando, Denis procede explicando de onde vem esse arranjo conceitual, e revela que ouviu o termo pela primeira vez do poeta e músico Joãozinho Ribeiro, em ocasião do Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Desterro, no começo dos anos 2000, onde pautaram que a comunidade (oriundos), a qual possui essa relação intrínseca com o território, é quem preserva esse Centro Histórico. Seria esse, então, o patrimônio humano que constrói a cultura relacionada a ele e a principal ferramenta de manutenção dessa sustentabilidade. Recaptula, afirmando que “o oriundo (ou nativo ou patrimônio humano) é a principal ferramenta de preservação da sustentabilidade sócio-econômica do Centro Histórico.

Acerca do contexto de proposição do conceito, foi colocado o contexto histórico, no sentido que o conhecimento institucional concebe a preservação como a ideia de preservar o patrimônio físico, material ou o patrimônio cultural ou imaterial, que abrange os saberes, fazeres e manifestações diversas. Denis pontua que apesar de ambos estarem essencialmente relacionados às pessoas – o patrimônio material foi construído pelas pessoas e o imaterial é constituído pelas pessoas – se faz necessário destacar esse contingente humano, pois acaba não sendo considerado de forma sensível pelas políticas públicas de preservação, principalmente no campo da habitação de interesse social.

Em se tratando das pessoas por trás desses patrimônios, Denis volta a invocar a categoria *identidade*, ao dizer que quem construiu os casarões foram os negros

escravizados e proletários que habitavam o Desterro, território que aparece desde o primeiro traçado urbano proposto por Francisco Frias de Mesquita, e para onde se destinava o contingente menos abastado da população, o qual historicamente não tem reconhecido sua contribuição e importância na construção de todo esse patrimônio material e também na construção dessa identidade cultural que é chamada de patrimônio imaterial.

Essas pessoas são o *patrimônio humano*. Suas existências não podem ser desassociadas desse território, pois são intrinsecamente ligadas. Não somente os negros, mas também as prostitutas e pessoas que faziam trabalho braçal e proporcionaram essa mais valia desse espaço, afinal não foram os condes e a nobreza burguesa que edificaram essas paredes, foram esses grupos subalternizados. Entretanto, não há estátuas deles, tampouco são inclusos dignamente na história comum desse território. Com isso, Denis coloca que o conceito *patrimônio humano* é, então, “acionado como um mecanismo de defesa da nossa própria permanência no Centro Histórico”.

A estratégia por traz desse conceito é fazer com que o poder público, os intelectuais, a academia, as pessoas formadoras de opinião, reconheçam esse patrimônio humano como parte da formação e da construção da história desse lugar, de modo a subsidiar a construção de políticas públicas mais sensíveis com as questões que são caras a essa comunidade, como moradia de interesse social, infraestrutura, oferta de emprego, trabalho e renda, acesso à cultura, entre outros.

É proposto para que os empreendimentos que sejam implantados no Centro, sejam do setor público ou do privado, levem em consideração e se destinem pelo menos em parte para atender e absorver a comunidade. Que não sejam sugeridos ou implantados de forma autoritária ou arbitrária, que a opinião da comunidade seja incluída nessas intervenções.

O Desterro, em detrimento de outros nichos habitacionais do Centro Histórico e por diversos motivos históricos, possui hoje múltiplas conexões e é alvo de diversos projetos, como o Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória do IESTI e o Inventário Participativo conduzido pela UEMA em rede com inúmeras outras IES públicas, além de outras mobilizações. Enxergo nisso, a atuação da associação de moradores e grupos culturais do Desterro, e de Denis especificamente com o

patrimônio humano, como um fator determinante para esses acontecimentos e para o Desterro ocupar esse lugar.

Em termos de aplicação na presente pesquisa, o conceito nativo *patrimônio humano* vem como uma qualificação do conceito de *grupo sócio-espacial* empregado até então, o qual pressupõe uma relação mútua de reprodução entre comunidade e território. *Patrimônio humano* agrega a essa noção elementos e estratégias específicos e inerentes ao contexto do Centro Histórico de São Luís e da comunidade que instrumentalizou e teoriza o conceito.

Figura 7 – “Desterro Patrimônio Humano” Sede d’Os Caras de Onça, Desterro.



Foto: Jessica Carvalho, 2023.

3.1 Práticas sócio-espaciais insurgentes

Marcelo Lopes de Sousa em seu livro *Conceitos Fundamentais da Pesquisa espacial*, parte do conceito de prática espacial, o qual está segundo ele “indelevelmente ligado à contribuição de Henri Lefebvre” como de crucial importância no sentido de ser, por excelência e ainda mais claramente que conceitos tão complexos como lugar e território, a ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço (2016, p. 238).

Assim como Souza e por também ter bebido da fonte do pensamento de Lefebvre na graduação, o conceito de prática espacial é adotado como um ponto de partida, sem compromisso de fidelidade com o pensamento *lefebvriano*, dado as diferenças teórico-filosóficas com outros autores que contribuem com o pensamento presente nesta dissertação. O conceito de prática espacial, assim como foi para Souza, foi um elemento fertilizante da investigação da pesquisa, sendo necessário, entretanto, que o conceito seja recontextualizado e adaptado com outras referências filosóficas e científicas para melhor contemplar investigações empíricas sistemáticas (2016, p.239).

Sintetizando, Souza coloca que práticas espaciais são “práticas sociais em que a espacialidade é um componente nítido e destacado da *forma de organização*, do *meio de expressão* e/ou dos *objetivos a serem alcançados*” (p.241, grifos do autor). Tendo explicado o conceito, pontua-se que as práticas espaciais podem ser, naturalmente, de vários tipos, servindo ao longo da história ora à dominação e manutenção de hierarquias (heteronomia), ora à emancipação e à instituição livre de normas e leis pelo próprio grupo sócio-espacial (autonomia). Para fazer essa distinção, Souza distingue as práticas sociais em *heterônomas* e *insurgentes*, sendo as primeiras as que tem em comum entre si o fato de visarem à submissão, ao “adestramento”, ao “amansamento” e ao enquadramento subalterno dos corpos e das mentes (p.248); e essas últimas são aquelas que tendem à autonomia ou pelo menos à luta contra a heteronomia.

As práticas espaciais insurgentes remetem diretamente à ideia de *práxis*, ou seja, a uma prática reflexiva, a ações que visem à transformação da realidade, politicamente falando. A *práxis* é, essencialmente política, ou seja, orientada para *influenciar ou transformar as relações de poder* e é, portanto, um conjunto estruturado de ações dotadas de sentido. E no caso das práticas espaciais insurgentes, é uma *práxis* emancipatória e por isso inerentemente crítica à heteronomia e orientada à autonomia (p.250).

Acredito ser interessante promover esse encontro entre o conceito de *práticas espaciais insurgentes* e esses movimentos culturais com que me conecto, no sentido de deixar mais explícito este processo popular de desenvolvimento do território do Centro Histórico a partir de sua comunidade. Existe (muito) poder na capacidade da comunidade de criar as suas próprias instituições e formas de organização e iremos

aqui neste trabalho conhecer algumas dessas iniciativas autogeridas e organizadas, propostas de forma coletiva de baixo para cima pelos grupos sócio-espaciais, potencializando elementos inerentes à centralidade, ou mesmo criando novas centralidades.

Continuando com Souza, o autor define ainda seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes, que são capazes de abranger um vasto número de manifestações empíricas particulares e ser útil no sentido de formar um quadro de referência a ser complementado e melhorado (2016, p.250-251). Acrescenta, ainda, que há articulações de dois ou mais tipos de práticas espaciais insurgentes formando *estratégias sócio-espaciais complexas*.

Quadro 2 - Práticas Sócio-espaciais Insurgentes

1. Territorialização em sentido estrito: “apropriação” e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física. A escala espacial é, via de regra, “nanoterritorial”, às vezes local, ou pelo menos é assim que as práticas insurgentes geralmente começam, fortemente enraizadas em lugares específicos; mas, quando um movimento social emancipatório se desdobra em um levante, em uma rebelião ou em uma onda de protesto, e às vezes até mesmo em uma revolução, as práticas insurgentes de territorialização chegam a abranger espaços bem mais vastos, em escala regional, “nacional” etc. [...] Quanto à escala temporal, as territorializações insurgentes podem ser menos ou mais duradouras, menos ou mais efêmeras: de uma “ocupação” que pode permanecer como um território dissidente por apenas algumas horas, alguns dias ou algumas semanas, ou continuar existindo por anos [...]

2. Territorialização em sentido amplo: nesse caso, territórios são identificados, direitos formais e prerrogativas legais de proprietários privados são desafiados e regras espaciais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos, porém sem a presença física duradoura dos transgressores/desafiadores. Muitas vezes é uma prática espacial “silenciosa” e feita “às escondidas”, ao passo que as territorializações em sentido estrito costumam ser “ruidosas” e “abertas”, conduzidas publicamente.

3. Refuncionalização/reestruturação do espaço material: trata-se do ajuste do substrato espacial material a novas necessidades, decorrentes de novas relações sociais. O substrato espacial material precisa ser adaptado a novas funções no transcurso da manutenção de territórios dissidentes por um período de tempo relativamente longo. Quase axiomáticamente, práticas espaciais insurgentes não podem ser duradouramente exercidas, ao menos de maneira minimamente satisfatória, no mesmo quadro espacial criado por práticas espaciais heterônomas. Às vezes a adaptação pode ser alcançada através de intervenções mínimas, utilizando-se espaços pré-existentes de uma maneira nova e criativa; às vezes, porém o espaço material preexistente necessita ser reconstruído ou fortemente modificado.

4. Ressignificação de lugares: a imagem dos lugares é, muitas vezes, disputada entre diferentes agentes. Nessas circunstâncias, a cultura, o simbolismo e o discurso aparecem na qualidade de “campos de batalha”, em que visões de mundo e práticas hegemônicas e não hegemônicas entram em confronto. As representações espaciais (por exemplo, por meio da paisagem), os relatos sobre as histórias dos lugares, a toponímia, as discussões em torno das supostas “vocações” e do futuro dos espaços....Tudo isso tem, não raro, crucial importância para as lutas políticas.

5. Construção de circuitos econômicos alternativos: como expediente para a geração de renda, mas também para financiar diversas atividades (culturais, políticas etc.), movimentos emancipatórios têm, várias vezes, investido ou tentado investir no desenvolvimento de alternativas mais ou menos profundas ao mercado capitalista e às relações de produção capitalistas (emprego assalariado, hierarquia de rendimentos etc.) no que se refere à produção, à comercialização e ao consumo.

6. Construção de redes espaciais: a formação de redes espaciais (ou geográficas) corresponde à implementação de práticas multiescalares integrando várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes. Uma tal integração permite que sejam alcançadas sinergias em matéria de visibilidade pública de demandas e protestos, de eficiência logística, de solidariedade pública e de ajuda mútua entre organizações e ativistas de vários lugares, ocasionalmente ou em certos casos até mesmo de mais de um país (solidariedade internacional, ativismo transnacional).

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

As práticas espaciais insurgentes entram aqui como uma estratégia textual para trazer iniciativas e experiências existentes no Centro Histórico e que fazem parte da minha rede de relações, com maior ou menor profundidade. Com elas, é possível apreender diversas questões sobre a reprodução sócio-espacial do Centro Histórico a partir dos grupos sócio-espaciais que compõem a comunidade desse território.

Tendo participado em minha trajetória de pesquisadora de alguns levantamentos de abordagens diversas no território do Centro Histórico, a saber o levantamento da situação de ocupação e estado de preservação e conservação os imóveis para a pesquisa do grupo de pesquisa Mercado Imobiliário das Cidades Históricas (UFPE-UEMA-UNAMA), levantamento do Mapeamento de Economia Criativa em São Luís (SEMISPE), Oficina de Inventário Participativo do Desterro (UEMA) e atualmente atuando como Assistente Técnica nos levantamentos do projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória (IESTI), meu levantamento sócio-espacial é um pouco de cada um desses, somado de uma informalidade empírica que tem a ver com ser eu mesma uma figura entre os atores envolvidos e relacionados com esse território.

Quanto à localização, as práticas que serão abordadas se concentram na área da Praia Grande e no Desterro (que estão dentro do perímetro de tombamento federal), mas tendo também representantes nas áreas que o IPHAN considera como “centro expandido” (que estão dentro do perímetro de tombamento estadual), como as que estão nas imediações da Fonte do Ribeirão.

O entorno da Fonte do Ribeirão é um caso interessante de ser citado, pois está se configurando como um outro circuito de empreendimentos culturais, de lazer e entretenimento fora da Praia Grande, a qual continuamente tem ficado ocupada por empreendimentos mais voltados para o grande turismo. Esse fenômeno pode estar relacionado a diversas razões como as ações de desenvolvimento e as dinâmicas do mercado imobiliário. Essa nova concentração de empreendimentos está distribuída nas ruas Godofredo Viana, Rua dos Afogados e Rua do Ribeirão, chegando até a Avenida Beira Mar, totalizando mais de 30 iniciativas de economia criativa e equipamentos públicos que estão gerando atração de fluxo e público para essa localidade, são eles:

- | | |
|--|-----------------------|
| 1. Teatro Arthur Azevedo | 3. Brechó da Luza |
| 2. À Candinha – lanchonete e restaurante | 4. Botequim do Carlos |
| | 5. Pungada Cachaçaria |

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 6. Lekti Quilombo Literário | 18. Oca (ONG) |
| 7. Bistrô Ao Redor | 19. Lanchonete Lanche Bem |
| 8. Bazaar da Moda SLZ | 20. Casarão Porta e Janela |
| 9. Pega o Beco Bar | 21. Zeus Brigaderia |
| 10. Tabacaria Bob Lenda | 22. Comercial João Carvalho |
| 11. Metal Heads pub | 23. Bar da Sueni |
| 12. Café Guará | 24. Artisan Hamburgueria |
| 13. Casarão da Fonte | 25. Cozinha Ancestral |
| 14. Tétêu – Bar e
Restaurante | 26. Malharia Cabide |
| 15. Merceria Nova Opção | 27. Beira-Mar Food Park |
| 16. Casa do Coreiro do
Maranhão | 28. Museu Ferroviário do
Maranhão – REFFSA |
| 17. Lampiões Boteco e
Petiscaria | 29. Casarão Laborarte |
| | 30. Bar do Flamengo |
| | 31. Bar do Jorge |

Para fortalecer esse circuito cultural e econômico, o Casarão Porta e Janela visa promover encontros com os representantes das iniciativas, para tratarmos de pautas e desafios comuns dos negócios, bem como projetos, para se pensar ações conjuntas de ativação do espaço e também para reivindicação coletiva por melhorias estruturais necessárias como limpeza urbana e iluminação pública.

Em ocasião de minha participação na formação Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória (2023), tive a oportunidade de abordar essa localidade como um território criativo e sistematizar uma proposta de encontro inicial para os empreendedores sociais das imediações da Fonte do Ribeirão.

A seguir e no apêndice A (pág. 118), apresentamos o mapa dessas práticas, para que se possa compreender essas localizações, que são relevantes para entender seus contextos em relação às pressões das políticas de preservação.

Quadro 3 – Mapa das Práticas Sócio-espaciais Insurgentes do Centro Histórico de São Luís (MA)



Fonte: Jessica Carvalho (2023)

Em resumo, iremos neste capítulo apresentar o nosso centro, em minúsculas, que não é o da política do governo do estado, mas o do cotidiano. Considero um capítulo escrito a várias mãos, com uma trama de histórias de vida, lutas e sonhos, guardados pelas grossas paredes dos casarões ou por entre os paralelepípedos das ruas. Reitero que as iniciativas apresentadas a seguir consistem em uma seleção das existentes, um apanhado daquelas que cruzam meu cotidiano de alguma forma. O intuito aqui é, sobretudo, evidenciar lógicas locais e contra hegemônicas de desenvolvimento. Vos convido, pois, a (re)conhecer o nosso centro.

3.1.1 Territorialização em sentido estrito

Expandindo brevemente o que foi apresentado no quadro de referência anteriormente, a *territorialização em sentido estrito* são práticas fortemente enraizadas em lugares específicos, partindo da escala local ou nanoterritorial (SOUZA, p. 251).

Souza cita ainda exemplos históricos dessa prática, como a Ucrânia sob a influência do movimento liderado pelo anarquista Nestor Makhno durante a Guerra Civil que se seguiu à Revolução Russa, a revolta húngara antiburocrática que culminou na criação e multiplicação de conselhos populares. Na escala temporal podem ser menos duradouras, como uma ocupação, menos ou mais efêmeras como quando indígenas interceptam uma rodovia para reivindicar direitos ou denunciar uma violência, mantendo um espaço como território dissidente por apenas algumas horas, dias ou semanas.

A seguir, alguns exemplos de territorializações em sentido estrito em funcionamento no Centro Histórico de São Luís atualmente, organizadas de baixo pra cima, com menor ou maior duração e tempo de existência, formatos distintos e partindo de organizações e cenas culturais diversas.

Roda Quem Nunca Viu Venha Ver – Praça dos Poetas

A Praça dos Poetas, localizada na Avenida Dom Pedro II, foi construída através do Programa Nosso Centro e entregue em 2020, em ocasião dos 408 anos da capital São Luís. Segundo a Agência de Notícias do Governo do Estado, a praça é um espaço destinado a homenagear as gerações de poetas maranhenses, além de oferecer um mirante com vista privilegiada para o Rio Anil.

Fazendo alusão à alcunha de *Atenas Brasileira*, a praça traz um percurso onde se lê trechos de obras de poetas e poetisas maranhenses, bem como breve biografias e bustos. Há ainda dois quiosques para lanchonetes/cafeterias e um bloco com banheiros públicos onde também há um quadro ilustrado com uma paisagem da Praça Nauro Machado repleta de pessoas e entre elas grandes personalidades maranhenses. O mobiliário urbano é composto por bancos de madeira e bancos que imitam livros abertos. Duas das árvores existentes foram preservadas, sendo acrescentadas a elas as típicas palmeirinhas que são inegavelmente as escolhidas da arborização urbana contemporânea de São Luís, ainda que não ofereçam sombra. A praça é cercada por um gradil metálico contemporâneo e conta com um segurança na entrada.

Figura 8 - Praça dos Poetas, Avenida Dom Pedro II, Centro.



Foto: Jessica Carvalho, 2023.

Anteriormente, no local funcionou o Centro Cultural Mestre Amaral, reconhecido como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura em 2015, uma ocupação cultural onde o Mestre Amaral e o seu grupo desenvolviam um trabalho com o Tambor de Crioula, recebendo um público significativo de apreciadores da cultura popular em plena Avenida Dom Pedro II. Segundo os jornais, em ocasião de fortes chuvas que acometeram a cidade em 2019, o Centro Cultural e outros prédios do Centro Histórico foram interditados, o Corpo de Bombeiros Militar e a Defesa Civil alegaram risco de desabamento do antigo casarão onde funcionava a Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA). Após a interdição o Centro posteriormente foi remanejado para a Rua da Palma na Praia Grande, onde funciona atualmente.

Figura 9 - Centro Cultural Mestre Amaral, 2019.



Fonte: Jornal O Imparcial, 2021.

Segundo matéria do Jornal Pequeno, até meados do século XX no local existia um sobrado colonial, vizinho à antiga casa de Ana Jansen. Após o sobrado ser demolido, diz-se que durante algum tempo funcionaram alguns restaurantes. Os mais antigos contam e ouvi por um deles que no local funcionou por mais de vinte anos o restaurante “Base da Lenoca” muito famoso na época por ter uma primorosa cozinha maranhense. Tão tal que segundo uma matéria da Folha de São Paulo datada de 1997, Dona Lenoca sendo “a cozinheira preferida da família Sarney” chegou a ser condecorada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com a medalha da Ordem do Mérito Cultural - a mais alta condecoração na área cultural do país até então.

Conta-se, ainda, de uma trágica história de feminicídio que foi apagada dos registros oficiais e que encerrou a permanência da Base da Lenoca no Centro Histórico: Lenoca teria tido sua filha assassinada por seu companheiro no local, razão pela qual o restaurante foi retirado do Centro. Hoje ainda é possível visitar o restaurante em seu endereço atual na Avenida Litorânea, na Praia de São Marcos.

Anos depois, essa trágica história da qual não encontrei registros formais é um forte contraponto quando se vê a ocupação artística, cultural e política do Coletivo

Quem Nunca Viu Venha Ver, um coletivo de mulheres, pessoas transgênero e não binárias praticantes da Capoeira Angola, na agora Praça dos Poetas.

O Quem Nunca Viu Venha Ver é um coletivo político-cultural e uma oficina permanente de estudos da Capoeira Angola. Proposto pela Mestra Samme (Laborarte/Matroá), o coletivo é composto por pessoas de diversas escolas e grupos de capoeira e é a floração atual do movimento Mulheres Capoeiras iniciado na década de 1990 no Casarão Laborarte, em que mulheres artistas e capoeiras do laboratório criaram um espetáculo em que se deslocavam “do couro ao grito” reivindicando equidade de gênero dentro da capoeira.

Mais tarde, o movimento, agora organizado com o nome Angoleiras de Upaon Açu, realiza em 2017 o projeto Registro Sonoro de rodas de capoeira cantadas e tocadas exclusivamente por mulheres para demarcar historicamente a presença e a voz das mulheres na capoeira. Chegando em 2018, por fim, a esta configuração atual de coletivo em que se realizam oficinas, apresentações culturais, intercâmbios e a roda de capoeira na Praça dos Poetas, que acontece mensalmente aos domingos.

Com pouco mais de um ano de sua fundação, a roda ao ar livre recebe cada vez mais capoeiras (usualmente não utilizamos o termo “capoeirista”) da cidade e do país que vêm se prestigiar e jogar numa roda totalmente conduzida e organizada por mulheres. Tenho o orgulho e privilégio de compor o coletivo desde sua criação em 2018.

Para implantar o movimento, inicialmente tivemos resistência por parte dos seguranças da praça e dos donos dos quiosques que não se agradaram da presença do grupo. Atualmente, a convivência se tornou mais branda e até de colaboração com os outros agentes sócio-espaciais da praça, possivelmente porque ficou nítido que a roda é mais um atrativo cultural para o espaço, concentrando dezenas de turistas e maranhenses ao redor da manifestação. A roda acontece mensalmente no último domingo de cada mês, às 10h.

Figura 10 - Roda de Capoeira do Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver.



Foto: Jessica Carvalho, 2022.

Em um contexto em que ainda se faz necessário os diálogos sobre igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher dentro (e fora) da capoeira e que ainda são poucas as lideranças e mestrias de mulheres na arte quando comparada às dos homens, esse feito é algo significativo não só para a cidade, como também para a memória desse espaço. Por essa questão, essa iniciativa pode ser considerada uma estratégia sócio-espacial complexa, pela articulação da *territorialização em sentido estrito e ressignificação de lugares*.

Soma-se ainda a *refuncionalização/reestruturação do espaço* se contarmos que além da roda, o coletivo tem sede num casarão ocupado na Rua 14 de Julho, esquina com a Rua da Palma, de propriedade do Estado do Maranhão, sob tutela da SECID e onde são realizadas aulas semanais, estudos e produções no âmbito dos ritmos da cultura popular maranhense. O imóvel encontra-se em processo de desocupação, pois em visita a SECID informou que o mesmo será totalmente reformado para abrigar as novas instalações do CACEM. Com isso, iniciou-se um novo processo de negociação para garantir que a atividade do coletivo seja reconhecida e realocada para um espaço adequado.

Figura 11 - Vivência com Mestre Tião Carvalho



Foto: Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver, 2023.

Ocupação Barroca Slz – Rua Isaac Martins de Barrocas

Figura 12 - Ocupação Barroca SLZ.



Fonte: João Almeida, 2021.

Criada pelo artista João Almeida durante a pandemia do Covid-19, a Ocupação Barroca é uma intervenção artística e cultural que nasceu a partir de uma convocatória nas redes sociais. Artistas maranhenses, de outras regiões do Brasil e de outros países enviaram obras em formatos digitais ou impressos que foram aplicadas nos muros da rua por João. Com o fim do período de isolamento, aconteceram mais duas edições da ocupação, desta vez com uma verdadeira ativação do espaço, participação de mais artistas visuais e apresentações culturais, performances, feirinha criativa, brechó e muita arte.

A iniciativa ganhou o III Prêmio Magno Cruz de Direitos Humanos em 2021, a ideia para as próximas edições é ampliar o seu impacto social. Além de poder acompanhar a montagem de murais de grafite e lambe-lambe, acessar arte e cultura e produtos locais, é de extremo valor se relacionar com a rua enquanto espaço de permanência e estabelecer outras relações com o espaço urbano. A ideia do idealizador é que a comunidade local, escolas e pessoas interessadas em arte, além dos turistas, possam desenvolver novas relações de pertencimento, troca de saberes e cuidado com o espaço.

Figura 13 - Ocupação Barroca SLZ (2).



Fonte: Instagram (divulgação), 2022.

Após solicitação por meio de ofícios para a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), a ocupação recebeu apoio através de parceria com uma marca de tintas que forneceu materiais para a execução dos murais. A essas estratégias chamaremos conexões parciais, são quando as práticas espaciais negociam, dialogam, e se conectam com o poder público para ter maior alcance, melhor estrutura, entre outros. Essas ações partem de um consciência política e sócio-econômica dos produtores e fazedores, no que sentido de reconhecer que a prática agrega valor ao espaço e merece ser apoiada por tanto, mantendo sua essência e autonomia.

A rua Isaac Martins Barrocas, no Centro Histórico, além de homenagear um dos maiores escritores do Maranhão, agora possui nas suas paredes, a representação da arte e da cultura popular maranhense. Os ludovicenses e turistas que estiverem na Ilha podem aproveitar e fazer registros fotográficos nas paredes em mais um local instagramável de São Luís.

Batalha na Praça – Praça Benedito Leite, Praça Nauro Machado

Mais uma territorialização em sentido estrito é o movimento Batalha na Praça. A Batalha na Praça é um movimento cultural que surgiu em 2015, sem fins lucrativos e com o intuito de promover a vivência e o conhecimento cultural urbano. Tem como objetivo propagar e estimular a cultura Hip Hop (Break, Dj, Graffiti e Mc) em São Luís através da ocupação de espaços públicos, oferecendo oficinas educativas e apoiando artistas independentes.

Figura 14 - Batalha na Praça.



Foto: Alan Rodrigues, 2023.

Em entrevista, o rapper maranhense Gugs, um dos idealizadores da Batalha na Praça, contou que antes da Batalha na Praça, acontecia na cidade a Arena de MCS, mas era um evento anual e por vezes não acontecia por falta de articulação. Após o surgimento da Batalha na Praça muitas outras foram criadas em outros bairros de São Luís tendo ela como referência, como a Batalha do Itapiracó, Batalha da Forquilha, BatucaRAP, Batalha da LB no Quilombo Liberdade, bem como em outros municípios do Maranhão também.

Observa-se que todas são arraigadas a seus territórios, sendo elas também importantes territorializações em sentido estrito da cidade. Orgulhoso, Gugs conclui dizendo que atualmente “todo dia tem batalha de rap acontecendo em algum bairro da cidade, de segunda a domingo”. A cena Rap vem se fortalecendo cada vez mais na cidade, tendo representantes de peso como Preto Nando, Gugs, Pantera Black e outros. Quando perguntado se o movimento conta com algum apoio do poder público para sua realização, a resposta foi que nunca tiveram nenhuma forma de apoio, realizando os eventos de forma independente.

Figura 15 - Batalha na Praça (2).



Foto: Alan Rodrigues, 2023.

É a maior batalha do nordeste e tem como foco principal o duelo de MCs e faz parte do circuito “Duelo Nacional de MCs”, maior batalha do país, que acontece no

viaduto Santa Tereza em Belo Horizonte (MG). Dentro da programação da Batalha na Praça são realizadas intervenções de graffiti, discotecagem, dança e arte circense, reunindo em seus oito anos de existência cada vez mais frequentadores. A Batalha já aconteceu na Praça Nauro Machado (Praia Grande), mas hoje se concentra na Praça Benedito Leite, no Centro Histórico de São Luís.

Quinta de Lei – Leki Sebo e Livraria – Rua Godofredo Viana

A Quinta de Lei é um sarau literário promovido pela Leki Sebo e Livraria, localizada na Rua Godofredo Viana, nas imediações do Teatro Arthur Azevedo, dentro da área de tombamento estadual, também conhecida como “centro expandido”. Leki é uma palavra de origem crioula-haitiana e significa “leitura”; é um espaço criado em 2019 voltado para a promoção da literatura africana, afro-brasileira, de povos originários e de mulheres em toda sua diversidade.

Figura 16 - Livraria Leki - quilombo literário.



Fotos: Tyson Viana, 2023.

Segundo sua criadora, a professora, pesquisadora, bibliotecária e produtora cultural Francilene Cardoso, inicialmente a livraria foi aberta em outra área da cidade, no bairro João Paulo, na proposta de descentralizar as atividades do Centro Histórico. Porém, o negócio não conseguiu emplacar nessa localidade, então optaram por trazer para a Rua Godofredo Viana.

Figura 17 - Livraria Lekti.



Fotos: Tyson Viana (2023).

Para além de um sebo e livraria, a Lekti é hoje uma referência cultural dentro da cidade, tendo atuações transversais nos mais diversos campos, promovendo rodas de leitura, saraus, pesquisas junto a universidade e escolas, feiras criativas, lançamentos de livros, colônia de férias, entre outras. Como afirma sua criadora, a Lekti é um “quilombo literário” e a Quinta de Lei, pode-se dizer, é o seu projeto mais aclamado, concentrando cada vez mais apreciadores do um bom reggae ao ar livre a cada semana.

Durante a semana a Rua Godofredo Viana é apenas mais uma rua estreita e de pavimentação em paralelepípedos do Centro Histórico, tendo de um dos lados um centro comercial de arquitetura modernista, onde funciona a livraria, e do outro um imponente sobrado neoclássico onde funciona ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão.

Possui um tráfego o de veículos de intensidade leve a moderada, exceto quando há espetáculos no Teatro Arthur Azevedo e também, acertadamente, às quinta-feiras à noite, quando a rua se transforma numa pista de dança a céu aberto de onde djs de reggae embalam a noite e declamam poesias num dos pontos de encontro mais visitados do Centro Histórico fora da Praia Grande atualmente.

Figura 18 - Quinta de Lei.



Foto: Tyson Viana, 2023.

É válido pontuar que às quintas também acontecia o projeto Samba da Fonte, na Fonte do Ribeirão, que foi um elemento que contribuiu inicialmente para a formação de público da Quinta de Lei, pois são localidades bem próximas, formando um circuito cultural com samba e reggae.

Após a consolidação do projeto Quinta de Lei, todos os pontos comerciais vizinhos no edifício que antes estavam vazios foram alugados, fortalecendo o fluxo de pessoas e serviços na rua Godofredo Viana, entre eles destaca-se o Botequim do Carlos, figura querida entre os artistas do Centro Histórico, o qual tem uma proposta semelhante de ativação do espaço através de eventos culturais como o tradicional Choro da Tralha.

Figura 19 - Butiquim do Carlos.



Fotos: Priscila Soares, 2022.

Com isso, podemos pontuar inúmeros impactos positivos da iniciativa no entorno, como descentralização e criação de novos circuitos culturais e econômicos fora da Praia Grande; o aumento do fluxo de pessoas e, portanto, de segurança nas ruas; a oferta de uma agenda cultural diversa, popular e engajada politicamente de forma gratuita e o impulsionamento da ativação da rua e aquecimento da dinâmica imobiliária na escala local.

A iniciativa, bem como a de outros proponentes da mesma localidade, vem, entretanto, enfrentando desafios para acontecer devido embargos e pressões por parte de representantes da Faculdade de Direito que fica ao lado. Com isso, todos os eventos propostos que se estendem à rua Godofredo Viana – a qual possui histórico de boemia e cultura desde a década de setenta – não estão sendo aprovados pelos órgãos responsáveis por liberar as licenças, o que está deixando uma lacuna na cena cultural do Centro Histórico.

Figura 20 - Quinta de Lei Reggae Roots



Fotos: Tyson Viana, 2023.

Em um encontro com outros estabelecimentos e serviços envolvidos no turismo no Centro Histórico promovidos pelo Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória (IESTI), representantes da Lektí e de outros estabelecimentos da Rua Godofredo Viana pontuaram desafios e arbitrariedades por parte das entidades responsáveis, bem como dificuldade de acesso aos decretos e legislações que regem as normas para a realização de eventos culturais na rua. Representante de outros estabelecimentos de outras localidades do Centro ecoaram a mesma queixa.

3.1.2 Territorialização em sentido amplo

As territorializações em sentido amplo, diferente das territorializações em sentido estrito, são aquelas em que direitos formais e prerrogativas legais de proprietários privados são questionadas, porém sem a presença física duradoura (SOUZA, 2013, p. 252). Para ilustrar esse grupo de práticas espaciais insurgentes Souza se refere a “ações clandestinas de grafiteagem”, essa pista me remeteu de imediato à forte presença e representatividade da arte urbana no Centro de São Luís, seja fazendo críticas sociais, demarcando espaços ou recontando histórias.

A cena da arte urbana na cidade vem progredindo e alcançando novos espaços, superando estigmas e estabelecendo parcerias com o setor público e privado. O governo do Estado através do Programa Nosso Centro, o Tribunal de Justiça do Maranhão, O Centro Cultural Vale no Maranhão, o Tebas Bar e Café e o Tem Café são algumas iniciativas públicas e privadas que se utilizaram da arte urbana para implementar suas ações. Os artistas Origes, Hagah, Ra.ph, Will Barros, Gil Leros e

Negônica são alguns representantes da arte urbana em São Luís, tendo seus trabalhos espalhados por toda a cidade.

Figura 21 - Arte urbana de São Luís.



Fotos: Gil Leros, Tebas Bar e Café e Centro Cultural Vale Maranhão.

Aqui traremos duas iniciativas distintas que tem como ponto central a arte urbana e que partem da esfera da sociedade civil. Ambas são formas de intervir nos territórios com um teor político, através de abordagens artísticas, criativas e inovadoras. Vamos a elas.

Mural O Grito - Murais do Centenário da Semana de Arte Moderna (Funarte)

Antes mesmo de entrar na Avenida Castelo Branco os cazumbas (ou cazumbás), marca registrada do artista Origes, já anunciam que você está entrando no São Francisco, bairro situado na margem direita do Rio Anil, conectado ao Centro Histórico pela Ponte José Sarney, onde mora e trabalha o grafiteiro e artista plástico Igor Santos, popularmente conhecido como Origes.

Essa intervenção por si só já é uma ação de territorialização em sentido amplo, pois o artista utiliza muros de prédios comerciais ou de lotes vazios ao longo da avenida, entre outras superfícies urbanas, para demarcar seu território e comunicar sua arte, a qual conta com forte presença de elementos da paisagem ludovicense e

da cultura popular maranhense, como o Bumba-meu-boi, o Tambor de Crioula, a pesca, os sobrados e ruas do Centro e o pôr do sol na Avenida Beira Mar.

Figura 22 - Origes Praça do Reggae.



Foto: Dney Justino, 2020.

Grafitador e artista plástico, Origes explora diversas expressões, sendo tatuador, ilustrador, muralista e também proprietário da marca Origes Styyle, onde produz camisetas com estampas autorais, entre outros produtos, como matracas personalizadas. O artista assina diversos muros e murais no Centro Histórico, dentre eles o mural principal do Tebas Bar e Café no Casarão Porta e Janela (Rua do Ribeirão), o mural coletivo realizado no Centro Cultural Vale no Maranhão (Rua Direita), a escultura de matracas localizada na Praça Deodoro contratada pelo projeto Mobiliza SLZ do Sebrae Maranhão e a empena de um dos blocos de apartamentos do Conjunto dos Bancários (Rua Barão de Itapary) que recentemente foi reformado através do Programa Nosso Centro.

Figura 23 - Origes São Luís.



Fotos: Eduardo Moura (2019), Igor Santos (2019), Nosso Centro (2022).

Em 2022 o artista concorreu ao Prémio Funarte Murais do Centenário da Semana de Arte Moderna com o projeto “O Grito” e foi aprovado com o 3º lugar, executando um mural de 300m² na caixa d’água localizada na Rua Oswaldo Cruz, Centro. A obra traz os rostos de Marielle Franco, George Floyd e do garoto João Pedro denunciando o racismo e a desigualdade vivenciados pela população negra. Os rostos foram representados através da figura dos cazumbás, marca registrada do estilo do artista.

Figura 24 - Execução do mural O Grito.



Foto: Eduardo Moura, 2023.

Executado em parceria com diversos outros artistas urbanos da cidade como Gil Leros, Carlos Over e Eduardo Moura, o Mural foi finalizado e é o novo cartão postal da cidade e a maior obra em extensão do artista Igor Santos na cidade. Pelo exposto, a intervenção se caracteriza como uma territorialização em sentido amplo.

Figura 25 - Mural O Grito, Origes



Foto: Eduardo Moura (2023)

A impressionante obra tem como conceito o uso da linguagem cultural, valorização e desmistificação da arte urbana e a ocupação do espaço público. Em

entrevista ao Imirante o artista alega o desejo de que “todes possam se sentir contemplados pelo mural e compartilhem da mensagem que busca passar com a arte urbana”.

O projeto foi elaborado pelo artista em plena Pandemia do Covid-19 e foi executado por uma equipe com diversos outros grafiteiros e muralistas da cidade empenhados na entrega dos 300m² da obra situada numa área de grande circulação da cidade, a qual está dentro da área salvaguardada pelo tombamento estadual. A Rua Oswaldo Cruz é a nossa famosa Rua Grande, um dos principais pontos de concentração de comércio e serviço do Centro Histórico e caminho através do qual a cidade expandiu em direção ao seu interior até chegar nas praias antes da construção das pontes, que criaram novos vetores de expansão.

A obra do artista se configura como um todo numa territorialização em sentido amplo, optamos por destacar essa obra por ser a maior já executada pelo artista e através de um prêmio de abrangência nacional, promovido por uma entidade relacionada ao Governo Federal, a Fundação Nacional de Artes - FUNARTE.

Mural Tem Café – Will Barros

Um novo café foi aberto fora do movimentado circuito da Praia Grande, no tradicional e predominantemente residencial Desterro, “o bairro do Centro”, como diz Jânia Lindoso, musicista e mobilizadora cultural nascida e criada no lugar. Proposto por uma moradora do bairro, o café abriu apostando num grande atrativo artístico e cultural: um colorido e impressionante mural com temas da paisagem e cultura maranhenses. Pintado pelo artista Will Barros ao longo do Beco da Lapa, o mural se destaca no entorno, se sobrepondo aos casarões e portas e janelas e ao seu imponente vizinho, o Convento das Mercês.

A intervenção artística teve apelo imediato, atiçando a curiosidade dos ludovicenses e a vontade de conhecer, fotografar e posar em frente a bela obra. A estratégia de utilizar um produto artístico para lançar um novo empreendimento tem se mostrado bastante eficiente para atração de público e divulgação não só no Centro Histórico como em toda cidade, sendo a arte e as cores elementos centrais para esse fenômeno.

Em entrevista, Denis Cutrim, morador do Beco da Lapa, fala através de sua poesia o quanto essa intervenção foi significativa para o entorno no sentido de diluir o estigma e preconceito que existe sobre a área outrora conhecida como Zona do Baixo Meretrício; destacou, ainda, satisfeito, que o empreendimento é de propriedade de uma moradora do Desterro que viu crescer e que está gerando emprego para outros jovens do bairro. A seguir, o poema Beco da Lapa, de Denis Cutrim, cedido para compor este item:

*O Beco da Lapa brilha, agora parte da trilha do cenário da cidade.
Diluindo o preconceito na peneira do Desterro, com seu painel
colorido, cheio de personagens da nossa diversidade.
Ao lado do Convento, bem de frente pra maré; " Tem Café", bem
saboroso, deliciando a cidade com, com as suas guloseimas, recheadas de histórias,
mitos, contos e lendas.
Orgulhoso e sobranceiro, está o Bairro, a muito tempo esquecido,
preterido, e retirado do roteiro, por ser preconceitualizado.
A riqueza de um povo está em sua cultura, que conserva e emoldura
toda a sua trajetória, seus lugares, seus costumes, seus valores e sabores.
Inesquecíveis passagens de um tempo que não volta, mas que está
preservado na memória dessa gente, retratado no mural das nossas mentes,
entranhado entre as pedras, nos azulejos, telhados, nas sacadas e sobrados.
E lá vou eu rumo ao Beco das minhas recordações, ver meu
mundo colorido, onde o sol brilha mais forte, cristalizando as imagens em um
painel virtuoso, onde a tela da memória é o registro perfeito que transforma
esse lugar num mundo maravilhoso.
Denis Cutrim*

Neste item, destacamos o mural do café enquanto um produto artístico, porém somado ao empreendimento que criou um novo fluxo no Centro Histórico e que pode ser considerada uma *refuncionalização ou reestruturação do espaço*, configura-se uma estratégia socio-espacial complexa, que é o tipo de prática espacial que será abordado a seguir.

Figura 26 - Tem Café, Desterro



Fotos: Jessica Carvalho (2023).

3.1.3 Refuncionalização/reestruturação do espaço

Com o gancho do colorido Tem Café, passamos a falar da refuncionalização ou reestruturação do espaço, um processo que pode ser considerado inerente ao Centro Histórico, com a intersecção de tantas camadas de tempo, história e atividades sobre o mesmo maciço urbano. Segundo Souza, refuncionalizar ou reestruturar um espaço “trata-se do ajustar o substrato espacial material a novas necessidades, decorrentes de novas relações sociais” (2013, p.252).

Também podendo ser chamadas de “revitalizações de baixo pra cima”, essas práticas pressupõem a manutenção de um território dissidente por um período de tempo relativamente longo, o que é diversas vezes mais desafiador para uma prática espacial insurgente do que para uma prática heterônoma.

Ao longo dos anos, os casarões, sólidas testemunhas do tempo, são transformados para atender novos usos, acompanhando a dinâmica da cidade, organismo vivo. As fábricas se transformaram em escolas e universidades, os sobrados transformados em casas de artesanatos, centros culturais, restaurantes, habitações coletivas. Às vezes, a adaptação é feita através de intervenções mínimas de usos novos e criativos de espaços preexistentes (refuncionalização) e em outras ocasiões o espaço necessita intervenções mais profundas, sendo totalmente reconstruído ou modificado para então atender às novas vocações e relações sociais (reestruturação) (SOUZA, 2023, p.253).

Neste item, não daremos conta de perpassar por todas as refuncionalizações e reestruturações que existem em atividade hoje no Centro Histórico, mas peço a licença para fazer desse item uma simbólica homenagem em forma de gesto de reconhecimento e agradecimento aos celeiros culturais que de uma forma ou de outra fazem parte do meu universo e enquanto capoeira e brincante da cultura popular, os quais, alguns descobri no processo desta pesquisa, funcionam em casarões que foram ocupados e transformados em espaços culturais, de salvaguarda e transmissão de saberes tradicionais e ancestrais.

Tais espaços indiscutivelmente tiveram e têm forte contribuição para o combate à violência e à marginalização da comunidade do Centro Histórico pelo trabalho socioeducativo que exercem. A existência desses espaços, conquistada com

resistência e inventividade são constituintes da essência do Centro Histórico, assim como também o são os moradores. Vamos a eles.

Casarão Laborarte

O Casarão Laborarte é uma casa de cultura que existe há mais de 50 anos. Para falar desse projeto tão consistente e de relevância para o estado, tive a colaboração do Mestre Nelsinho, mestre da escola de capoeira do Laborarte e da artista popular e atual diretora da casa Rosa Reis, que concederam entrevista e preciosas informações para a presente discussão. Localizado na Rua Jansen Muller, área de tombamento estadual, o casarão é de estilo colonial e o que consegui saber sobre ele é que já funcionou como um pensionato, função que cumpria no momento em que o grupo de artistas de múltiplas linguagens começou a desenvolver trabalhos coletivos no primeiro andar.

Figura 27 - Casarão Laborarte



Fotos: Arte Fora do Museu (2016).

Conforme conta Mestre Nelsinho, o prédio teria sido doado ao grupo de artistas por missionárias norueguesas; já Rosa Reis conta sobre a participação de uma entidade americana no trâmite de adquirir o imóvel. O grupo de artistas, que segundo conta Rosa, já se reunia no Ginásio Costa Rodrigues para desenvolver trabalhos

juntos, era composto por Sérgio Habib, Murilo Santos, Regina Teles, Tácito Borralho, artistas hoje consagrados na cena artística maranhense, passa então a ficar sediado no sobrado 42 da Rua Jansen Muller.

Uma informação interessante sobre a manutenção do imóvel contada por Nelsinho é que o grupo não tinha recursos para sustentar o prédio e a solução encontrada foi desmembrar e vender uma parte do casarão. Essa parte só foi reintegrada ao casarão em 2001.

Fundado em 1972, o Laboratório de Expressões Artísticas do Maranhão – Laborarte era composto por artistas de linguagens diversas: teatro, cinema, artes plásticas, dança e música. Com a adesão de outros nomes como o saudoso Nelson Brito, o trabalho se desenvolvia a partir de criação coletiva de espetáculos com temáticas relacionadas à cultura popular e elementos sociais e da natureza de São Luís. Seus espetáculos e pesquisas traziam as manifestações populares para a cena, o Cacuriá, o Tambor de Crioula, a Festa do Divino, o Bumba-meu-boi, entre outros e foi dessa forma, mestres e mestras da cultura popular acessam o casarão, inicialmente para dar suporte aos espetáculos, preparação de elenco, ensinar toques e cantos aos atores e músicos, entre outros.

Assim chega ao Laborarte a caixeira dona Teté ao final dos anos setenta, Mestre Felipe de Sibá e Mestra Mundica do Tambor de Crioula, Mestre Evandro, Mestre Pato da capoeira, entre outros. Essa aproximação das artes “europeias” com a cultura popular, entretanto, não era bem vista pela crítica jornalística e pela elite artística e foi alvo de vários artigos, conforme conta Mestre Nelsinho.

A partir do contato e relação com o Mestre Pato, é criada a escola de capoeira do Laborarte, sob a mestria de Mestre Patinho. Prestes a completar quarenta anos de existência, a escola tem uma trajetória de imensa contribuição e importância para a capoeira do Maranhão, sendo um desses legados a roda de capoeira que acontece pontualmente às sextas, que está entre uma das mais antigas em atividade do Brasil, um verdadeiro patrimônio.

Figura 28 - Roda do Laborarte, patrimônio imaterial



Fotos: Jessica Carvalho (2023)

Em 1998, no governo de Roseana Sarney, muitos grupos culturais foram apoiados estruturalmente de formas diversas, com o Laborarte não foi diferente. Assim, o casarão que se encontrava bastante degradado, foi reformado durante um ano, recebendo novo assoalho e forro de madeira, reconstrução do telhado, entre outros reparos. Em ocasião da reforma, as atividades do Casarão Laborarte foram provisoriamente realocadas para um casarão na Rua da Cruz, sendo custeado pelo governo do estado.

Mesmo com a reforma, entretanto, a casa permaneceu com dificuldades financeiras para funcionar e a regularização dessa situação coincidiu com as políticas de editais e chamamentos públicos, quando o grupo pôde concorrer com seus projetos e captar recursos para a manutenção do espaço. As relações políticas também foram imprescindíveis em momentos importantes como a reintegração da parte desmembrada do prédio ao todo, em 2021, e na estruturação do escritório do Laborarte no local.

O Casarão, que ao longo de sua trajetória foi um ponto focal de apoio e celeiro de movimentos culturais como o Grupo Grita de teatro e o Centro de Cultura Negra, entre outros, continua fortemente atuante nos dias atuais, com diversas oficinas de cultura popular, sendo seus carros-chefe as oficinas de dança do Cacuriá e a Capoeira Angola, mas tendo também aulas regulares de caixa do Divino, de música do Cacuriá, de yoga e Tambor de Crioula. Possui produções próprias fora do casarão como o

tradicional Carnaval de Segunda, o Arraial Santo Antônio e o Fest-Una, no povoado Uma dos Morais (Morros-MA). Possui diversos projetos sociais como o projeto Arte da Nossa Gente, Diálogos Culturais, No Couro da Mão, além de artistas de projeção nacional, como Itaércio Rocha, Rosa Reis, Camila Reis e a icônica Dona Teté.

Figura 29 - Projetos do Casarão Laborarte



Fotos: Aretha Campos (2023), Laborarte (2023).

Quando questionei ao mestre sobre o impacto do tombamento e dos programas de revitalização já implantados e em curso, ele afirma que “não alcançam o Laborarte” diretamente, por estar mais afastado da área de tombamento federal e de concentração de intervenções de revitalização. Entretanto, indiretamente, é sabido que essas políticas que de certa forma “vendem” a cultura maranhense vão impactar um trabalho como esse, a notar pelos recordes de público no Arraial Santo Antônio ou das turmas lotadas de dança do Cacuriá após a pandemia do Covid-19.

Figura 30 - Oficina do Cacuriá



Foto: Aretha Campos (2023).

Indaguei Rosa Reis enquanto artista independente e diretora da casa de cultura sobre como ela avaliava o apoio do poder público à atividade do Laborarte, a resposta foi: “não tem apoio não, se a gente não entrar nos editais [Carnaval, São João] para vender os nossos trabalhos, a gente não consegue”. Acrescenta, ainda, que a manutenção financeira do espaço se dá através dessa venda de espetáculos, das oficinas regulares e de projetos submetidos a editais diversos.

Mesmo sendo uma casa de cultura em atividade há cinquenta anos, o Laborarte não conta com apoio contínuo por parte do poder público, realizando seus trabalhos de fomento e captação de recursos de forma independente. Quando questionei que tipo de apoios seriam relevantes para o espaço, Rosa fala sobre linhas de premiações para grupos culturais, mais editais, apoios à organização e compilação de acervo das casas de cultura, o funcionamento da Lei de Incentivo Estadual, na qual os projetos atualmente ficam parados.

De forma análoga ao Casarão Laborarte e posterior a ele, outros casarões foram ocupados com atividades culturais, como o Centro Matroá, a Escola Acapus, o Centro Cultural Catarina Mina, o Mandingueiros do Amanhã (hoje em um casarão adotado através do Programa Nosso Centro) e o Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver

na Praia Grande; o Tombo da Ladeira no Desterro e o Centro Cultural Mestre Patinho na Rua São Pantaleão, na casa onde Mestre Pato cresceu e mais tarde viveu com sua família até o seu encantamento em 2017.

Fábrica de Artes

A Fábrica de Artes é um trabalho desenvolvido pela Associação Cultural “Os Caras de Onça”, atuante desde 2016, com um robusto e belo trabalho junto às crianças e jovens do Desterro. Localizado na Rua da Estrela no prédio da antiga Oleama, está nos trâmites finais de reforma e concessão para retornar para a comunidade. Ocupado em 2018, o prédio se encontrava depredado e cheio de entulhos, além de ser um ponto considerado inseguro e violento, e foi totalmente refuncionalizado pela comunidade do Desterro, e passou a oferecer atividades socioeducativas e culturais diversas, promovidos pelos artistas e artesão da Associação Cultural Os Caras de Onça.

Figura 31 - Projetos d'Os Caras de Onça



Fotos: Fábrica de Artes, 2023, 2021.

Em 2019, o prédio entrou em reforma, mediante a assinatura de um termo de compromisso de cessão do uso pela Associação e a Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). O prazo previsto de oito meses para a reforma foi totalmente alterado com o contexto da pandemia do Covid-19 em 2020 e 2021. Hoje, em 2023, o prédio está na etapa final da reforma e foi inaugurado institucionalmente no dia 04 de abril de 2023, em ocasião da impressionante empreitada do novo governador do estado que prometeu entregar 300 obras em 100 dias de governo.

Figura 32 - Fábrica de Artes, Desterro (antes da reforma)



Foto: Associação Cultural Os Caras de Onça (2019).

A Associação “Os Caras de Onça” deveria compartilhar o espaço com a Secretaria Extraordinária de Estado da Juventude, que atualmente funciona no centro de inovação e tecnologia da REFFSA – Locomotiva Hub, passando a ser administrado pelo estado e não mais pelos membros da associação. A convite da associação, trabalhei como arquiteta da Fábrica de Artes, apoiando no diálogo com o estado e em garantir a devida implantação das atividades do coletivo. O que esperamos é que o processo se desenvolva sem que haja tanta perda de autonomia para a atividade da associação. Atualmente, estão sendo feitos os acordos finais de projeto para o prédio ser efetivamente entregue e volte a funcionar plenamente.

Reocupa – Resistência Cultural Upaon Açú

O Reocupa é um coletivo mobilizador que conta com um espaço plural e aberto para recepcionar as mais diversas manifestações artísticas culturais que objetivem democratizar a arte, a cultura e a educação através de novas perspectivas coletivas, influenciando e modificando a forma de ser e coexistir em sociedade.

Com uma abordagem transversal e engajada política e socialmente o coletivo possui projetos diversos abrangendo os temas de acesso à informação e mobilização política como o “Rumbora Se Amostar”, o “Rumbora Marocar” e o “Marocast” além do festival cultural “Resistência Fest” que já foi pra rua em duas emocionantes edições.

Em entrevista, umas das coordenadoras do coletivo, Deuza Brabo, divide a presença física do Reocupa no Centro Histórico em dois momentos: um na Rua Afonso Pena e outro na Rua da Estrela. No primeiro momento, optaram por ocupar uma área fora do circuito Praia Grande-Reviver, “para mostrar que outros espaços da cidade podem e devem ser ocupados com alegria, música, luta e força”, contou Deuza. Assim o coletivo inaugurou seu primeiro espaço em 2016, na Rua Afonso Pena, num casarão que estava desocupado há mais de 8 anos, abandonado por seus proprietários e sem vida.

Por cinco anos o coletivo promoveu diversos eventos culturais, sociais e políticos no local, onde também residiram, impactando positivamente a região. Dentre esses impactos positivos, Deuza conta após eles casarões vizinhos ao Reocupa foram alugados para moradia e comércio, estabelecendo uma relação de cooperação entre vizinhos da rua junto com guardadores de outros casarões como o Ferro de Engomar; a iluminação pública que estava deficiente foi reestabelecida por solicitações deles, trazendo mais segurança; o Beco da Pacotilha, que era uma rua por onde as pessoas tinha medo de passar, teve um grande aumento do fluxo de pessoas por ser caminho para o Reocupa.

Figura 33 - Reocupa Casarão Afonso Pena



Foto: Reocupa, 2020.

A atividade sócio-cultural foi, entretanto, interrompida, quando no início de 2021, segundo conta Deuza, “com a entrega da reforma da Rua Grande e a efervescência do projeto Adote um Casarão, os proprietários – que são dois irmãos que possuem mais de dez imóveis na área tombada – decidiram que iríamos sair do espaço e a estratégia utilizada foi aumentar em 3x o valor do aluguel”. Isso nos fala sobre os impactos das políticas públicas na dinâmica do mercado imobiliário do Centro. Em outra oportunidade, uma colega pesquisadora do Centro Histórico fez uma conexão entre o número de pedidos de reintegração de posse em casarões antes e após a implementação do Programa Nosso Centro, o que nos alerta sobre os efeitos secundários ou colaterais a grandes intervenções “modernizadoras”.

Retomando, com esse dilema, o projeto Reocupa saiu do casarão da Afonso Pena. Em entrevista para o presente trabalho, Deuza afirma que nesse momento “entregamos nossas buscas aos encantados e com a ajuda [deles] chegamos à Rua da Estrela. Se inicia, assim, o momento atual do coletivo, em que entenderam que seu propósito inicial de fomentar outros circuitos culturais no Centro tinha sido começado e estão agora em um local de grande fluxo, de turistas, festas, marcando essa localidade com seu trabalho independente e de resistência.

Figura 34 - Reocupa Casarão Rua da Estrela



Fotos: Jessica Carvalho, 2023; Rayane Bezerra, 2023.

3.1.4 Ressignificação de lugares

Figura 35 - Radiola de Promessa, Gê Viana (indiiloru)



Foto: Jessica Carvalho (2023).

Com essa colagem da artista Gê Viana (Indiiloru) exposta na empena de um casarão ao lado de outro casarão em ruínas no Centro Histórico, retratando um cenário colonial com um grupo de homens negros puxando um carro com caixas de som de uma radiola de reggae remetendo às festas de promessa nos quilombos, passamos a falar das práticas espaciais que promovem a *ressignificação de lugares*.

Esse tipo geral trata sobre a imagem dos lugares. Admite-se que o simbolismo, a cultura e o discurso sobre os espaços são itens em disputa entre visões de mundo e práticas hegemônicas e não hegemônicas (SOUZA, 2013, p.253). Assim como propõe Souza, o trabalho da artista maranhense Gê Viana promove a ressignificação e o repovoamento de imaginários através da manipulação de obras que retratam a vida da corte e a escravidão no Brasil Imperial, com modos de vida, corpos e manifestações de povos indígenas e da população negra.

Diversas iniciativas sócio-culturais implantadas no Centro Histórico podem ser alocadas neste tipo geral, pois muitas delas propõe a ressignificação de espaços, renova os símbolos e significados de lugares. Pelo que podemos compreender, esse é mais um fenômeno intrínseco à centralidade, especificamente a uma centralidade urbana histórica. Um exemplo interessante sobre isso (e que é pontuado por Souza), é a toponímia.

No Centro, é muito comum as ruas terem mais de um nome: Travessa 28 de Setembro, também é conhecida como “Beco da Baronesa” ou “Beco da Bosta”, e como esse também há outros becos com o mesmo nome os quais, conta-se, tinham a mesma função de canalizar o saneamento manual dos ricos casarões, infeliz tarefa realizada pelos negros escravizados; já sobre a tal baronesa o que contam é que sua casa era no casarão onde hoje funciona o CACEM e que se tratava de uma rival da emblemática Ana Jansen.

O mesmo ocorre com a Rua João Vital de Mattos, que começa na Praça João Lisboa indo até a Rua da Estrela. Seu nome homenageia um eminente farmacêutico que morou no cruzamento desta com a Rua da Palma, mas a rua também é conhecida como “Beco do Quebra Bunda” ou “Beco da Pacotilha”, em alusão a um jornal vespertino editado pelos Diários Associados. De forma análoga, temos o Beco da Caéla que é a mesma Rua Maranhão Sobrinho; Rua Sete de Setembro que é também Rua da Cruz; Rua Afonso Pena que também é Rua Formosa e por fim a Rua Djalma Dutra ou Rua da Calçada que são os outros nomes do famoso Beco Catarina Mina, onde viveu Catarina Mina, negra de ganho que conseguiu construir fortuna e comprar sua liberdade.

Utilizando essa alegoria para discorrer sobre este tipo geral de prática espacial, passaremos então a conhecer alguns trabalhos culturais que à sua maneira também operam no campo da ressignificação de lugares. São ocupações que antes de se relacionar com os prédios, se relacionam com a rua e acontecem nela, trazendo à tona novos sentidos símbolos para esse local de passagem, lugar de circulação de informações, corpos e reafirmação de identidades culturais. Faço a escolha de evidenciar nesse item a cena cultural do Tambor de Crioula, importante manifestação cultural maranhense que ocupa o Centro Histórico todos os dias da semana.

Tambor de Crioula

O Tambor de Crioula é uma manifestação que em sua essência opera na ressignificação de lugares, transformando a rua no lugar da festa, da resistência e da reafirmação da cultura. “Afinado a fogo, tocado a soco e dançado a coices”, é uma manifestação cultural de origem negra, associada tradicionalmente à devoção a São Benedito, o santo preto. Envolve em seu ritual a dança circular, o canto de pergunta e resposta e a percussão de três tambores: tambor grande, meião e crivador. Os brincantes dessa roda são chamados de coreiros e coreiras.

Manifestação amplamente presente no cotidiano e na composição da identidade cultural maranhense, desde 2007 foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, mas só em 2016 a Lei nº 13. 248 instituiu o dia 18 de junho como Dia Nacional do Tambor de Crioula. Assim como Bumba-meu-boi o Tambor de Crioula possui sotaques, que são atrelados aos territórios de onde se originam. Outra semelhança é o elemento fogo, presente na fogueira utilizada para afinação dos tambores.

No contexto de discussão sobre a salvaguarda do Tambor de Crioula entre as entidades de patrimônio das diversas esferas do poder público, foi identificada a necessidade de um espaço físico para um Centro de Referência. Após negociações envolvendo o IPHAN, a Fundação Municipal de Cultura de São Luís (FUNC), o Comitê Gestor de Salvaguarda do Tambor de Crioula e o Governo do Estado, destinaram um casarão na Rua da Estrela (Praia Grande) para abrigar o Centro de Referência do Tambor de Crioula, inaugurado em 2018 junto ao lançamento do Dossiê do Tambor de Crioula do Maranhão (IPHAN), pensado como um espaço de “caráter museológico, antropológico e sociológico, bem como um centro de pesquisa, memória e documentação da história dos afrodescendentes, e, ainda, local de difusão desta manifestação cultural.”

O centro, que recebeu o nome de Casa do Tambor de Crioula abriga uma exposição permanente, um acervo histórico sobre a manifestação e possui uma agenda de atividades pontuais, entre oficinas, residência artística e apresentações de grupos de Tambor do Maranhão.

Figura 36 - Casa do Tambor de Crioula



Fotos: Ana Cassiano (2022), MARANHÃO (2019).

Os muitos grupos de Tambor de Crioula da cidade se organizam de forma independente e comunitária, se apresentam durante o São João e em festividades populares diversas, como tambores de promessa, e muitos deles também se manifestam nas ruas do Centro Histórico. Em agenda semanal, temos Fonte do Ribeirão às terças com o Tambor da Fonte promovido pela Casa do Coreiro do Maranhão (1); Mercado das Tulhas com o Tambor da Feira às sextas-feiras (2), Tambor das Palmeiras também às sextas na Beira-mar (3), A Vida é Uma Festa com o Tambor da Lua da Companhia Circense às quintas (4).

Figura 37 - Tambores da Ilha



Fotos: Flávia Gutierrez (2023), Priscila Martins (2023), Jessica Carvalho (2022).

Com oficinas e estudos abertos ao público temos o Projeto Mulheres Que Dão No Couro na Praça da Faustina, Estudo de tambor no Centro Cultural Mestre Patinho (São Pantaleão), Oficina de Tambor dos Onças no Desterro e Turma de Tambor de Crioula do Laborarte (Beira-mar). São esses alguns dos lugares no Centro Histórico que possuem agenda regular dessa rica e alegre manifestação cultural maranhense.

Figura 38 - Estudos e oficinas de Tambor de Crioula



Fotos: Sônia Trovão (2023), Centro Cultural Mestre Patinho (2019), Tambor dos Onças (2019), Casarão Laborarte (2023).

Dentre esses, destaco o Tambor da Fonte para falar da Casa do Coreiro do Maranhão. A Casa do Coreiro além de ter um trabalho belíssimo de fabricação artesanal de tambores, pandeirões, caixas do divino e atabaques e outros itens de artesanato, é um espaço particularmente muito querido, onde pude colaborar como arquiteta para o projeto de Usucapião Urbana da casa onde funciona o Ponto de Cultura, localizado num imóvel de propriedade formal privada na Rua Santo Antônio, de ocupação mista (residencial e cultural). O imóvel foi ocupado coletivamente há cerca de quinze anos, posteriormente foi desmembrado em dois lotes menores, um deles sendo um ateliê de artes plásticas e residência e no outro a Casa do Coreiro do Maranhão.

Figura 39 - Casa do Coreiro e Mestre Barrabás



Fotos: Casa do Coreiro do Maranhão, 2017.

Ao pesquisar a procedência do imóvel, vizinhos contam que ele é um imóvel de herança, mas a herdeira não vive mais no Maranhão há muitos anos, nem demonstrou nenhum sinal de interesse pelo imóvel até os dias atuais. Isso nos ilustra sobre as questões fundiárias e conflitos urbanos que acontecem na esfera civil dentro do Centro Histórico. Os ocupantes das casas e casarões ocupados, sendo em menor ou maior grau pressionados pela propriedade privada, vivem sob constante receio de serem retirados dos imóveis e muitas vezes buscam meios legais e documentais de regularizar sua permanência.

O movimento do Tambor de Crioula é, pelo exposto, uma prática espacial insurgente de ressignificação de lugares; a Casa do Coreiro, por sua vez, é uma refuncionalização e reestruturação de espaços. A dança de roda é um dos principais cartões postais de quem chega ao Centro Histórico, sendo fortemente atrativa a turistas, por sua alegria e cores. Essa manifestação, entretanto, ocasionalmente sofre repressão, devido principalmente ao racismo institucional. Em ocasião da reforma do Mercado das Tulhas, por exemplo, o tradicional Tambor da Feira foi impedido de acontecer, tendo retornado recentemente.

3.1.5 Criação de circuitos econômicos alternativos

Passaremos então a falar sobre iniciativas que operam criando circuitos econômicos alternativos, um tipo de prática espacial insurgente que opera criando formas alternativas de geração de renda e financiamento de atividades culturais e políticas diversas (SOUZA, 2013, p. 253). Movimentos emancipatórios têm, várias vezes, investido ou tentado investir no desenvolvimento de alternativas mais ou menos profundas ao mercado capitalista e às relações de produção capitalistas (emprego assalariado, hierarquia de rendimentos, etc) no que se refere à produção, à comercialização e ao consumo.

Como um espaço historicamente dedicado ao comércio, o Centro Histórico continua sendo um ambiente fértil para a criação de circuitos econômicos alternativos ao mercado formal; a centralidade oferece diversos elementos propícios como a escala espacial, o acesso facilitado, a convergência e multiplicidade de pessoas e serviços.

Pregoeiros, vendedores ambulantes, artesãos, produtores locais, donos de sebo e brechadeiras formam uma rede alternativa de comercialização de produtos de produção local, uma alternativa frequentemente buscada por moradores tanto para consumo como também como uma fonte de renda. Essa cadeia invisível compõe uma dinâmica econômica e sócio-espacial densa, envolvendo diversos agentes em seu funcionamento.

Os pregoeiros e vendedores ambulantes fazem parte do imaginário e da paisagem do Centro Histórico, tendo as ruas como espaço de exposição e venda de seus produtos. Em suas práticas estão envolvidos diversos saberes, expressos nos equipamentos como os carrinhos dos ambulantes ou nos inconfundíveis pregões que anunciam o siri graúdo, a juçara, o “ideal” ou o sorvete de coco vendido pelos pregoeiros.

Os vendedores ambulantes, que muitas vezes também são moradores do Centro Histórico, são o cartão de visitas do Centro Histórico, fazem ainda vezes de guia de turismo dando informações aos transeuntes e são os olhos nas ruas tornando os espaços mais seguros.

Nesse rico universo, pautado na economia solidária, circular, sustentável e criativa, iremos destacar dois movimentos coletivos de grande força: o Encontro de

Brechós representando o movimento de brechós e bazares e o CRESOL, que é o Centro de Referência em Economia Solidária, um arranjo produtivo local de comercialização dos itens produzidos pelas quebradeiras de coco babaçu.

EDB e movimento de brechós

Figura 40 - Encontro de Brechós no Casarão Porta e Janela



Foto: Rayane Bezerra (2022)

Nos últimos anos, a pauta do consumo consciente veio ganhando espaço nas discussões sobre sustentabilidade e no Centro Histórico o movimento de brechós e bazares se fortalece e consolida a cada dia. Em casarões com as galerias colaborativas ou em espaços públicos com as feiras criativas, roupas, acessórios, livros, cosméticos naturais e outros produtos de produção local são comercializados,

oferecendo à população uma alternativa possível e real ao consumo de massa, além de fortalecer a geração de renda e autonomia das envolvidas que são em sua maioria mulheres.

Com premissas ecológicas e socialmente sustentáveis essas iniciativas são boas práticas que operam na criação de novos circuitos econômicos. Dentre elas, destacaremos o movimento Encontro de Brechós SLZ (EDB). Promovido por duas produtoras culturais negras independentes, Isabela Leite e Rayane Ramos, se trata de uma feira criativa que funciona promovendo a ativação cultural de espaços públicos do Centro Histórico, sendo sediada na Praça do Reggae/Praça da Criança na Rua da Estrela.

Segundo as produtoras, o EDB é um movimento de economia criativa, colaborativa e sustentável que está desde 2016 ocupando espaços no Centro Histórico de São Luís. Na feira, se reúnem pequenos negócios de brechó, artesanato, comidas e artistas locais para fazer a economia circular, se conectar e fortalecer o trabalho de microempreendedores da cidade, tudo isso ao som de artistas locais. O movimento se dá através do fomento à economia, cultura, educação, arte e trabalho social.

Figura 41 - Encontro de Brechós na Praça do Reggae



Fotos: Rayane Bezerra (2022)

A feira surgiu a partir da consciência da necessidade de fortalecer a economia colaborativa em um contexto de microempreendedores que geram e gerem seus negócios de maneira totalmente independente e sem muitos privilégios. A forma colaborativa na qual é proposto esse movimento possibilita a troca de conhecimentos e ampliar o alcance dos negócios, sendo uma alternativa às formas que exigem um custo alto para obter tal resultado, bem como uma alternativa ao próprio consumo formal capitalista, pautado na individualidade e no consumo.

Para incentivar o trabalho e consumo consciente, na feira não é permitido o uso de sacolas plásticas e descartáveis, a fim de reduzir a geração de lixo. Como contrapartida social, o movimento trabalha com taxas de participação acessíveis e associadas a campanhas constantes de doação de itens de higiene e absorventes íntimos para o combate à pobreza menstrual.

Além da coletividade e de práticas ecologicamente sustentáveis, o movimento levanta a bandeira da ocupação de espaços públicos e promove ações educativas de forma gratuita ou por valores solidários. Inicialmente, a feira ocupou a Praça do Reggae na Rua da Estrela, mas ao longo de seus seis anos de existência já ocupou outros espaços do Centro Histórico, como o Anfiteatro do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, o Casarão Porta e Janela, o Casarão Reocupa e atualmente ocupa também a REFFSA.

Figura 42 - Encontro de Brechós e a ocupação de espaços públicos



Fotos: Rayane Bezerra, 2022, 2023.

Sobre isso, a produção do movimento afirma que os processos de gentrificação acabam por criar limites invisíveis em espaços públicos através de custos altos que somente pessoas privilegiadas economicamente conseguem acessar. Se articular em rede para ocupar tais espaços é uma forma de furar essa bolha e impedir que ocorra a higienização dos espaços que retira a diversidade de pessoas e realidades e segrega as relações sociais.

No eixo educacional, o projeto EDB LAB promove capacitações de curta duração em eixos diversos relativos à economia criativa, como: produção de conteúdo, fotografia, edição de vídeo, educação financeira, acesso a editais de fomento, customização de roupas, marketing digital, artesanato, aquarela, entre outras. Nesse contexto, o movimento promove ainda, saraus literários e apresentações de artistas locais, fomentando o acesso democrático à cultura e à arte.

Figura 43 - Capacita EDB, Sarau das Araras e EDB na REFFSA.



Fotos: Rayanne Bezerra, 2022, 2023.

Com todos esses elementos, o movimento Encontro de Brechós é uma estratégia sócio-espacial complexa com muitas pautas atuais e um trabalho de ativação de espaços sem precedentes. Além de fomentar um circuito econômico alternativo, é uma resignificação de lugares e ainda uma criação de redes espaciais, que é o próximo tipo geral de prática espacial insurgente.

CRESOL – Centro de Referência em Economia Solidária

Figura 44 - CRESOL



Foto: Centro de Referência em Economia Solidária – CRESOL, 2019.

Óleos, azeites, farinhas, bolos, biscoitos, sabão e cosméticos, são alguns dos produtos orgânicos e integrais derivados do coco babaçu, fruto da Região dos Cocais Maranhenses. No Maranhão, a mobilização da sociedade civil levou à criação do Centro de Referência de Economia Solidária (CRESOL) através da iniciativa do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão (FEESMA), que reúne diversos empreendimentos. Essa conquista ocorreu por meio da inclusão da proposta no Orçamento Participativo (OP).

O CRESOL é um equipamento público, porém foi estabelecido em resposta a uma demanda do movimento de economia solidária. Além disso, essa demanda já havia sido abordada no Projeto Maranhão Desenvolvido Mais Justo e Solidário, que contava com apoio do governo federal, incluindo a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.

O propósito central do Centro de Referência é fomentar a incubação de empreendimentos de economia solidária (EES) e facilitar a troca de experiências, visando ao crescimento e à consolidação de suas práticas e princípios no estado do Maranhão. Essa iniciativa está alinhada com o desenvolvimento local e sustentável, promovendo processos autogestionários e participativos.

Atualmente, o CRESOL está alocado na Casa do Maranhão, um enorme casarão localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, na Beira-Mar, onde compartilha o espaço com o Museu da Casa do Maranhão, o qual conta com um acervo permanente sobre cultura popular. Além da comercialização de itens de produção artesanal de diversos pontos do estado, o Centro promove a Quarta Cultural, em que o jardim do casarão é ativado com programação musical e feirinha criativa.

Figura 45 - CRESOL na Casa do Maranhão



Foto: Jessica Carvalho (2023).

3.1.6 Criação de redes espaciais

Esta é o último tipo geral de práticas espaciais insurgentes propostas por Souza, se refere à implementação de práticas multiescalares integrando várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes. Uma tal integração permite que sejam alcançadas sinergias em matéria de visibilidade pública de demandas e protestos, de eficiência logística, solidariedade pública e de ajuda mútua entre organizações e ativistas de vários lugares, ocasionalmente ou em certos casos até mesmo de mais de um país.

Neste item, traremos o trabalho de três projetos situados em casarões adotados, sendo dois deles através do edital Adote um Casarão do Programa Nosso Centro e o último através de um processo de concessão de uso avulso. Os três podem ser considerados estratégias sócio-espaciais complexas e têm esse diferencial de serem práticas espaciais insurgentes com uma relação fundamental com uma política pública. Chamaremos essas parcerias de conexões parciais e trataremos dessas relações no item final deste capítulo.

Casarão Porta e Janela

O Casarão Porta e Janela é um espaço criativo colaborativo localizado na Rua do Ribeirão. Inaugurado em 2021 e viabilizado pelo edital Adote um Casarão do Programa Nosso Centro, o projeto abriga o Escritório Popular de Arquitetura Porta e Janela, o bar cultural Tebas Bar e Café, a Biblioteca Nascimento Morais Filho e também funciona como um coworking cultural.

Figura 46 - Casarão Porta e Janela



Foto: Bruno Carvalho, 20221.

O conceito da requalificação se baseou em intervenções estruturais mínimas, dado o bom estado de conservação do casarão. As estruturas foram adaptadas para receber os novos usos, a cor e a arte urbana foram as soluções principais empregadas para dar nova cara ao casarão que antes abrigava um órgão vinculado ao governo.

A justaposição de projetos à primeira vista totalmente distintos no mesmo espaço foi uma decisão estratégica dos sete arquitetos idealizadores do Casarão – entre eles, eu – pensada para promover a ativação do espaço e seu uso e aproveitamento ao longo do dia e da semana. Na implantação, essa característica se tornou o coração do projeto, agregando toda uma cadeia produtiva envolvida nas diversas atividades realizadas no espaço. Vamos a elas.

Figura 47 - Casarão Porta e Janela, espaço criativo



Fotos: Arquivo Casarão Porta e Janela (2022)

O Porta e Janela – Escritório Popular de Arquitetura é o primeiro escritório do estado essencialmente voltado para atender a demandas populares. Buscando combater o déficit qualitativo habitacional em bairros periféricos de São Luís e democratizar o acesso ao profissional de arquitetura, o escritório atua com reformas habitacionais por cômodos, projetos de reforma, projetos comerciais, projetos urbanísticos e demais projetos de interesse coletivo.

Auto intitulado como um projeto de inovação e tecnologia social, o escritório tem buscado e tecido parcerias público-privadas para ampliar o atendimento para outros bairros e outros municípios maranhenses e fomentar a qualidade de vida nas periferias urbanas. Em 2022 o escritório passou a receber estagiários, possibilitando aos futuros arquitetos e urbanistas a oportunidade de conhecer outras formas de atuação profissional.

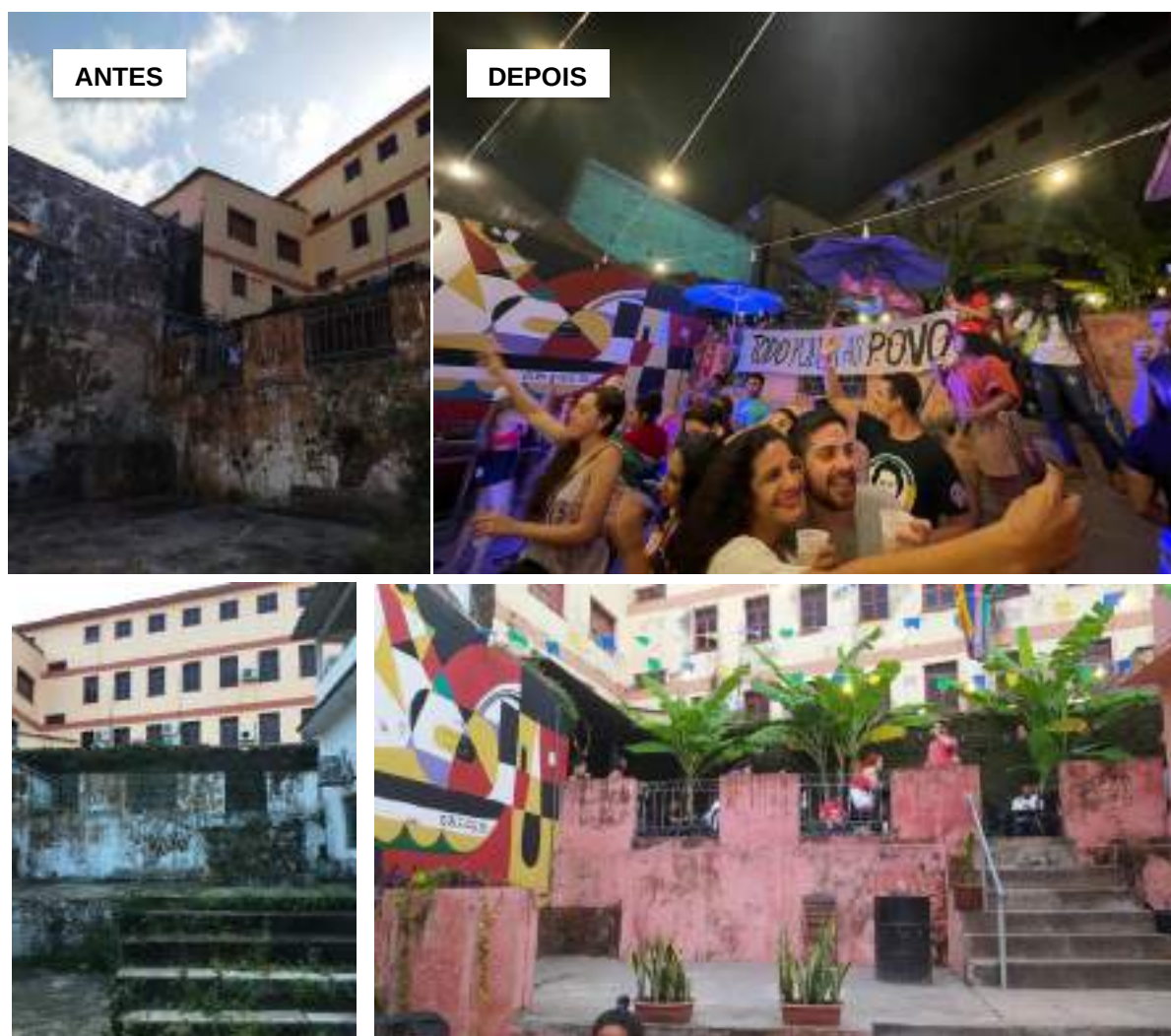
Figura 48 - Porta e Janela Escritório Popular de Arquitetura



Fonte: Escritório Porta e Janela, 2021.

O Tebas Bar e Café é um bar cultural pensado para promover e celebrar a cultura maranhense. Localizado no quintal do Casarão Porta e Janela, no ano de 2022 o bar recebeu mais de vinte e dois mil visitantes, que puderam acessar um casarão histórico e ter acesso a apresentações culturais as mais diversas. Por sua localização, estrutura e principalmente conceito, o bar foi absorvido pela cena cultural como um equipamento cultural acessível para lançar novos projetos musicais, realizar eventos, bailes, mostras de cinema, exposições, lançamento de livros, saraus, workshops, vivências as mais diversas da cultura maranhense, desde a tradicional às mais contemporâneas. É referente ao bar a grande projeção do casarão na cidade, devido ao grande fluxo de pessoas que visitam, sendo citado em diversas ocasiões pelo Governo do Estado como um empreendimento de sucesso dentro do Adote um Casarão.

Figura 49 - Tebas Bar e Café – antes e depois.



Fotos: Tebas Bar e Café, 2021 e 2022.

O espaço destinado para o funcionamento do bar foi o quintal do casarão, o qual faz divisa com o tradicional Colégio Santa Tereza. O quintal recebeu intervenções simples, como limpeza, pintura, instalação de luminárias, as quais foram aprovadas e acompanhadas pelo DPHAP. Para trazer um pouco da rua pra dentro do casarão e dialogar camadas de tempo distintas, convidamos o artista visual Origes para fazer uma releitura do Tebas, o arquiteto negro escravizado na São Paulo escravocrata, que é o homenageado no nome do Bar e Café. Esta obra ainda hoje é motivo de grande identificação e fascínio entre os frequentadores do casarão, além dela, outros artistas assinam murais na casa, como Gê Viana, Silvana Mendes, Edi Bruzaca e Negônica.

Figura 50 Tebas Bar e Café - Quintal Cultural



Fotos: Tebas Bar e Café, 2021 e 2022.

A Biblioteca Nascimento de Moraes Filho é composta por um acervo original do escritor maranhense de mesmo nome, o qual foi doado por uma de suas filhas para que fosse disponibilizado ao público. O acervo é rico e diverso, contemplando temas como história da África e povos indígenas, escritores maranhenses, filosofia, saberes tradicionais, entre outros temas. A biblioteca ainda se encontra em fase de elaboração e implantação, estamos buscando parcerias e recursos para realizar o inventário dos livros, montar o ponto de leitura e disponibilizar o acervo para consulta do público.

Por fim, a atividade de coworking cultural é, dentre as citadas, a que considero a mais impressionante. Inicialmente pensamos um coworking tradicional com uma sala equipada para alocar trabalho de escritório, pensando principalmente nos arquitetos e estudantes de arquitetura. Esse uso logo foi tomando contornos próprios no momento em que o primeiro produtor cultural nos procurou para realizar um festival em parceria com o Tebas Bar e Café, com gravação de podcast, mentoria para artistas e apresentações culturais: essa artista era a rapper maranhense Enme Paixão, com seu projeto *Baddest*. A partir daí e à medida que o casarão foi ficando conhecido

(muito devido ao Tebas Bar e Café), já realizamos os mais diversos eventos, acolhendo e impulsionando inúmeros projetos, artistas, carreiras e sonhos. A seguir, alguns exemplos de eventos rodados no Casarão Porta e Janela: vivência de Coco de Toré (CE), Workshop de produção musical e carreira para rappers, reunião de planejamento e treinamento de equipe, sarau literário, lançamento de livro e oficina de elaboração de projetos culturais.

Figura 51 - Coworking Cultural



Fotos: Casarão Porta e Janela, 2022, 2023.

Durante a execução das leis emergenciais de cultura (Lei Aldir Blanc) em decorrência da Pandemia do Covid-19, o casarão foi um ponto focal, sendo buscado por diversos produtores e artistas para gravação de trabalhos para a lei. Hoje, há um vasto catálogo de cursos, oficinas, palestras, gravações de podcast, lançamento de

livros, formações voltadas para produção cultural, acesso a editais, marketing e temas afins com o empreendedorismo, o trabalho criativo e artístico que deu ao coworking identidade própria e inovação: nasceu, assim, o coworking cultural.

Dentre os projetos contemplados pelo projeto Adote um Casarão, o Casarão Porta e Janela é certamente um dos mais bem sucedidos no sentido de acesso e adesão da comunidade, sendo citado pelo governo do estado em diversas oportunidades como caso de sucesso. Com um projeto inovador e socialmente comprometido, o Casarão Porta e Janela é, portanto, uma estratégia sócio-espacial complexa, agregando territorialização em sentido estrito, ressignificação de lugares e criação de redes espaciais.

Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória e PatNET

O Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões (PRGM) da memória faz parte do portfólio do IESTI – Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas, entidade da sociedade civil com vinte anos de existência que é sediado em um casarão adotado do programa Nosso Centro na Rua da Palma. O instituto possui diversos projetos sociais e culturais para jovens e adolescentes.

Figura 52 - Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas - IESTI



Fotos: Jessica Carvalho, 2022; 2023.

O PRGM é uma ação ampla de atividades de Educação Patrimonial que visa desenvolver um conjunto de ações relacionadas à conservação do Patrimônio e da Paisagem, ao desenvolvimento territorial, à Economia Criativa, ao Turismo de Base Comunitária – TBC, no Centro Histórico de São Luís/MA, intitulada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO no Estado do Maranhão.

Financiado pela Fundação Interamericana (IAF), o projeto está no primeiro ano de implantação e busca ao longo de seus ciclos a mobilização de diversos atores (pesquisadores, gestores, comunidade), levantamento de dados, além da formação educacional de agentes propagadores da educação patrimonial culminando com a formação de uma rede de contribuição para a salvaguarda e potencialização de ações para desenvolvimento do Centro Histórico.

O projeto foi aprovado para financiamento do IAF pouco antes do estouro da pandemia do Covid-19 e isso fez com que as ações precisassem ser repensadas para um contexto de crise. Surgiu, assim, o curso online de educação patrimonial PatNET – Patrimônio na internet. O curso foi viabilizado em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão através da plataforma de ensino online *Eskada* e impulsionado pela campanha de financiamento coletivo da plataforma Benfeitoria, através do edital Matchfunding, recebendo doação direta de 150 benfeitores.

O PatNET é uma inovação em vários sentidos, único exemplar de curso online de educação patrimonial e com um conteúdo atualizado que propõe conhecimentos aprofundados sobre a formação da cidade e São Luís, suas características territoriais e históricas, bem como temas atuais como economia criativa e turismo responsável ou de base comunitária. O curso encontra-se disponível na plataforma *Eskada* e já possui cerca de duas mil pessoas certificadas. É possível realizar o curso presencialmente no IESTI através do projeto Patrimônio em Rede.

Figura 53 - PatNET - Educação Patrimonial Online



Fonte: Sara Reis, 2023. Foto: Karla Cabral, 2023.

Até o presente momento, o projeto já realizou três registros fotográficos através da metodologia de mapeamento imagético “Andanças Fotográficas”, realizou a coleta de dados afetivos através dos instrumentais acartonados “Estação das Memórias”, “Janela das Possibilidades” e “Mapa dos lugares que eu conheço”; realizou, ainda, quatro encontros através da metodologia de mobilização e sensibilização “Patrimônio, Café e Prosa”, onde atores sócio-espaciais são convidados a tomar café na casa e conversar, como sugere o nome. O primeiro café foi com a comunidade do Desterro, o segundo com as instituições gestoras, museus e casarões adotados, o terceiro com serviços e equipamentos turísticos e o último com os vendedores ambulantes. Nesse processo, já foram mapeados mais de 100 atores sócio-espaciais, que estão guardados em um banco de dados chamado “Baú dos Tesouros”.

Figura 54 - Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória



Fotos: Jessica Carvalho, 2023; Patrimônio em Rede, 2022.

Como arquiteta, atuei na ambientação do casarão do IESTI e como pesquisadora e adotante de casarão estabeleci uma relação de cooperação com o projeto, tendo sido posteriormente convidada a fazer parte da equipe como assessora técnica e pesquisadora de campo, atuando na mobilização de agentes envolvidos no Centro Histórico de formas diversas como moradores, vendedores ambulantes, trade turístico, instituições, entre outras.

Como parte do segundo ciclo do projeto, está prevista a formação de 64 guardiões, divididos em duas turmas que passarão por duas semanas de formação no IESTI, através do curso PATNET - Guardiões em Rede, a edição presencial do PATNET. A formação seguirá o conteúdo do curso online, porém com aulas presenciais e adição de conteúdos exclusivos, como mesas com pesquisadores do Centro Histórico, mesa com mestres da cultura popular e representantes de entidades

gestoras do Centro, como a Subprefeitura, a FUMPH, o Comitê Gestor, representantes da Blitz Urbana e da SMTT. Ao final do curso, os estudantes receberão um capital semente para desenvolver uma ideia inovadora em eixos diversos, recebendo mentoria da equipe do projeto ao longo do processo.

Em ocasião de relação estabelecida através da ferramenta Patrimônio, Café e Prosa com a Secretaria Municipal de Turismo, está em processo de criação um projeto relacionado aos vendedores ambulantes e será executado um apoio bastante interessante à formação Guardiões em Rede, incluindo impulsionamento da campanha de formação com 15 *outdoors*, inclusão de programação em parceria e outras ações conjuntas. Esse apoio se configura no sentido de construção coletiva entre o Projeto Patrimônio em Rede e a SETUR.

Como acionar, mobilizar e criar redes são metodologias centrais do projeto, muitas conexões dessa natureza já estão em curso e serão formalizadas via termo de cooperação, pois é inclusive uma prerrogativa da entidade financiadora. Essa experiência é, por isso, referência para atuar e fortalecer as práticas sócio-espaciais insurgentes. Entende, entretanto, que entre as práticas existentes no Centro, uma com esse grau de articulação política e de captação de recursos é uma exceção e não a regra. Um ponto relevante, seria pensar como socializar esses caminhos e oportunidades.

Pelo exposto, o projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória se configura como uma estratégia sócio-espacial complexa por trazer em sua proposta o conceito de trabalho em rede e questionar e recriar os significados e símbolos por trás do conceito de patrimônio. O projeto associa-se ainda a uma reestruturação de espaço por estar sediado em um casarão adotado e é muito próximo à presente pesquisa por ser um projeto de desenvolvimento de território baseado na cultura e na educação patrimonial. Segundo o Plano Diretor aprovado em 2023, Educação Patrimonial passa a ser obrigatória da rede de educação básica, que compete à Prefeitura do Estado.

Casa Palmeira de Babaçu Dadá e Dijé – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins tem agora uma nova sede situada na Rua da Palma. Inaugurada em agosto de 2022, a casa foi totalmente reformada pelo governo

do estado por intermédio da Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) em parceria com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e entregue ao Movimento através de termo de cessão de uso por quinze anos assinado entre a SECID e MIQCB.

Figura 55 - Casa Palmeira de Babaçu Dadá e Dijé



Foto: Jessica Carvalho, 2023.

O projeto integra as ações do Programa Nosso Centro, sendo uma iniciativa que tem por objetivo garantir o desenvolvimento sustentável, a conservação e a valorização da história de São Luís (MARANHÃO, 2021). A execução do projeto de restauração é feita em parceria com a empresa Vale, ao todo, estão sendo investidos mais de R\$ 3,8 milhões e a obra gerou cerca de 50 empregos formais e informais.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu existe desde 1991, quando aconteceu o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu em São Luís, que culminou na criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Em 1995, em ocasião do segundo encontro interestadual, a articulação foi renomeada com o nome de Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Segundo a coordenadora geral do MIQCB, Maria Alaídes, a sede funcionará como casa de apoio para as quebradeiras de coco, centro de formação, além de funcionar como o espaço para a cooperativa do Movimento expor e comercializar os produtos oriundos do babaçu. Ressalta, ainda, que essa ação deu estrutura e estabilidade para as mulheres quebradeiras, sendo um grande apoio e um local de capacitação e renovação de lideranças das quebradeiras de coco.

Figura 56 - Inauguração da Casa do MIQCB



Foto: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, 2022.

As quebradeiras de coco babaçu se concentram principalmente, em regiões de transição entre Amazônia, Cerrado e Caatinga. Elas são organizadas pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e movimenta a economia de mais de 270 municípios nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará. O MIQCB trabalha no intuito de incentivar a autonomia das mulheres, as trocas econômicas justas, a valorização do modo de vida tradicional, a segurança alimentar e nutricional e as práticas agroecológicas. Por essa atuação, a Casa Palmeira de Babaçu Dadá Dijé, é uma prática espacial insurgente de formação de redes espaciais e também criação de circuitos econômicos alternativos, sendo, assim, uma estratégia sócio-espacial complexa.

4. CONEXÕES PARCIAIS

Como foi possível notar nas práticas espaciais insurgentes descritas acima, há muitas vezes em que elas tangenciam ou se conectam com ações das políticas públicas de desenvolvimento. Essa relação entre os grupos sócio-espaciais e as esferas de administração pública se dão de formas diversas, são elas negociações, parcerias ou pressões estabelecidas pela comunidade do Centro Histórico com os poderes formais em inúmeros formatos, com o objetivo de estabelecer ou impulsionar uma prática espacial. Essas relações – as quais chamamos de conexões parciais – possuem meandros e complexidades que não se pretendeu aqui categorizar, apenas indicar que existem e fazem parte da dinâmica sócio-espacial do Centro Histórico.

Não é raro no caso de ocupação de casarões existir algum nível de diálogo com os proprietários formais, sejam eles privados ou estatais. Em casarões privados é recorrente que imóveis sejam cedidos e por vezes são forjados contratos de aluguel falsos para realização de cobranças indevidas ou para desconfigurar a característica de ocupação e desqualificar possíveis processos de usucapião urbana. Em caso de ocupação de imóveis de propriedade do estado, como o Casarão 14 de Julho, há um nível de diálogo, o Estado tem ciência de que o casarão está ocupado pois são realizadas vistorias esporádicas para sondar o estado da estrutura, e isso perdurou até chegarmos à comunicação mais recente que diz que o prédio será reformado com recursos do Novo PAC Cidades e destinado a outro uso, portanto precisa ser desocupado.

Ainda nesse contexto, cada vez mais intervenções artísticas e projetos culturais são instrumentalizados em propostas formais e protocolados em secretarias afins e/ou editais de fundos de fomento ou iniciativa privada em busca de apoio para sua realização. Artistas e produtores são cientes quanto aos trâmites de realizar eventos em espaços públicos ou na rua. Licenças, alvarás, ofícios solicitando apoio, segurança e estrutura, entre outros, são caminhos encontrados e explorados para realização de projetos insurgentes no Centro e para combater a repressão a esses eventos.

Há ainda a relação estabelecida quando programas de governo e ações de estado contratam artistas para suas intervenções na cidade, como o exemplo da Escadaria do Beco do Silva, que é uma ação do Programa Nosso Centro realizada pelo artista visual Gil Leros. Observamos também a coligação de movimentos culturais

com equipamentos do governo do estado e prefeitura, como a parceria do Encontro de Brechós com o Casarão TECH e com a Locomotiva Hub REFFSA para a realização de oficinas e feira criativa.

No Casarão Laborarte, o poder público foi imprescindível em alguns momentos na trajetória do trabalho, como por exemplo na reforma completa do casarão feita pelo Governo de Roseana Sarney e mais tarde quando coordenaram o festival nacional de música pela Secretaria de Cultura. Ainda na capoeira, o Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver funciona em um casarão do estado, e a roda mensal do grupo acontece na Praça dos Poetas, praça construída através do Programa Nosso Centro.

São as mais diversas relações estabelecidas mantendo um maior ou menor grau de autonomia da prática sócio-espacial durante o processo. Observou-se que em casos em que essa autonomia foi ameaçada, a comunidade tende a não ceder e pressionar, mas que parcerias que fortaleçam as iniciativas locais são bem vindas.

Existe um certo paradoxo em reivindicar a presença do estado em determinadas situações e espaços populares, porém rejeitar essa presença e proximidade de forma irrestrita, como disse Denis, “não queremos [a presença do Estado] como injeção na testa”. Disso, pode-se inferir que não é aceitável perder autonomia no processo. Exemplo disso, na Fábrica de Artes, em ocasião da reforma do prédio o acordado entre secretaria e Associação foi que a Fábrica de Artes dividiria o prédio com uma secretaria de estado, para que o prédio pudesse ter gestão do governo e garantir sua manutenção, mas sem que a Associação fosse incorporada e perdesse sua autonomia.

No caso do Centro de Referência da Mulher Negra – que não foi detalhado na presente pesquisa mas vale ser sinalizado – inicialmente se tratava de uma reivindicação e projeto do movimento de mulheres negras do maranhão, através do coletivo Mãe Andresa, apresentada à Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) mas que ao longo do processo de construção, que incluiu a reforma de um belo casarão situado na Rua do Sol, acabou sendo efetivado como um equipamento de estado vinculado à Secretaria da Mulher (SEMU), o que pode significar a diminuição da autonomia e imparcialidade política dos movimentos sociais atrelados ao Centro e suas atividades.

Esse processo difere do que acontece no caso da Fábrica de Artes ou na Casa Palmeira de Babaçu Dadá e Dijé, em que o MIQCB e Os Caras de Onça pautaram e

defenderam até o final do processo sua autonomia na gestão e manutenção dos casarões envolvidos, tendo a parceria com o Governo do Estado oficializada via termo de concessão de uso. Ambos os movimentos contam com parcerias e articulações (de alcance internacional no caso do MIQCB) para buscar e promover a sustentabilidade dos imóveis e suas atividades.

Pelo exposto, um ponto que interfere na relação e no grau de autonomia dela é a capacidade de articulação, força e autonomia preexistente do grupo sócio-espacial que está em diálogo com o estado. Isso toca no Kapp pauta como o aspecto da capacidade de autodeterminação. Um grupo que não precisa do estado para prover recursos para ter a sustentabilidade de seu movimento cultural, tem mais possibilidades de ter sua autonomia reconhecida como “direito” do que um grupo que não possui essas relações e/ou estratégias.

Com parceria de formato semelhante (termo de concessão de uso), há os casarões adotados pelo edital Adote um Casarão ou através de processos individuais, como o Solar Cultural Maria Firmina dos Reis (MST), em que trabalhos são realizados de modo independente por empresas ou organizações da sociedade civil em casarões do estado gerando uma atividade e custeando a manutenção e sustentabilidade dos imóveis, função que antes era do poder público. A meu ver, configura-se assim uma parceria bastante vantajosa para o estado, que deixa de precisar custear a dispendiosa manutenção desses imóveis e ainda tem um retorno positivo em imagem, com a associação dos trabalhos realizados ao governo.

Segundo a experiência e análise desta pesquisa, o fato de uma iniciativa popular se conectar a um poder formal não a desconfigura enquanto prática espacial insurgente, desde que sua autonomia seja preservada. A partir das quinze práticas sócio-espaciais insurgentes consideradas para esta análise, elaboramos um quadro de referência (Apêndice B) no qual se sublinha dentre elas aquelas que em algum momento de seu processo fizeram alguma conexão com o poder público – seja na instância municipal, estadual ou federal – através de algum programa, política ou outra forma de coligação. Essas conexões foram levantadas a partir de diálogo com os grupos sócio-espaciais representantes de cada movimento, tendo como critério, o que eles próprios consideram conexão. Ainda que a ABNT peça que o quadro fique nos apêndices, é válido ilustrá-lo no corpo do texto:

Quadro 4 – Conexões Parciais

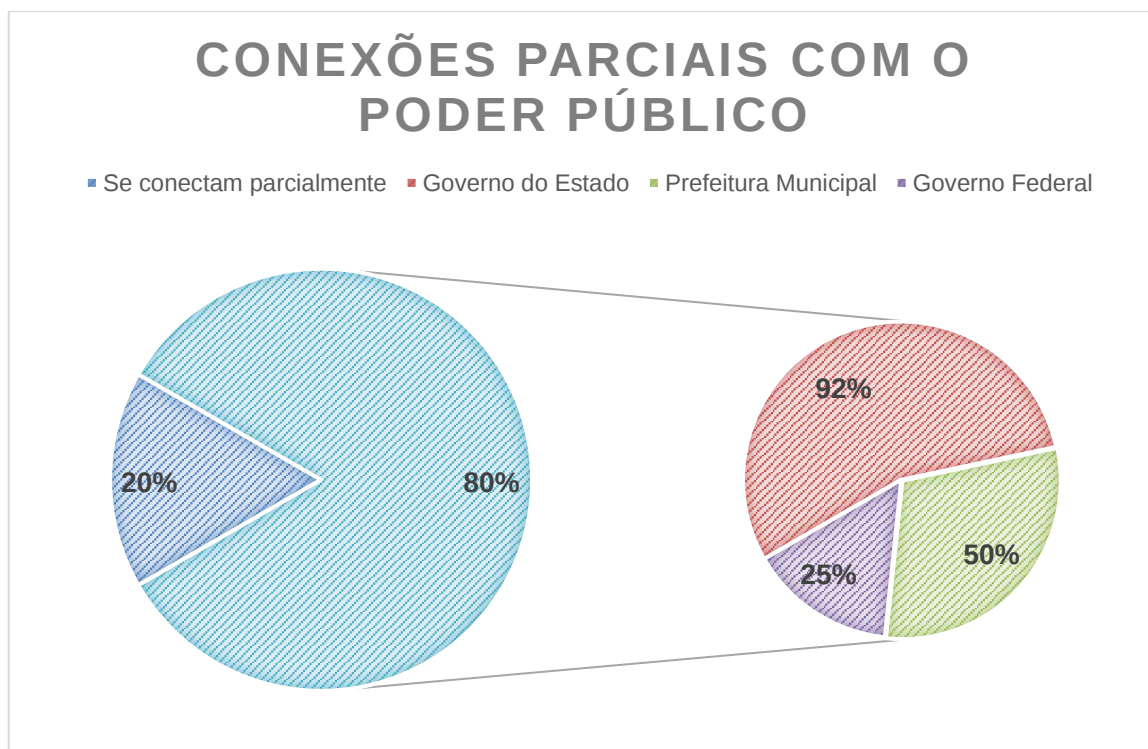
	QUADRO DE REFERÊNCIA DE CONEXÕES PARCIAIS COM O PODER PÚBLICO				
	PRÁTICA ESPACIAL INSURGENTE	GRUPO/AGENTE SÓCIO-ESPACIAL	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
TERRITORIALIZAÇÃO EM SENTIDO ESTRITO	Roda de Capoeira do Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver	Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver			
	Ocupação Barroca SLZ	Artista João Almeida			
	Batalha na Praça	Movimento Batalha na Praça			
	Quinta de Loi	Lekti Sebo e Livraria			
TERRITORIALIZAÇÃO EM SENTIDO AMPLO	Origes - Murais do Centenário da Semana de Arte Moderna	Artista plástico Igor Santos (Origes)			
	Mural "Tem Café"	Artista visual Will Barros			
REFUNCIONALIZAÇÃO/REESTRUTURAÇÃO DO	Casarão Laborarte	Laborarte			
	Fábrica de Artes	Associação Cultural Os Caras de Onça			
	ReOcupa	Coletivo ReOcupa			
RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS	Tambor de Crioula	Movimento do Tambor de Crioula			
CRIAÇÃO DE CIRCUITOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS	EDB e Movimento de Brechós	Movimento de brechós e economia criativa			
	CRESOL - Centro de Referência em Economia Solidária	CRESOL			
CRIAÇÃO DE REDES ESPACIAIS	Casarão Porta e Janela	Casarão Porta e Janela			
	Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória	IESTI - Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas			
	Casa da Palmeira de Babaçu Dadá e Dje	MIQCB - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu			

Fonte: Jessica Carvalho, 2023.

A partir desse quadro foi possível observar que as conexões parciais são recorrentes, estando presente em 80% dos casos. Entre as quinze práticas sócio-espaciais insurgentes apresentadas, doze delas fizeram ou fazem algum tipo de conexão com o poder público, variando entre apoios pontuais (como acesso às leis emergenciais de cultura, certificações, liberação de licenças ou apoio a eventos pontuais) ou relações mais profundas como concessão de uso de imóveis ou gestão compartilhada.

Como se pode observar no gráfico a seguir, dentre as doze práticas que possuem alguma forma de conexão com o poder público, 92% dos casos se conectaram com o Governo do Estado, 50% com a Prefeitura Municipal e 25% com o Governo Federal. Dentre as conexões estabelecidas com o Governo do Estado, 55% delas foram através de ações do Programa Nosso Centro.

Quadro 5 – Gráfico de Conexões Parciais com o Poder público



Fonte: produzido pela autora, 2023.

Ainda que esses dados partam de uma representação das práticas espaciais insurgentes, são resultados interessantes que nos falam quantitativamente sobre o acesso desses grupos sócio-espaciais do Centro Histórico ao poder público – o que pode dizer respeito a seu grau de articulação e autonomia, dentre outros fatores como a localização dessas práticas dentro do território.

Em detrimento desse resultado, qualitativamente a pesquisa e vivência apontam diversas críticas dos grupos sócio-espaciais alegando a necessidade de políticas de apoios mais efetivos e/ou deficiência das políticas existentes em curso. Portanto, inicialmente a análise mostra que conexão não é sinônimo de apoio e os próprios grupos sócio-espaciais corroboram essa hipótese.

Mesmo práticas que no quadro estabeleceram conexão com as três instâncias de poder público, como o caso do Tambor de Crioula, que está inscrito pelo IPHAN como Patrimônio Imaterial, teve uma parcela de grupos acessando as leis emergenciais ou sendo certificados como pontos de cultura e possui um Centro de Referência, ainda vivenciam um cenário de precariedade, e se queixam de situações tais como repressão da manifestação em espaço público ou cachês baixos e que nunca são pagos nos prazos acordados.

Sobre isso, podemos analisar grosseiramente que as políticas de salvaguarda do Tambor de Crioula enquanto manifestação tem uma visão engessada ou espetacularizada, que por vezes não contempla as pessoas que dão vida a essa manifestação. Patrimonializa-se o Tambor de Crioula, mas não são patrimônio as coreiras, os coreiros, os artesãos que fazem os tambores.

Outro caso semelhante é o do Casarão Laborarte, que mesmo tendo tido a presença do Governo do Estado em momentos significativos de sua história – como a reforma do sobrado – e estabelecerem conexões através da venda de espetáculos nos editais das festividades, não consideram que possuem um vínculo de apoio à manutenção das atividades do casarão, que não se resume ao Carnaval ou ao São João e é rodada de forma independente ou através da captação de outros recursos.

Aparecendo em mais da metade das conexões estabelecidas com o Governo do Estado, o Programa Nosso Centro aparece como um conjunto de ações que, pelo menos no que diz respeito às práticas sócio-espaciais insurgentes da natureza das que foram abordadas no presente trabalho, consegue se conectar. Esse dado sozinho, entretanto, não é capaz de garantir uma avaliação positiva ao programa, tampouco deslegitima as críticas tecidas pelos grupos sócio-espaciais, nem o isenta de ocasionais deficiências.

As práticas sócio-espaciais que não teceram conexões diretas com o poder público, que são a minoria abordada, não deixam de ser impactadas pelas políticas de desenvolvimento do Centro, e isso ocorre indiretamente, através da especulação imobiliária (como no caso do Reocupa), do uso de espaços que foram reformados (como movimentos que acontecem em praças) ou sendo realocados dos locais onde funcionam (como nos casos do Centro Matroá, Escola Acapus, Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver e outros). Essas iniciativas, bem como muitas das que se conectam com o poder público, ocasionalmente tecem parcerias com outras fontes de apoio, como fundos e editais privados, apoio de empresas ou doadores individuais, de acordo com seu grau de autonomia, poder de articulação e interesse.

Com esses dados, fica evidente a necessidade de continuar alimentando o quadro de referência, ampliando essa análise no sentido qualitativo e institucional dessas conexões, suas estratégias e resultados, de modo a compreender esse lugar em que 80% das práticas sócio-espaciais insurgentes realizaram algum tipo de conexão com o poder público frente à avaliação feita pelos grupos da qualidade dessa

conexão e sua capacidade de apoiar a reprodução sócio-espacial no Centro Histórico de São Luís, apoiar o *patrimônio humano*.

Minha hipótese atual no momento é de que os instrumentos utilizados pelo poder público possam estar focados em ações de valor político, institucional, comparado às necessidades cotidianas e humanas postas pelos grupos sócio-espaciais. O que reforça a necessidade já anunciada pela comunidade – e que é a estratégia envolvida por trás do conceito nativo de *Patrimônio Humano* – de questionar as práticas de gestão e identificação patrimonial e propor uma outra *patrimonialização*; esta, comprometida em sessar com mecanismos de silenciamento e hegemonização e de fortalecer lógicas e práticas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de preservação foram fundamentais para a reconstrução da paisagem que temos hoje na centralidade urbana histórica de São Luís, com suas contribuições e contradições. Os esforços para sua transformação em “histórico” com o projeto Reviver e a titulação como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO foram fatores essenciais para reverter a degradação consequente do processo de industrialização. Somado à construção da Ponte José Sarney que favoreceu a expansão urbana em curso, o Centro foi poupado de maior descaracterização do traçado urbano e imóveis e passou a ser produzido, simbólica e institucionalmente, como sítio histórico.

Ao longo dos anos, a política estadual de desenvolvimento do Centro Histórico foi fortemente presente e foi se transformando e agregando novas discussões e conceitos, mas ao passo que essas reflexões trazem contribuições, elas também se atualizam reproduzindo estruturas coloniais que são intrínsecas a ações de revitalização, como o próprio conceito sugere. Observa-se essa questão epistemológica, em que as bases conceituais sobre patrimônio necessitam ser questionadas ou como pontua Eduardo Manoel Dias, é necessário implodir com toda a noção comum de patrimônio e construir – coletivamente – uma outra *patrimonialização*.

Os projetos da sociedade civil, como o Projeto Patrimônio em Rede e o Inventário Participativo, têm conseguido obter mais sucesso em emplacar projetos na perspectiva participativa e inclusiva, questionando noções rígidas de patrimônio e propondo uma outra *patrimonialização*, focada em devolver aos grupos sócio-espaciais o direito à memória e a não serem dissociados de seus territórios.

Essa outra *patrimonialização* exige uma tomada de posição política, no sentido de se aproximar do patrimônio vivido e vivo, de conceber patrimônio como um recurso sim, mas de mudança da vida das pessoas, instrumento de garantia de direitos e um desenvolvimento econômico mais inclusivo e integrador.

As práticas sócio-espaciais insurgentes abordadas apresentam um panorama do excepcional *patrimônio humano* do Centro Histórico e das transversalidades cotidianas, que ocasionam em trânsitos, formação de redes de cooperação,

negociações, consórcios, múltiplas soluções e criações adotadas nas mais diversas perspectivas dentro da reprodução sócio-espacial do Centro.

Nesse contexto, o conceito nativo *Patrimônio Humano* é, ele mesmo, uma proposta popular de uma outra *patrimonialização*. Emplacado pelos moradores do Desterro como estratégia política de negociação e sensibilização perante o poder público e a academia como entidades formadoras de opinião, configura-se como uma estratégia sócio-espacial complexa, abrangendo categorias decoloniais, tais como a noção de identidade, pertencimento a um território e combate à invisibilidade crônica dos grupos sócio-espaciais do Centro Histórico.

Propõem uma perspectiva de patrimônio inclusiva e participativa, buscando destacar o papel crucial desse patrimônio humano na formação e na manutenção do patrimônio material edificado, bem como também nos sentidos, símbolos e produtos culturais atrelados a ele. Essa estratégia é sustentada principalmente no contexto de Habitação no Centro Histórico, eixo em que as políticas públicas em todas as instâncias analisadas, se apresentaram menos eficientes no sentido de garantir moradia digna e de interesse social para essa que é uma das demandas históricas mais caras da comunidade do Centro, principalmente por parte daqueles que já habitam no território.

O habitar no Centro Histórico é, pelo exposto, um caminho de desenvolvimento desse estudo, principalmente em ocasião de estarem sendo gestados novos projetos habitacionais para o Centro a partir das três esferas do poder público, sendo o Minha Casa Minha Vida *Retrofit* (Governo Federal e IPHAN) o que está gerando maior expectativa na comunidade.

Em se tratando das análises das políticas implementadas pelo governo do estado, as quais foram mais centrais no presente trabalho, do PPRCHSL ao Nosso Centro, com o decorrer da investigação elas ficaram secundárias, porém é possível sublinhar o notório o debruçamento em atualizações conceituais e metodológicas. É, ainda, imprescindível analisar cada projeto de desenvolvimento de acordo com o contexto social, político, econômico e de infraestrutura do Centro Histórico no momento de sua implementação.

O PPRCHSL teve por missão reconstruir uma paisagem colonial que estava degradada sobretudo pela expansão urbana desordenada e pela desvalorização orquestrada da parte antiga da cidade em detrimento de outras, sob novos modelos

urbanos. Suas ações, implantadas em várias etapas ficaram suscetíveis, ainda, ao nível de comprometimento dos sucessivos governos com a pauta da preservação do Centro Histórico.

Não obstante, principalmente devido a presença do Professor Luiz Phelipe Andrès (*in memorian*), foram realizadas ações de caráter inclusivo e participativo, no contexto político de menos investimentos a obras estruturais, o que foi oportunidade para repensar outras noções de patrimônio e outras abordagens de preservação.

Na segunda etapa de sua implementação (1983-1987), sob o governo de Luís Alves Coelho Rocha, quando pela falta de recursos foi necessário paralisar as obras de infraestrutura, foi orquestrado pelo Grupo de Trabalho importantes pesquisas de caráter de recuperação de documentos e saberes, como os 166 volumes dos Livros da Câmara de São Luís de 1646 a 1900 e os projetos Embarcações do Maranhão e Sítio do Físico (ANDRÉS, 1998).

O Programa Nosso Centro, por sua vez, foi lançado em um período pré-pandêmico sob um Governo do Estado que historicamente agrega bastante os elementos culturais e da valorização de *ser maranhense* em seu discurso e comunicação, ao passo que protagoniza contradições como a situação dramática dos conflitos por território no Cajueiro e em Alcântara e a própria gestão da política de cultura, cada vez mais dramática.

Seus programas demonstram que foram feitas atualizações conceituais, agregando novos conceitos como inovação, economia criativa entre outros, visando ações mais voltadas para criação de redes, empreendedorismo, atrair investimentos e empresas tecnológicas e voltadas ao turismo, o que ainda assim converge com os objetivos voltados ao capital e à competitividade como atrair empresas, atrair o mercado do turismo internacional através de propaganda e grandes eventos como “O MAIOR SÃO JOÃO DO BRASIL”, entre outros.

Nas ações do Programa Nosso Centro, observou-se uma perspectiva que passeia entre o neoliberalismo e a perspectiva inclusiva, ora tendendo para um lado, ora para um caminho do meio. Mediando os interesses do capital e do desenvolvimento com as demandas populares, possibilitando instrumentalizações e acessos às práticas sócio-espaciais insurgentes, aparecendo em 80% das conexões.

A análise das conexões parciais nos apresentou que os programas dessa política pública estão impactando os grupos sócio-espaciais de formas diversas,

positiva e negativamente. O caminho para impulsionar os resultados positivos e vencer os desafios é, certamente, dialogar com os grupos envolvidos nesse território, garantir e ampliar espaços de construção coletiva, horizontalizar tanto quanto possível o diálogo, realizar a escuta ativa dos grupos sócio-espaciais e fortalecer suas iniciativas, pois arrisco dizer que mais que os sobrados, são as pessoas que caracterizam o Centro Histórico com um valor de excepcionalidade.

Por fim, o que fica concluído neste ponto dessa investigação, que seguirá, é que a empreitada mais bem sucedida no Centro Histórico de São Luís é a popular. Moradores que dão alma, fazedores de cultura que vivem e reproduzem a tradição dos que vieram antes no controverso palco das ruas e sobrados coloniais. Essa indiscutível riqueza material foi alcançada e eternizada no substrato urbano sustentada sobre o trabalho de negros e indígenas, portanto sua ocupação por parte desses grupos sócio-espaciais descendentes é legítima, ancestral e é a que resiste através dos tempos, mandos e desmandos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**: análise crítica do Programa de Preservação e Requalificação do Centro Histórico de São Luís PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada. Orientador: Prof. Dr. Luiz de La Mora. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3305/1/arquivo2867_1.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

BALLESTRIN, L. (2013). **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (11), 89–117. Recuperado de <https://www.periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>.

BANDEIRA, Arkley Marques. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luis - MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.71.2013.tde-11042013-102411. Acesso em: 2024-02-14.

_____. **Os Tupis na Ilha de São Luís - Maranhão: Fontes Históricas e a Pesquisa Arqueológica**. História Unicap, v. 2, n. 3, jan./jun. 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A Terra Dá, a Terra Quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 112 p.

BURNETT, C. F. L. (2008). **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão**.

COSTA, Vinícius Dino Fonseca de Castro e. **A INVENÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS/MA: SENTIDOS DE UM LUGAR DE MEMÓRIA**. Brasília: [s. n.], 2017. 113p. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19413/1/2017_ViniciusDinoFonsecadeCastroeCosta.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política** - Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, 368p.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO (São Luís -MA). Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID. **Flávio Dino apresenta programa Nosso Centro que ampliará ações de revitalização do Centro Histórico**. São Luís, 19 set. 2019. Notícias, p. 1-1. Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/programas-cheque-minha-casa-e-nosso-centro-incentivam-habitacao-na-area-central-de-sao-luis/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.,

HAIKEL, Marco Aurélio (Mestre Marco Aurélio). **O Centro de Capoeira Angola Matroá**. São Luís, 09 fev. 2021. Facebook: Marco Aurélio Haikel. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10208242595019084&id=1729043426&sfnsn=wiwspwa Acesso em: 09 fev. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica | Socio-spatial groups or whom technical advisory practice serves. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 221, 2018. DOI: 10.22296/2317-1529.2018v20n2p221. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5605>. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. Autonomia Heteronomia Arquitetura | Autonomy Heteronomy Architecture. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/760/732>. Acesso em 25 fev. 2024

_____. Levantamento sócio-espacial: um método num vilarejo. **Paranoá**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2017. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.04. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/11746>. Acesso em: 8 maio. 2024.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LEITE, Rogerio Proença de Sousa. **Espaço Público e Política dos Lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LOPES, José Antônio Viana (org) (2008), **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Ed. Bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda.

MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p.11-29,2002.

MUNDURUKU, Porakê (porake.mdk). **Decolonial, Contracolonial e Anticolonial: quais as diferenças?** Belém (PA), 2023. Instagram: porake.mdk. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C3QTM3Kr0Vt/>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

NETO, ARISTÓTELES BARCELOS; RAMOS, DANILO; BÜHLER, MAÍRA SANTI; SZTUTMAN, RENATO; MARRAS, STELIO; MACEDO, VALÉRIA. **Abaeté, Rede de Antropologia Simétrica: Entrevista com Márcio Goldman e Eduardo Viveiros de Castro**. Cadernos de Campo, São Paulo, 2006.

PFLUEGER, Grete Soares; NETO, José Bello Salgado (org.). **ASPECTOS URBANOS DE SÃO LUÍS: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR**. 1. ed. São Luís: EdUEMA, 2012. 336 p. ISBN 978-85-8227-001-1. Disponível em: https://patronage.fapema.br/anexos/ACC-PROD_0072020SECID-1002-20.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. Prefeitura e BID fazem balanço das principais ações executadas pelo Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís [Online]. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/semispe/noticia/40151/prefeitura-e-bid-fazem-balanco-das-principais-acoes-executadas-pelo-programa-de-revitalizacao-do-centro-historico-de-sao-luis>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

REIS, Carlos Madson. **Gestão de Centros Históricos no Brasil: as cidades patrimônio mundial, o caso de Brasília e São Luís**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

REIS, C. **Na Cultura Popular aprendi a gostar de mim, do meu povo e nossas histórias**. 2021 Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2021/12/12/na-cultura-popular-aprendi-a-gostar-de-mim-do-meu-povo-e-nossas-historias>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 480p.

SILVA, João Ricardo Costa. **POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: as etapas do processo de intervenções urbanísticas**. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, São Luís, ed. IV, p. 1-9, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/5_estado-identidade/politicas-publicas-no-centro-historico-de-sao-luis-as-etapas-do-processo-de-intervencoes-urbani.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

SILVA, Ronald Almeida. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. 2. ed. São Luís, 1997.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 2016. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 320p.: 23cm.

VELOSO, ABRAÃO. **Tecnologia Ancestral Africana: Símbolos Adinkra**. Espaço do conhecimento, Belo Horizonte, p. 1-7, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/tecnologia-ancestral-africana-simbolos->

adinkra/#:~:text=Os%20Adinkras%20s%C3%A3o%20um%20conjunto,dos%20proces
sos%20das%20di%C3%A1sporas%20africanas. Acesso em: 8 maio 2023.

WALL, Marluce. **Morar no Centro Histórico de São Luís**. In: PFLUEGER, G. S; SALGADO, J. B. N., Aspectos Urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar, São Luís: Editora UEMA,2012, p. 92-107.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MAPA DAS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS INSURGENTES NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA)



APÊNDICE B – QUADRO DE REFERÊNCIA DE CONEXÕES PARCIAIS COM O PODER PÚBLICO

QUADRO DE REFERÊNCIA DE CONEXÕES PARCIAIS COM O PODER PÚBLICO					
	PRÁTICA ESPACIAL INSURGENTE	GRUPO/AGENTE SÓCIO-ESPACIAL	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
TERITORIALIZAÇÃO EM SENTIDO ESTRITO	Roda de Capoeira do Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver	Coletivo Quem Nunca Viu Venha Ver			
	Ocupação Barroca SLZ	Artista João Almeida			
	Batalha na Praça	Movimento Batalha na Praça			
	Quinta de Lei	Lekti Sebo e Livraria			
TERITORIALIZAÇÃO EM SENTIDO AMPLO	Origens - Murais do Centenário da Semana de Arte Moderna	Artista plástico Igor Santos (Origens)			
	Mural "Tem Café"	Artista visual Will Barros			
REFUNÇIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO	Casarão Laborarte	Laborarte			
	Fábrica de Artes	Associação Cultural Os Caras de Onça			
	ReOcupa	Coletivo ReOcupa			
RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS	Tambor de Crioula	Movimento do Tambor de Crioula			
CRIAÇÃO DE CÍRCULOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS	EDB e Movimento de Brechós	Movimento de brechós e economia criativa			
	CRESOL - Centro de Referência em Economia Solidária	CRESOL			
CRIAÇÃO DE REDES ESPACIAIS	Casarão Porta e Janela	Casarão Porta e Janela			
	Projeto Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória	IESPI - Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas			
	Casa da Palmeira de Babaçu Dada e Dile	MIQCB - Movimento Interdisciplinar de Quebradeiras de Babaçu			

